

Guia de Estudo

Study Guide



2021
pelotasmun



Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Pelotas Model United Nations (PELOTASMUN)
BREAK STIGMAS, BE A CITIZEN OF THE WORLD

Projeto Código 3125
Coordenador Prof. Doutor William Daldegan

Apoio
PREC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Discentes responsáveis
José Bento Bréa Victória Sena
Luís Gustavo Queiroga

Capa e diagramação por
José Bento Bréa Victória Sena

Setembro, 2021

Sumário

Prefácio	4
Motto: <i>Break Stigmas, be a Citizen of the World</i>	6
Assembleia Geral das Nações Unidas	
<i>Violação dos Direitos Humanos nas relações de trabalhos atuais e a exploração do trabalho Infantil</i>	9
<i>Apoio à inclusão social dos refugiados</i>	43
United Nations Security Council	
<i>Conflicts between Syria and Turkey in the province of Idlib</i>	81
<i>Foreign interference in Lybia, breach of the arms embargo</i>	113
Press	
<i>Imprensa Internacional</i>	145

PREFÁCIO

Pelos últimos dois anos, o PELOTASMUN tem se adaptado às novas dinâmicas impostas pela pandemia de Covid-19. As simulações presenciais, promovidas anualmente, tiveram de ser repensadas juntas ao corpo da equipe de discentes e docentes de forma a proporcionar uma experiência próxima à tradicional. Desafios foram impostos à logística de todo o projeto e, mesmo assim, graças ao esforço e organização de todos colaboradores, em outubro de 2021 mais uma edição será realizada: o c.

Em meio a tudo isso, ressaltamos a importância e também o nosso agradecimento ao ensino público de qualidade, que é a base para que o PELOTASMUN exista e funcione e que também permite a diversidade da qual hoje celebramos. Além disso, o apoio da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP), do Colegiado do curso de Relações Internacionais, bem como do Professor Doutor William Daldegan (Coordenador do PELOTASMUN) e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, a qual apreciou o projeto com uma bolsa através do *Programa de Bolsas de Iniciação à Extensão e Cultura*, é também de fundamental importância para toda equipe e para o projeto em si.

Tendo a sua primeira edição realizada em 2013, o PELOTASMUN tem promovido de forma educativa estudantes dos níveis secundário e universitário a se engajarem no papel de representantes de Estado, de agências e órgãos das Nações Unidas, diplomatas e jornalistas a fim de discutir e buscar, através do consenso, ideias criativas e soluções que possam auxiliar a atenuar problemas recorrentes na agenda internacional como conflitos de diversas naturezas.

O presente Guia de Estudos se apresenta como uma ferramenta essencial de consulta e norte para que os delegados possam estar inteirados sobre os debates e temas essenciais, proporcionando a melhor experiência possível. Assim, deixamos o nosso agradecimento à toda equipe acadêmica do PELOTASMUN: Amanda da Luz Perachi, Arthur Echenique Alves, Ester Gruppelli Kurz, Letícia Lopes Felix, Marcos Brenno Bezerra Batista, Maria Julia Santos Mattos e Vinicius Zanchin Baldissera; à toda equipe administrativa, por sua dedicação a tornar todas ações do projeto possíveis: Ana Helena Gerevini Avila, Bruna Tolfo de Azevedo, Cândido Rotta da Silva, Gustavo Ferreira Felisberto, Juliana Aidê Bortolotti, Larissa Ceroni de Moraes, Maria Eduarda Echeverrya Bitten-

court, Roberta Nunes Noguez, Sabrina de Matos Barcelos e Thiago Kazuhira Hayasaka Ramos.

Também agradecemos aos membros que deixaram o projeto no último ano, mas que muito contribuíram: Adriano Antiqueira Costa, Gabriel Federn Timm, Laura Cavion Wolff, Letícia Paraboia Caldeirão, Paola de Moraes Meine, Renata Gonçalves Ribeiro Lucas, Ricardo da Cunha Ortiz e Robertha Westphal.

Por fim, o Secretariado e todo corpo de colaboradores do PELOTASMUN 2021 deseja a todos os delegados uma excelente e frutífera simulação, que seja capaz de agregar conhecimento e consciência a todos. Esperamos que possamos nos ver, num futuro muito próximo, presencialmente em Pelotas.

José Bento Bréa Victória Sena
Secretário Administrativo do PELOTASMUN

Luís Gustavo Queiroga
Secretário Acadêmico do PELOTASMUN

William Daldegan
Professor Coordenador do PELOTASMUN

BREAK STIGMAS, BE A CITIZEN OF THE WORLD

QUEBRE ESTIGMAS, SEJA UM CIDADÃO DO MUNDO

“*BREAK STIGMAS, BE A CITIZEN OF THE WORLD*” é resultado da dedicação, reflexão e pesquisa por parte da equipe em formular uma edição representativa e significativa. Significa pensar e compreender além dos nossos privilégios; é encontrar formas de questionar o que está posto, buscar sempre a empatia com o próximo e, acima de tudo, propagar o respeito.

Quebrar estigmas, sim, pois é necessário: numa época onde tanto nos enclausuramos, por vezes sem opção, é importante darmos um passo à frente e compreender a realidade do próximo.

Idealizado no começo de 2020, esse lema se aplica mais do que nunca à atual situação: no Brasil, quase 600.000 vidas foram perdidas por conta da terrível pandemia que assombra nosso país. Ser um cidadão

do mundo é, antes, ser um cidadão da sua realidade. Por vezes não compreender o horrível, porém jamais se acostumar com ele; buscar mudar, ressignificar o que está ao seu alcance.

Errar, aprender, se expor ao novo e ao diferente; integrar, buscar um mundo melhor. Para todos.

Quebrar estigmas. Ser um cidadão do mundo.

José Bento Sena
Luís Gustavo Queiroga



ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Guia de Estudo

Violação dos Direitos Humanos nas relações de trabalhos atuais e a exploração do Trabalho Infantil

Adriano Antiquiera¹
Arthur Echenique Alves²
Ester G. Kurz³
Letícia L. Felix⁴
Marcos Brenno Batista⁵
Maria Júlia S. Mattos⁶

RESUMO

O presente Guia de Estudos tem por objetivo fornecer informações acerca das violações dos Direitos Humanos nas relações de trabalho ao redor do mundo, bem como sobre a exploração infantil, a fim de estimular o debate sobre tais temas. Apesar dos avanços em termos de criação e preservação dos Direitos Humanos no decorrer da história da humanidade, na modernidade os seres humanos ainda sofrem com abusos no meio de trabalho. Ao longo do Guia, além de uma breve contextualização histórica, serão apresentadas as condições e os posicionamentos de cada um dos países abordados.

1 Adriano é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

2 Arthur é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

3 Ester é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

4 Letícia é discente do curso de História - Licenciatura na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

5 Marcos Brenno é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

6 Maria Júlia é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

1. INTRODUÇÃO

É por meio do trabalho que historicamente se consolidaram as relações entre indivíduos. Ao longo do tempo, essas relações foram marcadas por períodos de grande repressão - como na época em que a escravidão era uma prática legalizada ao redor do mundo - mas também por marcos no aperfeiçoamento das relações trabalhistas, refletidas principalmente ao longo do século XX. Essa modernização foi intensificada após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas agências especializadas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁷, além da adoção da Declaração Internacional dos Direitos Humanos (DIDH). A persistência de formas sub-humanas de trabalho são tratadas atualmente como uma violação dos Direitos Humanos, visto que são incompatíveis com as conquistas sociais da história contemporânea da humanidade.

O problema estrutural das condições de trabalho sub-humanas, porém, adaptou-se à contemporaneidade. Condições degradantes de trabalho, acompanhadas de jornadas exaustivas, seguem sendo adversidades ainda relatadas nas diversas nações do mundo. De acordo com dados da OIT (2017), mais de 40 milhões de pessoas em todo o mundo são vítimas da escravidão moderna e cerca de 152 milhões de crianças entre 5 e 17 anos estão sujeitas ao trabalho infantil. Com a nova dinâmica mundial, a escravidão se divide em diversas ramificações: o tráfico de pessoas, seguido pela exploração sexual principalmente de mulheres e crianças, destinadas ao trabalho sub-humano; a persistência da facilitação da exploração de pessoas nas áreas rurais, já que estão longe da fiscalização; a evasão escolar como consequência da necessidade de jovens e adolescentes auxiliarem na renda familiar; e o aumento de trabalhos intermediários e informais acompanhando a diminuição do empregos formais. São diversos os tipos de trabalhos indignos e que merecem a atenção deste Comitê.

A violação dos Direitos Humanos nas relações de trabalho atuais e na exploração infantil serão tratados por esse Guia de Estudos por meio de estudos teóricos, tanto na forma qualitativa quanto na forma quantitativa. Dessa forma,

⁷ Fundada em 1919, a fim de promover o trabalho digno e justo para homens e mulheres, além da promoção da igualdade social.

o objetivo é fornecer uma vasta base de informações sobre o problema para que seja possível sobrepor a teoria empírica em um debate, buscando assim os meios necessários para a solução da controvérsia.

Para entender o problema, o Guia de Estudos busca trazer pontos fundamentais para uma futura solução, como, por exemplo, saber em qual nível os Estados fiscalizam os empregadores, e em qual nível há algum tipo de segurança social para os trabalhadores. Também busca indagar de que forma as Nações oferecem redes de proteção social para as crianças, principalmente as que estão em situação de maior vulnerabilidade.

Assim, entendendo a fundo o problema levantado e apontado ao longo do nosso Guia de Estudos, espera-se que os delegados representantes levem para os seus Estados respostas maduras para o enfrentamento do problema. Uma grande rede de garantia dos Direitos Humanos através do trabalho pode surtir efeitos através do Comitê proposto, a ponto de promover a melhora nos índices de desenvolvimento.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O ser humano não existe em função do trabalho, mas sim produz por meio dele os meios para manter sua sobrevivência. Tendo isso em vista, o impacto do trabalho e do seu contexto exercem influência na construção do indivíduo e da vida em sociedade. Logo, podemos inferir que mudanças nas relações de trabalho ao longo da história alteraram nossas estruturas sociais. Nas palavras de Saviane:

O trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. [...] A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho (SAVIANE, 1986, p.14 apud TUMOLO, 2005, p. 241).

O trabalho com o objetivo de satisfazer as necessidades pode ser realizado por conta própria ou alheia. Quando os frutos do trabalho ficam à disposição de quem o produziu, o trabalho foi feito por conta própria. Porém quando os frutos do trabalho do produtor são transferidos para outro conforme são produzidos, então o trabalho foi realizado de forma alheia, podendo ser também forçado (VIANA, 2005).

De acordo com Pereira (2014), a ideia de trabalho forçado surge com a

exploração do ser humano, ou seja, a escravidão. A primeira forma de escravidão pode ser relacionada aos prisioneiros de guerra; já a escravidão por dívidas pode ser associada ao desenvolvimento do comércio na Grécia durante o século VII a.C. Mais tarde, durante a Idade Média na Europa no regime feudal, o modo de produção predominante foi a servidão - a diferença entre este e a escravidão é que os servos não são propriedade do senhor (PEREIRA, 2014).

Ao longo da história as relações de trabalho foram evoluindo: na Grécia o camponês era ajudado pelo escravo; no Egito, o homem livre trabalhava para outros em troca de algo; e em Roma, por volta do século III, os altos tributos e a insegurança fizeram com que os pequenos proprietários trocassem as suas terras por proteção, começando então o sistema do colonato, e então mais tarde surge a servidão medieval. Atualmente, no sistema capitalista, o que confere legitimidade à subordinação do homem livre a outrem é o contrato entre eles (VIANA, 2005).

De acordo com Bales, Trodd e Williamson (2009, apud MASCARENHAS; BAPTISTA; DIAS, 2015, p. 176) “formas contemporâneas de escravidão incluem o trabalho forçado, à escravidão por posse, por dívida e o contrato de escravidão”. O Artigo 4 da Declaração de Direitos Humanos da ONU (1948) é claro em afirmar que “ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”, enquanto que no Artigo 23 consta que “toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Qualquer forma de escravidão é considerada crime (ONU BRASIL, 2018a).

Foram realizados grandes avanços desde o fim do comércio transatlântico de pessoas escravizadas no século XIX. Contudo, ainda existem práticas semelhantes à escravidão e ao tráfico de pessoas, como por exemplo o abuso sofrido por pescadores que fornecem frutos do mar para alguns dos maiores supermercados do mundo; as vidas de mulheres controladas pelo Estado Islâmico; ou as migrantes em bordéis na Europa (ONU BRASIL, 2018a).

A Mauritânia, localizada no oeste africano, onde os nativos de origem da África Subsaariana foram frequentemente escravizados como trabalhadores domésticos por grupos de diferentes origens raciais e étnicas, aboliu a escravidão em 1981, sendo o último país do mundo a banir oficialmente a escravidão. No entanto, apenas em 2007 as leis criminais foram aprovadas para colocar a proibição em vigor (ONU BRASIL, 2018a).

Mascarenhas, Baptista e Dias (2015, p. 176) afirmam que “a escravidão persiste em escala global na forma de relações desumanizadoras de trabalho,

em exploração sexual e econômica”, além de também “refletir a vulnerabilidade social, a escassez de oportunidades, a pobreza crônica, o analfabetismo, o isolamento e a corrupção”.

3. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção trataremos sobre as problemáticas das violações dos Direitos Trabalhistas. As relações de trabalho na contemporaneidade trazem uma vasta gama de problemáticas que devem ser abordadas. No entanto, devido à limitação de espaço e para facilitar a abordagem do tema, iremos destacar a seguir apenas alguns grandes tópicos que serão melhor pormenorizados pelos delegados ao longo do debate.

3.1. O TRÁFICO DE PESSOAS, ACOMPANHADO PELA EXPLORAÇÃO SEXUAL PRINCIPALMENTE DE MULHERES E CRIANÇAS DESTINADAS PARA O TRABALHO SUB-HUMANO

Segundo dados da ONU (2018b), que investigou 142 países, por volta de 25 mil pessoas foram traficadas em todo o mundo somente no ano de 2016. Chama a atenção que o alvo dos traficantes são geralmente mulheres e crianças: do número total analisado cerca de 70% eram mulheres, enquanto 30% eram crianças.

O estudo ainda apura que há certas distinções no que se refere à destinação de cada pessoa. As mulheres, maior parte dos casos, correspondendo a 59%, são destinadas à exploração sexual. Já em 34% das ocorrências, foi identificado a destinação ao trabalho escravo. No que se refere às crianças, a maior parcela, correspondente a 50%, é destinada ao trabalho forçado, enquanto 27% são destinadas ao abuso sexual e outras formas de exploração como atividades ilegais forçadas, mendicância e recrutamento em tropas de grupos armados. Mesmo assim, foi evidenciado que as meninas foram vítimas de abuso sexual em 72% dos casos analisados (ONU, 2018).

Ainda segundo o estudo citado, a principal origem deste problema advém de países ainda em desenvolvimento tanto da Ásia Oriental como da África Subsaariana, embora tenha havido um crescimento em países da América. A ONU conclui que nessas zonas a impunidade ainda é muito grande, embora

haja avanços no que tange a coibição do crime de tráfico de pessoas. Logo, sendo este ainda um problema recorrente, é necessário que se traga à luz no debate deste Comitê para que se supra o tráfico tanto nas áreas de origem, como no destino, onde de fato acontece a exploração dos indivíduos.

3.2. A PERSISTÊNCIA DA FACILITAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DE PESSOAS NO CAMPO

Por estarem cerceadas pela opressão, as pessoas que não são possuem condições financeiras básicas para sustento da vida estão sujeitas a serem postas em situações sub-humanas de cativo, sem que possam reivindicar seus direitos humanos, longe de qualquer recurso de fiscalização estatal. Assim, acrescenta-se:

Atraídos por propostas de trabalho que lhes permitirão conceder à suas famílias uma vida mais digna, os trabalhadores são conduzidos às fazendas com promessa de trabalho e ganho farto e quando percebem que se tratava de uma armadilha já estão endividados e impossibilitados de saírem daquele ambiente em razão dos compromissos financeiros ilicitamente imputados. (FREIRE, 2012)

Segundo o STF (2017), a Corte Interamericana de Direitos Humanos⁸ define o conceito de trabalho escravo contemporâneo fundamentando-se em dois conceitos: 1) o estado ou condição de um indivíduo (valendo-se da primazia da realidade); e 2) o exercício de qualquer um ou todos os atributos do direito de propriedade - podendo este ser identificado através: da restrição da autonomia da individualidade, do uso de violência física e/ou psicológica, da detenção ou cativo, da ausência de consentimento ou de livre arbítrio da vítima, ou sua impossibilidade ou irrelevância devido à ameaça de uso da violência ou outras formas de coerção, o medo de violência, fraude ou falsas promessas.

O trabalho escravo no campo encontra esconderijo nas fazendas de cana da açúcar, carvoarias, destilarias e demais plantações de grande escala (FREIRE, 2012). Isto faz com que o problema, geralmente diminuído por acometer um menor número de pessoas e ainda longe dos grandes centros, faz jus à uma atenção especial neste Comitê.

8 A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judiciária autônoma cujo objetivo é a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

3.3. A EVASÃO ESCOLAR COMO CONSEQUÊNCIA DA NECESSIDADE DE JOVENS E ADOLESCENTES AUXILIAREM NA RENDA FAMILIAR

O fenômeno educacional da evasão escolar está atrelado às condições econômicas, políticas, técnicas e socioculturais, como a baixa condição de vida que impede a continuação e/ou o término dos estudos de milhares de pessoas (FERNANDES, 2013). Um dos determinantes da evasão escolar, segundo Fornari (2012), é a necessidade de trabalhar, sobrecarregando o aluno e levando-o a um baixo desempenho escolar.

De acordo com um documento *A Future Stolen: Young and out of school* da UNICEF (2018), o status socioeconômico de uma criança é o maior fator de determinação de sua escolaridade: crianças com idade escolar até o ensino médio das regiões mais pobres possuem quase quatro vezes mais chances de ficar fora da escola do que as da mesma idade da região mais rica.

3.4. O AUMENTO DE TRABALHOS INTERMEDIÁRIOS E INFORMAIS ACOMPANHANDO O AUMENTO DO DESEMPREGO

A contemporaneidade aliada ao avanço tecnológico e uma ligeira desindustrialização são elementos centrais para o sucessivo aumento do desemprego formal. O problema atinge principalmente os jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho. A resposta disso é uma crescente busca pelo trabalho informal, muitas vezes oferecida pelas novas plataformas digitais ainda pouco regulamentadas e que cada vez mais ganham espaço na sociedade. Essa é a conclusão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Organização Internacional do Trabalho (CEPAL e OIT, 2019). Esse conjunto de fatores apresentados são indicadores de retrocessos no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 8 da Agenda 2030.

Ainda segundo a publicação da CEPAL e OIT (2019), dados do ano de 2018 apontaram que a expansão do trabalho autônomo contribuiu com aproximadamente 49% do aumento do número de pessoas empregadas no mercado de trabalho no ano anterior na região, enquanto a geração de empregos assala-

riados contribuiu com apenas 37%. Logo, a composição da geração líquida de empregos em 2018 indica que a maioria representa trabalho de baixa qualidade, o que confirmaria uma nova deterioração da qualidade média do trabalho na região.

Portanto, a direção para o cumprimento do ODS 8 é afetada. Assim, a informalidade reproduz a desigualdade no mercado de trabalho, visto que milhões de pessoas que trabalham no mercado informal acabam por ficar sem seus direitos e a proteção da lei. Desse modo, contrariando o que busca esse ODS - promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. A CEPAL e OIT (2019) preveem que a informalidade continuará aumentando, tanto por conta da fraqueza da geração de emprego assalariado quanto pela transformação de empregos formais e informais em alguns países. Consequentemente, deve-se presumir que a situação trabalhista irá se deteriorar especialmente em nações subdesenvolvidas com dificuldades de crescimento e crises econômicas.

4. ESTUDOS DE CASO

Para melhor compreender na prática como se dão as relações de trabalho e de qual modo ocorrem as violações dos Direitos Humanos nelas e na exploração infantil, foram selecionados três estudos de caso: serão analisadas, portanto, as situações brasileira, chinesa e estadunidense. Espera-se que as análises a seguir possam levar à uma melhor compreensão do tema.

4.1. BRASIL

O país de dimensões continentais da América do Sul apresenta grandes metrópoles e grandes áreas produtivas no campo, sendo necessária mão-de-obra variada. Porém, esta é muitas vezes oferecida de forma precária e sub-humana, driblando a fiscalização trabalhista do país.

Em 2019, 12.2% da população era afetada, o que equivale em média a 12 milhões de pessoas sem emprego formal (AGÊNCIA BRASIL, 2019a). Assim, muitos foram empurrados para a informalidade. No país, em média 38 milhões de trabalhadores obtêm sua renda sem benefícios como auxílio doença e aposentadoria e o recorde da taxa de informalidade foi alcançado em agosto de 2019, com 41.4% da população ocupada nessa situação, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

realizada no Brasil, diz a publicação da Agência Brasil (2019a).

No que tange o trabalho infantil, o país também apresenta números altos. Ao todo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016, o país tem 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando, de acordo com a Agência Brasil (2019b). Ademais os jovens que são pretos e pardos correspondem a 66.2% do total do grupo identificado em situação de trabalho infantil, o que auxilia no reforço das desigualdades do país, já que os jovens são impossibilitados de acessar o desenvolvimento intelectual e a educação.

Sendo o Brasil um grande produtor de commodities, foi detectado em 2015 que 85,5% das crianças de 5 a 9 anos em situação de trabalho infantil estão em atividades agrícolas no país (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2017). Reforçando assim a seriedade do problema da escravidão camponesa contemporânea.

Por último, a ONU alertou sobre dois movimentos brasileiros recentes que indicam preocupação para a organização. Uma recente reforma trabalhista, aprovada em 2017 e denunciada à OIT por entidades sindicais que alegam um contrariamento à Convenção 98 da agência multilateral da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário. Outro movimento também dado pelo governo brasileiro foi de alteração da definição conceitual de trabalho escravo para fins de fiscalização e resgate de trabalhadores e trabalhadoras, também em 2017, com a Portaria número 1.129, publicada no Diário Oficial no dia 16 de outubro (BRASIL, 2017). O Sistema das Nações Unidas no Brasil, por sua vez, divulgou uma nota manifestando preocupação com a alteração:

O Sistema ONU no Brasil vê com profunda preocupação a recente portaria do Ministério do Trabalho e Emprego que altera a definição conceitual de trabalho escravo para fins de fiscalização e resgate de trabalhadores e trabalhadoras, que tende a dificultar as ações de combate a este mal (ONU BRASIL, 2017).

O Sistema ONU no Brasil reitera seu papel de fiscalização e associação a todas as formas de erradicação de trabalho sub-humano. Desse modo, alerta o país sobre os riscos de afrouxamentos e alterações na legislação trabalhista no que se refere à dignidade e aos direitos do trabalhador.

4.2. CHINA

A China vem se comportando ao longo das últimas décadas como uma

grande potência global. Visto que é conhecida pela confecção de produtos de baixo custo - sendo chamada de Fábrica Global - necessita de uma disposição de grande mão-de-obra, muitas vezes cedida de forma sub-humana.

Segundo o relatório Índice Global de Escravidão de 2018, publicado pela fundação Walk Free e apresentado na ONU, o país conta com 3,86 milhões de pessoas submetidas à escravidão contemporânea, sendo um dos países com os maiores números de pessoas nesta condição. Na prática, encontra-se uma aplicação moderada da Lei do Trabalho, sobretudo longe dos grandes centros urbanos, em razão do conflito claro de interesses entre o governo central e os governos locais, os quais estão mais preocupados em atrair e reter investimentos. Ou seja, os governos locais costumam ser mais coniventes com a exploração dos trabalhadores do que o próprio governo central, no nível Estadual. Este quadro é resultado, dentre outras razões, do sistema de recompensa e punição do governo central em relação aos governos locais na promoção da economia da região (FLIGSTEIN e ZHANG, 2011).

A facilitação do trabalho escravo no território chinês se dá por consequência de três elementos fundamentais: a falta de participação do sindicato; a não aplicação da lei por parte dos órgãos do governo; e, resultando daí, o poder das multinacionais e fornecedoras locais que negligenciam o custo social procedente da perseguição de altos lucros (MACIEL e MOURA, 2014).

Em 2012, o *China Labor Watch*⁹ publicou uma reportagem mostrando que uma fábrica de eletrônicos na China, localizada em Guangzhou, estava violando os direitos trabalhistas dos empregados. Estes eram cerca de dois mil, e em sua maioria migrantes. O estudo mostrou que os trabalhadores eram submetidos a mais de 100 horas extras por mês, com apenas um dia de descanso mensal. Muitos trabalhadores afirmaram que não tinham tempo nem para beber água nos dias em que a velocidade da produção era aumentada. A empresa também exigia que os trabalhadores chegassem 20 minutos antes do horário de trabalho para reuniões, tempo este não remunerado. Além disso, a empresa empregava centenas de crianças, que na época das férias escolares, constituíam 80% do total de mão-de-obra da fábrica, contudo, recebiam 70% menos que um trabalhador formal (MACIEL e MOURA, 2014).

Portanto, mesmo sendo um país signatário da OIT e tendo ao longo das últimas décadas desenvolvido e modernizado suas leis trabalhistas, a população

9 O China Labor Watch é uma organização não governamental, fundada em outubro de 2000 pelo ativista trabalhista Li Qiang. Sua missão é a defesa dos direitos dos trabalhadores na China.

chinesa carece da atenção do Estado para que se faça cumprir a legislação.

4.3. ESTADOS UNIDOS

A grande potência do ocidente, mesmo sendo um espelho para muitas outras nações, revelou ao longo dos anos a situação de trabalho precária em seu território. Os casos severos de tráfico de pessoas para a escravidão e o uso de prisioneiros para o trabalho sub-humano, mostram que o país comete falhas no que tange à fiscalização sobre seus trabalhadores. Tais afirmações serão abordadas neste estudo de caso.

A existência do trabalho precário no país revelou a ausência de um princípio unificador comumente admitido no direito trabalhista e nas instituições sociais. No país, os custos do seguro social não foram estendidos a toda nação. Assim, o trabalho precário modificou a relação tradicional entre empregado e empregador. Ao longo dos anos 90, em cada dez empresas, sete declararam ter transformado empregos, que eram permanentes e contemplavam direitos básicos, em empregos com condições precárias, quase a metade confessa ter manipulado os dados para evitar o pagamento dos benefícios sociais (COHANY, 1996). Economiza-se por meio da flexibilização nos contratos de mão de obra, mas também da falta de condições seguras e higiênica de trabalho, do não pagamento de horas-extras ou de indenizações de acidente no trabalho, ou ainda, da não regularização dos imigrantes. Revelador disso é a situação dos trabalhadores que trabalham por contratos diários (DERICKSON, 1994; CHAUVIN, 2010), cada vez mais numerosos na construção civil, na agricultura, na vigilância, nos empregos a domicílio, bem como a das interinas deslocadas de um escritório a outro, que sofrem assédio devido à brevidade de sua passagem em cada lugar (KESSELMAN, 2010).

Além da falta de abrangência da seguridade social oferecida pelo Estado, sendo que esta facilita a precarização do trabalho, há também casos de tráfico de pessoas e escravidão contemporânea. Segundo a apuração de John Bowe em um artigo para a renomada revista *Mother Jones* (2010), uma empresa de empreendimentos agrícolas foi denunciada por casos de aliciamento, servidão por dívida e trabalho forçado de cerca de 400 trabalhadores que deixaram a Tailândia, entre 2004 e 2005, para trabalhar em fazendas situadas em diversos estados dos EUA. O agravante do caso, além de todo o abuso aos trabalhadores, se dá pelo fato de que o método usado para seduzir os imigrantes pelos aliciadores foi de um programa do próprio governo federal para trabalhadores “visitantes”,

reforçando assim, a falta do alcance do Estado na fiscalização trabalhista. Destaca-se que, ainda sobre o caso supracitado, houveram situações que envolveram agressão, ameaças e descumprimento das regras de trabalho (MOTHER JONES, 2010).

Dessa forma, observa-se que os trabalhadores norte-americanos carecem da atenção rígida da fiscalização trabalhista, ainda mais que o país é, no mundo contemporâneo, uma potência que agrega trabalho das mais diversas ordens.

5. A PANDEMIA DE COVID-19 E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

A COVID-19 - causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 - foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia em março de 2020 e tem configurado uma crise humanitária devido ao seu alto nível de transmissibilidade e seus impactos sociais e econômicos. De acordo com dados divulgados pela BBC News (2021), a atualização dos números da pandemia revela mais de 3.7 milhões de mortes e mais de 173.3 milhões de casos confirmados da doença até o dia 7 de junho de 2021.

Souza (2021) expõe que a precarização das condições de trabalho é um fenômeno com uma dinâmica acentuada desde a década de 1970 - sendo uma resposta à crise estrutural do capital - mas é com a pandemia de COVID-19, que suas dimensões ganharam visibilidade, chamando atenção para a saúde dos trabalhadores, principalmente. Souza (2021) também chama a atenção para as tentativas errôneas de combate ao desemprego feitas por meio da precarização, do home office e da uberização que acabam por causar reações - como as manifestações durante a pandemia - dos trabalhadores contra esses processos que até geram e/ou mantêm empregos, mas não garantem os direitos básicos às pessoas, servindo de mediação para exponenciação da precarização do trabalho.

Ademais, com as medidas de distanciamento social para contenção da propagação do vírus COVID-19, houve o fechamento de diversos serviços, notadamente aqueles que envolvem a circulação de um grande número de pessoas e que são classificados como não-essenciais, assim “o desemprego [...] é retroalimentado por uma dinâmica de crise sanitária-social, ainda que disfarçado na forma de ocupações sem proteção social” (SOUZA, 2021, p. 4).

6. AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Esta seção tem por objetivo apresentar um breve panorama das medidas adotadas no âmbito internacional quanto à manutenção do Direito do Trabalho. A seguir serão apresentados a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), dando enfoque na questão trabalhista, bem como algumas das convenções da Organização Internacional do Trabalho.

O direito ao trabalho foi reconhecido como direito intransferível já em 1789, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento culminante da Revolução Francesa:

Todo homem pode empenhar seus serviços, seu tempo; mas não pode vender-se nem ser vendido. Sua pessoa não é propriedade alheia. A lei não reconhece domesticidade; só pode existir um penhor de cuidados e de reconhecimento entre o homem que trabalha e aquele que o emprega. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789)

Enquanto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em seu Artigo 23 enumera quatro itens relacionados ao direito do homem ao trabalho:

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.
4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses. (ONU, 1948, p. 5).

Na elaboração da DUDH, Eleanor Roosevelt, que liderou o comitê da ONU responsável pela elaboração do documento, deu às organizações trabalhistas internacionais um importante papel. Os redatores se basearam na atuação da Organização Internacional do Trabalho, uma das poucas instituições da Liga das Nações que foi incorporada às Nações Unidas (ONU BRASIL, 2018).

A Organização Internacional do Trabalho atua desde 1919 e detém a fun-

ção de elaborar, adotar, aplicar e promover as Normas Internacionais do Trabalho, sob a forma de convenções, protocolos, recomendações, resoluções e declarações. A Conferência Internacional do Trabalho, órgão máximo de decisão da OIT, tem como função garantir dignidade ao trabalho através de, por exemplo, restrições de jornada de trabalho, garantia de um salário digno, férias, proteção ao trabalho da mulher, repúdio ao trabalho infantil, etc.

Em junho de 1988, a 86ª Conferência Internacional do Trabalho aprovou a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, reafirmando o desígnio de que o desenvolvimento de cada nação do ponto de vista econômico não pode deixar de ser acompanhado pelos ideais da justiça social, e especificando como princípios relativos aos direitos fundamentais:

- a) a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
- b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- c) a abolição efetiva do trabalho infantil; e
- d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação (OIT, 1998, p. 2).

Dentre as convenções da OIT, cabe destacar a Convenção 29 sobre Trabalho Forçado (1930) e a Convenção 105 sobre a Abolição do Trabalho Forçado (1957) que dispõem, respectivamente, sobre a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas (OIT, 1930) e sobre a proibição do uso de toda forma de trabalho forçado ou obrigatório como meio de coerção ou de educação política, como castigo por expressão de opiniões políticas ou ideológicas, mobilização de mão-de-obra, como medida disciplinar no trabalho, punição por participação em greves, ou como medida de discriminação (OIT, 1957).

Além disso, a OIT trabalha desde sua criação no enfrentamento ao trabalho infantil, cujas Convenção 138 e Recomendação 146, adotadas em 1973, aplicadas a todos os setores econômicos e adaptadas às situações nacionais, visando a criação de políticas nacionais contra o trabalho infantil e a elevação da idade mínima de forma progressiva para se começar a trabalhar legalmente nos Estados-membros (CURLEY, 2005).

Entretanto, anteriormente a idade mínima era determinada por setores específicos da economia, tendo a Convenção sobre a idade mínima na indústria em 1919 e revista em 1937; a Convenção sobre a idade mínima no trabalho marítimo em 1920 e revista em 1936; a Convenção sobre a idade mínima

no emprego não-industrial em 1932 e revista em 1937; a Convenção sobre a idade mínima para pescadores em 1959 e a Convenção sobre a idade mínima para trabalho subterrâneo em 1965; entre outras (PINHEIRO e MOREIRA, 2019). Logo, podemos afirmar que antes de 1973 o trabalho infantil já vinha sendo combatido, porém não de forma igual em todos setores da economia, conforme explicitado na Recomendação 146.

O art. 3º da Convenção 138, versa que:

Não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do adolescente (OIT, 1973).

O panorama estabelecido mostra um compromisso multilateral para a proteção infantil no cenário internacional, visto que o Estado-Membro deve prestar esclarecimentos caso adote os quatorze anos como idade mínima para trabalhar (PINHEIRO e MOREIRA, 2019).

O art. 3º da Convenção 182 da OIT (1999), informa o que constituem as piores formas de trabalho infantil:

Para os fins desta Convenção, a expressão as piores formas de trabalho infantil compreende: a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas; c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança (OIT, 1999).

Aprovada na Assembleia Geral em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas é o principal dispositivo jurídico no âmbito internacional que estabelece a proteção jurídica de direitos relativos ao período geracional da infância primando pela proteção integral de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (ONU, 1989).

Além dos Estados, as empresas também possuem a obrigação de respeitar os direitos trabalhistas fundamentais, como o direito ao trabalho e o direito à liberdade de associação e negociação coletiva, seguindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, adotados pelas

Nações Unidas em 2011 (ONU BRASIL, 2018b).

Para além disso, um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU é dedicado ao trabalho decente e ao crescimento econômico. As Nações Unidas esperam erradicar o trabalho forçado, a escravidão e o tráfico de pessoas, e alcançar um emprego pleno, produtivo e decente para todas as mulheres e homens até 2030 (ONU, 2015).

7. QUESTÕES A PONDERAR

1. Considerando as desigualdades econômicas e sociais presentes nas relações humanas, quais métodos podem ser adotados para promover relações de trabalho que sejam adequadas e para acabar com formas de trabalho forçado e com o desemprego?
2. Por que ocorre e quais são os meios que devem ser buscados para erradicar o trabalho infantil?
3. Quais ações os Estados podem adotar individualmente para reduzir as desigualdades nas relações de trabalho?
4. Como os Estados podem atuar de modo a prevenir a evasão escolar e, conseqüentemente, o trabalho infantil?
5. Quais ações podem ser tomadas pelos Estados para que sejam criadas formas de fiscalizar as relações de trabalho de modo a acompanhar e promover o bem-estar dos trabalhadores?

8. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Como já citado anteriormente, a Organização Internacional do Trabalho é a agência da ONU especializada em questões trabalhistas e no cumprimento das normas internacionais acerca do tema. A ratificação de uma convenção ou protocolo da OIT por qualquer um de seus Estados-membros é um ato soberano e implica em sua incorporação total ao sistema jurídico, legislativo, executivo e administrativo do país em questão. Em 1998, a OIT adotou a Declaração Relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento, que constitui uma reafirmação universal do compromisso dos Estados-membros de respeitar, promover e aplicar um patamar mínimo de princípios e direitos no trabalho, reconhecidos como fundamentais para o desenvolvimento sustentável, e também incorporados à Declaração de 2008 da OIT sobre a Dimensão

de Justiça Social numa Globalização Equitativa.

Para além das convenções, resoluções e declarações da OIT, cada país possui suas próprias leis e normas internas de legislação trabalhista.

8.1. CANADÁ

Segundo o Código do Trabalho do Canadá e os Regulamentos das Normas Trabalhistas do Canadá, existem diretrizes federais que estipulam algumas regras, mas o acordo entre empregado e empregador sempre prevalece (CANADÁ, 2020).

O Canadá é um membro fundador e protagonista na organização internacional do trabalho (OIT) desde 1919, tendo em 1948 incentivado a adoção das convenções No. 87 sobre liberdade de associação e proteção do direito de organização e No. 98 sobre direito de organização e barganha coletiva (CFLR, 2021).

Os empregos de meio período são bastante comuns, tendo jornadas de trabalho de quatro horas por dia, cinco ou seis dias por semana. Os trabalhos em horário integral podem variar de 30h a 60h semanais. A média salarial é anual e calculada por hora, além disso ela é diferente em cada província. (CANADÁ, 2020).

8.2. ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Na terceira seção da Constituição boliviana, está previsto:

Toda pessoa tem direito [...] ao trabalho digno com segurança industrial, higiene e saúde ocupacional, sem discriminação e com remuneração e salário justo, equitativo e satisfatório, que lhe assegure para si e sua família uma existência digna (BOLÍVIA, 2009).

A Carta Constitucional ainda garante que o Estado seja o provedor de um regime de proteção social aos trabalhadores do campo e da cidade. Ela proíbe toda forma de trabalho forçado ou que obrigue a pessoa a trabalhar sem o seu consentimento e pagamento digno, bem como é estritamente proibido o trabalho e exploração infantil. Além do mais, cabe ainda ao Estado boliviano a incorporação das mulheres no trabalho, garantindo a mesma remuneração que os homens, como também a salvaguarda dos direitos da mulher no trabalho (BOLÍVIA, 2009).

A República Plurinacional também ratificou diversas convenções da OIT, como por exemplo a No. 182, sobre as piores formas de trabalho infantil, e a No. 100 sobre remuneração igual para homens e mulheres para trabalho de mesma esquivalecia (ILO).

8.3. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A Lei das Normas do Trabalho Justo (FLSA) cria o direito a um salário mínimo e horas extras remuneradas de 150%, quando as pessoas trabalham mais de 40 horas por semana, além disso, também proíbe o emprego de menores em trabalho infantil opressivo. A lei não trata das férias como um direito, mas é comum que as empresas ofereçam de 5 a 15 dias por ano de descanso pagos, entretanto as férias são encarados como uma “regalia” e muitos trabalhadores não tiram férias por medo de perder o emprego (FLSA, 1938).

Os EUA são o maior doador da OIT, contribuindo com 22% do orçamento da organização (ILO, 2021). Entretanto, o país tem ratificada apenas 14 das 189 convenções da OIT, incluindo a No. 105, sobre a abolição do trabalho forçado, e a No. 182, sobre as piores formas de trabalho infantil (ILO, 2021).

8.4. ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Os Estados Unidos Mexicanos possuem uma Carta Política Mexicana de 1917, que foi a primeira a qualificar os direitos trabalhistas como direitos fundamentais, juntamente com as liberdades individuais e os direitos políticos, este feito serviu como exemplo para muitos outros países que passaram a se considerar a mesma situação. Ademais, sobre as condições de contratação e regulamentação de menores no México, a Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, prevê no artigo 123, alínea A, incisos II, III e XI:

Toda pessoa tem direito ao trabalho digno e socialmente útil; para este fim se promoverão a criação de emprego e a organização social para o trabalho, conforme a lei. [...] Ficam proibidos: os trabalhos insalubres ou perigosos, o trabalho noturno industrial e todo outro trabalho depois das dez horas da noite, aos menores de dezesseis anos.

Cabe assinalar que a Constituição Mexicana de 1917 estabelecia originalmente a proibição de trabalho a menores de 12 anos. Atualmente, em razão das múltiplas reformas e por consequência da sua lei regulamentadora, a Lei Federal do Trabalho (especialmente a reforma de 1962) é que regulamentou o

trabalho de menores a partir dos 14 anos de idade (BERMÚDEZ, 2011).

O México é membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ratifica diversas convenções desta, como a No. 189 que refere-se ao trabalho doméstico, e a No. 029, sobre a proibição do trabalho forçado.

8.5. FEDERAÇÃO RUSSA

A Constituição Russa de 1993 é baseada nos padrões internacionais de Direitos Humanos e nos princípios básicos de Estado, como neutralidade ideológica, pluralismo político, eleições e separação de poderes. Nela consta que a observância e proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos são deveres do Estado. De acordo com o parágrafo 2 do Artigo 7 da Constituição Russa:

Na Federação Russa, o trabalho e a saúde humana são protegidos, um salário mínimo garantido é estabelecido, apoio estatal a famílias, maternidade, paternidade e infância, pessoas com deficiência e idosos são fornecidos, um sistema de serviços sociais é desenvolvido, pensões estatais, benefícios e outras garantias de proteção social são estabelecidas. (RÚSSIA, 1993, tradução livre)

No Artigo 37 ficam definidos os direitos de dispor de suas habilidades para trabalhar e escolher sua ocupação, além de proibir o trabalho forçado e defender o direito à condições de trabalho seguras e a remuneração pelo trabalho. Além disso, no parágrafo 5 deste mesmo artigo é garantido o direito a finais de semana, feriados e férias anuais remuneradas.

Internacionalmente, a Federação Russa ratifica 77 convenções da OIT, porém 18 delas foram denunciadas, como a C059 sobre salário mínimo para trabalhadores industriais (ILO).

8.6. REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

O Reino Unido ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em 16 de dezembro de 1991, entrando em vigor no ano seguinte e garantindo a todas as crianças mais de quarenta direitos específicos. A idade mínima para trabalhar em tempo parcial no Reino Unido é de 13 anos, desde que o trabalho não afete a segurança, a saúde e a educação, e a partir dos 16 anos o jovem pode pedir o National Insurance Number (Número Nacional de Seguro) e trabalhar

em tempo integral. Ademais, o Human Rights Act entrou em vigor no Reino Unido no final de 2000 e nele fica previsto a proibição da escravidão e do trabalho forçado (FELZEMBURG, 2006).

Dados da OCDE (2021c) apontam que 75% das pessoas entre 15 e 64 anos no Reino Unido têm um emprego remunerado e, destas, 12% trabalham muitas horas, ao passo que os índices também indicam que em média os trabalhadores em tempo integral gastam cerca de 14,9 horas do dia aos cuidados pessoais e ao lazer.

8.7. REPÚBLICA ARGENTINA

A Argentina eleva a Convenção Americana de Direitos Humanos à categoria de norma constitucional, portanto a escravidão ou servidão e a coação a trabalhos forçados são terminantemente proibidos no país (MAUÉS e MAGALHÃES, 2016). A jornada de trabalho no país é regulamentada pela Lei 11.544/1929, o Decreto Regional 16.115/33 e a Lei 20.744.

Ademais, uma série de declarações e pactos internacionais relacionados aos Direitos Humanos são ratificados pelo país: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, a Declaração Americana sobre os Direitos e Deveres do Homem e a Convenção dos Direitos da Infância.

8.8. REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

O direito trabalhista venezuelano nasce em 1928 e é fortalecido com a Lei do Trabalho de 1936, a qual estabeleceu um conjunto de normas para regular os direitos e obrigações derivados do fato social do trabalho. Em sua Constituição é versado sobre o direito ao trabalho remunerado, a igualdade de gênero no exercício do trabalho e a proteção conferida pelo Estado para trabalhar, bem como as condições materiais, morais e intelectuais dos trabalhadores nos Artigos 87, 88 e 89, respectivamente (VENEZUELA, 1999).

A Venezuela é membro da OIT desde 1919 e, de lá para cá, o país ratificou 54 convenções. Destacamos aqui a Convenção 182, ratificada em 26 de outubro de 2005, que trata sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para a eliminação desta.

8.9. REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

A Constituição do país estabelece o direito de todos a práticas trabalhistas que sejam justas, bem como o direito do trabalhador de participar de sindicatos e de fazer greve. Toda criança tem o direito de não ser obrigada a realizar serviços que sejam inadequados com sua idade e/ou coloquem em risco seu bem-estar, sua educação, sua saúde física e/ou mental, ou ainda o seu desenvolvimento social. Além de ser proibido qualquer tipo de servidão em geral (ÁFRICA DO SUL, 1996).

A OECD (2021b) aponta que apenas cerca de 44% das pessoas na faixa de 15 a 64 anos possuem emprego remunerado. Assim, muitas pessoas participam da economia informal, onde a qualidade dos empregos e o acesso ao treinamento são baixos. Como alternativa para reverter essa situação, há o projeto *Youth Employment Accelerator*¹⁰ co-subservencionado pelo governo da África do Sul através do *Job Fund*¹¹.

8.10. REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Maués e Magalhães (2016) apontam que a Constituição Colombiana de 1991 faz diversas referências ao Direito Internacional e Direitos Humanos, e que, ademais, o país também apresenta uma grande recepção à Convenção Americana de Direitos Humanos, já que a elevaram à categoria de norma constitucional e atribuem a ela efeito direto. Assim, direitos básicos de segurança e liberdade são assegurados e, dessa forma, fica proibido, por exemplo, a escravidão, a servidão e o trabalho forçado, de modo que sejam preservadas a dignidade e a capacidade física e intelectual dos indivíduos.

Dados da OECD (2021a) apontam que 67% das pessoas com idades entre 15 e 64 anos no país têm emprego remunerado, destes, cerca de 27% fazem horas extras em seus empregos, dedicando em média apenas 12 horas por dia ao seu lazer e cuidados pessoais.

10 Acelerador de Empregos para os Jovens, em tradução livre.

11 Fundo de Emprego, em tradução livre.

8.11. REPÚBLICA DA CORÉIA

A Lei de Padrões Trabalhistas (Labor Standards Act, LSA, Lei n.º 5.309, de 13 de março de 1997) é a responsável por reger as diretrizes relacionadas ao empregador e empregado na Coreia, que podem variar dependendo do número de trabalhadores presentes no estabelecimento. Entre as condições listadas para todos os lugares, independentemente da quantidade de pessoas, têm-se: a proibição de tratamentos discriminatórios por motivos de sexo, nacionalidade, religião ou status social e a regularização do salário-mínimo.

Uma das mudanças mais recentes das leis trabalhistas ocorreu em 2018, na Coreia do Sul, onde foi estabelecido um limite de 52 horas por semana na maioria dos estabelecimentos, porém um outro problema grave da região é o abuso de trabalhadores imigrantes, e para isso ainda não foram tomadas medidas.

8.12. REPÚBLICA DA ÍNDIA

O Estado indiano através de sua Constituição garante que, dentro dos limites de suas capacidades, devem ser tomadas medidas que garantam o trabalho digno para todas as pessoas, procurando assegurar a todo o tipo de trabalhador um salário digno, o pleno gozo das oportunidades de lazer sociais e culturais, e o estímulo do estabelecimento de indústrias de base individual ou cooperativa nas zonas rurais do país. (ÍNDIA, 1950).

A Constituição, redigida em 1949, também proíbe crianças menores de 14 anos de trabalhar em fábricas, minas ou em condições perigosas, além de ressaltar a equidade salarial entre homens e mulheres, e que ambos não poderão ser submetidos, por necessidade econômica, em trabalhos inadequados a sua idade ou força. (ÍNDIA, 1950).

8.13. REPÚBLICA DA TURQUIA

Na Turquia, as diretrizes do trabalho são regulamentadas por lei, e está presente na constituição que todo cidadão é livre para ser contratado e traba-

lhar em qualquer área profissional que pretenda. O número máximo de horas de trabalho semanal é de 45h, a menos que seja acordado de outra forma, e este período é exercido em partes iguais entre os dias úteis da semana.

A contratação de menores de 15 anos é proibida, porém jovens de 14 anos ou mais, que tenham concluído o ensino de primeiro grau, podem ser empregados em trabalhos fáceis e que não irão impedir o seu desenvolvimento educacional, físico, mental e moral. É proibido empregar menores de 18 anos, do sexo masculino e feminino, em postos de trabalho subterrâneos ou submarítimos, ou no período noturno em plataformas industriais.

8.14. REPÚBLICA DE CUBA

A Central de Trabalhadores de Cuba é quem define os salários e horas para cada profissão e indústria em nível nacional, embora não ofereça uma negociação de salários o Estado garante aos seus trabalhadores um limite de 44 horas semanais, seguro de saúde e um sistema de aposentadoria. A legislação cubana proíbe o trabalho infantil e estabelece 17 anos como a idade mínima para trabalhar, embora adolescentes de 15 e 16 anos possam ter uma oferta de emprego em certas circunstâncias excepcionais.

Como o Estado era o único provedor de empregos até recentemente, Cuba tem tentado implementar novas políticas trabalhistas para os empregados das emergentes empresas privadas, pois esse setor tem ganhado cada vez mais espaço no país.

8.15. REPÚBLICA DO CHILE

As leis do trabalho do Chile passaram por mudanças recentes. Alterada em 2014, durante o governo de Michelle Bachelet mas entrando em vigência efetiva apenas em 1º de abril de 2017, a norma trabalhista prevê seguro de desemprego, seguro saúde e seguridade previdenciária. Além disso, empresas com mais de 25 trabalhadores devem ter pelo menos 85% dos funcionários nascidos no Chile. Sendo que, os jovens menores de 15 anos estão proibidos por lei de exercer qualquer atividade laboral, entretanto, dos 15 e os 18 anos, podem trabalhar com permissão dos pais, sendo obrigatório que se frequente a escola e que a atividade não coloque em risco a integridade física do jovem. Apesar de haver avanços nas legislações, o país enfrenta uma série de irregularidades ao tratar-se das condições de trabalho no campo e exploração infantil.

8.16. REPÚBLICA DO PERU

Em sua Constituição, o trabalho é definido como dever e direito, sendo a base do bem-estar social e o meio de realização da pessoa. O direito à remuneração equitativa e suficiente para as necessidades humanas básicas, além de descanso semanal e anual remunerados, proporcionando o bem-estar material e espiritual do indivíduo; garantias, estas, previstas no texto constitucional peruano (PERU, 1993). O Poder Público promove condições para o progresso social e econômico por meio de políticas de fomento ao emprego produtivo e à educação voltada para as atividades laborais. Além disso, o Estado reconhece direitos de sindicalização, de negociação coletiva e de greve. Acerca dos direitos trabalhistas no Peru, afirma Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy:

A jornada de trabalho foi fixada em oito horas diárias ou 48 horas semanais. As relações de trabalho centram-se em princípios de igualdade de oportunidades, em inexistência de discriminação, no caráter irrenunciável de direitos reconhecidos pela constituição e pelas leis e na interpretação favorável ao trabalhador em caso de dúvida relativa a sentido de norma jurídica (GODOY, 2006, p. 74).

8.17. REPÚBLICA DOS CAMARÕES

O país que teve sua Constituição escrita em 1972 através do lema “Paz-Trabalho-Pátria” estabelece, em sua magna carta, que todo o cidadão tem, além do direito, a obrigação de trabalhar. O exercício das diferentes formas de trabalho mostra-se à livre escolha das pessoas, tendo de ser oferecidas condições adequadas ao trabalhador.

São garantidas a proteção contra o desemprego e contra a discriminação no trabalho, bem como é garantida a igualdade salarial. No mesmo sentido, todas as pessoas são livres para formar e aderir a sindicatos para a proteção de seus direitos trabalhistas. A escravidão e a servidão, além do tráfico de pessoas são proibidos no país. (CAMARÕES, 1972).

Embora com vários avanços, a Constituição camaronesa é considerada, em boa parte, “letra morta”, tendo em vista os conflitos e desmandos do Poder que assolam o país a tempos ocasionando o descumprimento constante da “Lei maior” e das legislações decorrentes, sendo o país considerado pouco transparente em relação aos Direitos Humanos, tendo o governo camaronês proibido, inclusive, inspeção por parte do Escritório de Direitos Humanos das Nações

Unidas no ano de 2018 para se analisar denúncias de graves violações dos Direitos Humanos em várias regiões camaronesas¹².

8.18. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Acerca do trabalho, estabelece o artigo 12 da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha:

1) Todos os alemães têm o direito de escolher livremente sua ocupação ou profissão, seu local de trabalho e seu local de treinamento. A prática de uma ocupação ou profissão pode ser regulamentada por ou de acordo com uma lei; 2) Nenhuma pessoa pode ser obrigada a executar um trabalho de um tipo específico, exceto dentro da estrutura de um dever tradicional de serviço comunitário que se aplica de maneira geral e igual a todos; 3) O trabalho forçado só pode ser imposto a pessoas privadas de liberdade pela sentença de um tribunal. (ALEMANHA, 1949, tradução livre).

Embora não possua um código individualizado que estabeleça os direitos trabalhistas, há várias legislações esparsas que garantem padrões mínimos a serem observados nas relações de trabalho. No ano de 2015, foi promulgada, após pressões internas, bem como do bloco social-democrata no Parlamento europeu, lei que instituiu um valor mínimo por hora a ser pago aos trabalhadores. Até então, não existia um salário mínimo estabelecido no país, sendo livre, portanto, a negociação entre empregador e empregado quanto a isto.

No que diz respeito às férias, elas são garantidas por lei e dependem da carga de trabalho, sendo exigidos, no mínimo, 24 dias úteis de férias por ano. Em relação à jornada, o máximo permitido legalmente é de 8 horas diárias, podendo ser prorrogado até 10 horas diárias, desde que a média mensurada em 6 meses ou 24 semanas não ultrapasse as 8 horas. Outra importante proteção ao trabalhador alemão é quanto à sua estabilidade; o trabalhador apenas pode ser dispensado com base em razões “socialmente justificadas”.

8.19. REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

A República Federal da Nigéria realizou um avanço significativo nas legislações correspondentes à proteção do trabalhador e dos Direitos Humanos.

12 Segundo relato das Nações Unidas que pode ser acessado em: <https://news.un.org/pt/story/2018/07/1632232>.

Entretanto, ainda enfrenta uma grande dificuldade de combate, sobretudo, à exploração e ao trabalho infantil, embora tenha entrado em vigor, ainda no ano de 2003, a Lei dos Direitos da Criança no país que garante uma série de direitos aos menores, assim como internalizando várias diretrizes internacionais referentes ao tema.

Na Nigéria, cerca de 39,9 % das crianças são obrigadas a combinar trabalho e escola¹³, sendo o trabalho realizado, em maior parte, no setor agrícola e de mineração. A situação do país ainda é agravada pelas ações do grupo terrorista “Boko Haram”, o que gera ainda mais conflitos internos e dificuldades de se avançar em questões humanitárias.

Apesar do aumento das pressões internacionais e regionais para tentar mitigar essas problemáticas, assim como, as recentes melhorias da legislação trabalhista e de proteção aos Direitos Humanos, a Nigéria caminha, a lentos passos, para normalizar sua situação política e estabelecer ações efetivas no combate às temáticas supracitadas.

8.20. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe avanços significativos no que diz respeito aos direitos sociais trabalhistas; várias garantias já existentes na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) receberam status constitucional, estando, majoritariamente, previstas no artigo 7º da “Lei Maior” brasileira, dispositivo apelidado de “CLT constitucional”.

Em relação à carga horária, é estabelecido o máximo de 8 horas diárias e 44 horas semanais; foi ampliada a licença maternidade de 90 dias para 120 dias; a previsão da “dispensa imotivada”, tendo de ser observado o aviso prévio e multa de 40% do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em caso de dispensa sem “justa causa”; a garantia à liberdade sindical, a proteção ao direito de greve, entre outros direitos.

No que concerne à proteção ao trabalho infantil, a Constituição brasileira veda, por completo, o trabalho pelos menores de 14 anos, sendo a partir dessa idade até aos 16 anos prevista apenas a modalidade “aprendiz” e a partir dos 16

13 Segundo relatório de 2019 do Departamento de Trabalho dos EUA, que pode ser acessado em: <https://www.dol.gov/agencies/ilab/resources/reports/child-labor/nigeria>.

anos até a maioria a proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre.

8.21. REPÚBLICA FRANCESA

Vigente desde 1958, a Constituição da França garante que a lei determina o direito ao trabalho como princípio fundamental, assim como o direito sindical e a previdência social. O Preâmbulo da Constituição de 1946, garante que todo o trabalhador deve participar, seja por si ou por meio de representantes, da determinação coletiva das condições de trabalho, assim como da gestão das empresas (FRANÇA, 1958). Ainda dentro do Preâmbulo de 1946 ordena que:

Qualquer ser humano que, devido à sua idade, estado físico ou mental, situação econômica, se encontre incapaz de trabalhar tem o direito de obter da comunidade os meios de subsistência adequados (FRANÇA, 1958).

Recentemente, para melhorar as relações de trabalho no país diante dos novos contextos de trabalho, foi implementada em 2017, a Lei da Desconexão. Com a regra, os empregados estão legalmente amparados para não responderem mensagens eletrônicas de seus chefes depois do horário de expediente. Celulares incentivaram trabalho fora do expediente, dizem sindicatos.

8.22. REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

As fontes básicas do Direito do Trabalho iraniano são a Constituição Iraniana de 1906, as Leis civis *Ghanon Madani*, decretos e procedimentos do Conselho de Ministros e Ministério do Trabalho (*Aein Nameh*), convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho bem como outras declarações e acordos internacionais. Entretanto, o país não ratificou as duas convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho, relativa à liberdade de associação e de negociação coletiva e a outra sobre a abolição do trabalho infantil.

Dessa forma, em 2018, as Nações Unidas repreenderam o Irã por suas violações de longa data dos direitos humanos e direitos trabalhistas, conclamaram o país a garantir “que ninguém seja submetido à tortura ou a tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes”.

8.23. REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

De acordo com a Carta-Constitucional da República Oriental do Uruguai (1967) deve-se estabelecer as relações trabalhistas da seguinte maneira:

A lei deve reconhecer a quem quer que esteja numa relação de trabalho ou de serviço, como trabalhador ou empregado, a independência da sua consciência moral e cívica; remuneração justa; limitação do dia de trabalho; descanso semanal; e higiene física e moral. (URUGUAI, 1967).

Além disso, fica a cargo do Estado regulamentar e limitar o trabalho das mulheres e dos menores de 18 anos. Ademais, a lei regula a distribuição imparcial e equitativa do trabalho oferecido (URUGUAI, 1967). Em 2015 a nação foi reconhecida como uma das que mais respeitam os direitos dos trabalhadores de acordo com um estudo da Confederação Internacional de Sindicatos (CSI), no qual situa o Uruguai no grupo 1 da classificação, que reúne os países nos quais “os trabalhadores podem se sindicalizar livremente e defender seus direitos de maneira coletiva contra o governo e as empresas”.

8.24. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O Direito do Trabalho da República Popular da China, adotado na Oitava Reunião do Comitê Permanente do Oitavo Congresso Nacional do Povo, em 1994, dispõe em seu Artigo 3 que:

1) Os trabalhadores terão igual direito ao emprego e à escolha de profissão, direito à remuneração do trabalho, descanso e férias, proteção da segurança e saúde no trabalho, treinamento em habilidades profissionais, seguro social e bem-estar, submissão de trabalho disputas por acordo e outros direitos relacionados ao trabalho estipulado por lei; 2) Os trabalhadores devem cumprir suas tarefas trabalhistas, aprimorar suas habilidades profissionais, seguir as regras de segurança e saúde ocupacional e observar a disciplina trabalhista e a ética profissional. (CHINA, 1994).

O documento citado defende o direito de organizar sindicatos - que devem representar e salvaguardar os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores e realizar suas atividades de maneira independente (CHINA, 1994).

Em 2019 a Human Rights Watch declarou publicamente que o país preocupado com o fato de que permitir a liberdade política poderia comprometer seu poder, construiu um Estado orwelliano de vigilância altamente tecnológica e um sofisticado sistema de censura na internet para monitorar e abafar o criticismo público perante a inúmeras acusações feitas com relação a violação dos direitos humanos, como também dos direitos trabalhistas.

8.25. REPRESENTAÇÃO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR)

O ACNUR busca promover a adoção de padrões internacionais de tratamento dos refugiados em áreas como emprego, educação, moradia e liberdade de circulação, além de facilitar a repatriação voluntária dos refugiados ou auxiliar os países que concedem asilo para que os mesmos possibilitem a auto-subsistência dos refugiados e protejam seus direitos. Assim, o ACNUR atua em conjunto com governos e organizações não governamentais parceiras que fornecem serviços para facilitar a integração dos refugiados, como orientação cultural, idiomas e treinamento vocacional, bem como programas para promover o acesso à educação e ao emprego.

Exemplos de documentos do ACNUR que versam sobre os Direitos Humanos e a garantia do trabalho digno à refugiados e migrantes são: Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), Guidelines on Temporary Protection or Stay Arrangements (2014) e o Pacto Mundial sobre Refugiados (2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁFRICA DO SUL. Constituição (1996). Constituição da República da África do Sul: Promulgada em 8 de maio de 1996. Disponível em: <https://www.justice.gov.za/legislation/constitution/SACConstitution-web-eng.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Informalidade cai mas atinge 38 milhões de trabalhadores. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/informalidade-cai-mas-atinge-38-milhoes-de-trabalhadores>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. Reforma trabalhista brasileira volta à “lista curta” da OIT. 2019a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/reforma-trabalhista-brasileira-volta-lista-curta-da-oit>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. Trabalho Infantil ainda é preocupante no Brasil, diz fórum. 2019b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/trabalho-infantil-ainda-e-preocupante-no-brasil-diz-se>

cretaria. Acesso em: 28 abr. 2020.

ALEMANHA, Constituição (1949). Lei Fundamental da República Federal da Alemanha. Promulgada em 23 de maio de 1949. Disponível em: <https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

BBC NEWS. Covid map: Coronavirus cases, deaths, vaccinations by country. Jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-51235105>. Acesso em: 07 jun. 2021.

BOGGS, Clay; THALW, Geoff. Economic Reforms and Labor Protections in Cuba. WOLA. 20 jul. 2012. Disponível em: <https://www.wola.org/analysis/economic-reforms-and-labor-protections-in-cuba/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BOLÍVIA. Constituição (2009). Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia: Promulgada em 7 de fevereiro de 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jul. 2021.

_____. Diário Oficial da União: Ministério do Trabalho. Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19356195/do1-2017-10-16-portaria-n-1-129-de-13-de-outubro-de-2017-19356171. Acesso em: 26 abr.2020.

BRASIL DE FATO. Presos dos EUA começam greve contra “escravidão moderna”. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/21/presos-dos-eua-comecam-greve-contra-escravidao-moderna>. Acesso em: 4 maio 2020.

CAMARÕES. Constituição (1972). Constituição da República dos Camarões: Promulgada em 2 de junho de 1972. Disponível em: <http://confinder.richmond.edu/admin/docs/Cameroon.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2020.

CCBT. Turquia: Leis trabalhistas. 2019. Disponível em: <http://brasilturquia.com.br/leis-trabalhistas-294.html>. Acesso em: 06 jul. 2021.

CEPAL; OIT. El futuro del trabajo en América Latina y el Caribe: antiguas y nuevas formas de empleo y los desafíos para la regulación laboral. Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe, n. 20, Santiago, 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44604/1/S1900309_es.pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

CFLR. Canada's record at the ILO Disponível em: <https://www.labourrights.ca/issues/fact3=-canadas-record-ilo#:~:text=Of%20the%20ILO's%20189%20Conventions,ILO%20Conventions%20developed%20since%201982>. Acesso em: 08 jul 2021

CHAUVIN, Sébastien. Les agences de la précarité Journaliers à Chicago. Paris: Editions Le Seuil, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/travailemploi/5509>. Acesso em: 26 abr. 2020.

CINTRA, João Pedro Sholl; BOBADILLA, Kassia Beatriz; GAUTO, Maitê. O Trabalho Infantil no Brasil - O desafio infantil nas atividades agrícolas. Fundação ABRINQ. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Vers%c3%a3o-Final-Trabalho-Infantil-no-Brasil-Desafio-Trab-Inf-Ativ-Agr%c3%adcolas-1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

COHANY, Sharron. R. Workers in Alternative employment arrangements. Monthly Labor Report, v. 119, n. 31, out. 1996. Disponível em: <https://www.bls.gov/mlr/1996/10/art4full.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

CORÉIA. Constituição (1947). Constituição da República da Coréia: Promulgada em 17 de julho de 1948. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/kr/kr061en.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

CUBA. Constituição (1976). Constituição da República de Cuba: Promulgada em 24 de fevereiro de 1976. Disponível em: <http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%20240%20KB-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020

CUNHA, Leonardo Pereira da. Breve introdução ao Direito do Trabalho alemão: artigo 611a do BGB e direitos do empregado. Laboratório UERJ de Trabalho e Previdência, 2020. Disponível em: <https://uerjlabuta.com/2020/03/04/breve-introducao-ao-direito-do-trabalho-alemao-artigo-611a-do-bgb-e-direitos-do-em-pregado/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CURLEY, Ligia Maio Gagliardi. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Trabalho Infantil. Revista do Ministério

Público do Trabalho, Brasília, v. 29, n. 15, p. 102-123, mar. 2005. Disponível em: <http://www.anpt.org.br/attachments/article/2714/Revista%20MPT%20-%20Edi%C3%A7%C3%A3o%2029.pdf#page=101>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-ar%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 09 abr. 2020.

DEPARTAMENTO DE TRABALHO DOS EUA. Conclusões sobre as piores formas de trabalho infantil - Nigéria, 2019. Disponível em: <https://www.dol.gov/agencies/ilab/resources/reports/child-labor/nigeria>. Acesso em : 05 jul. 2021.

DERICKSON, Alan. Health Security for All? Social Unionism and Universal Health Insurance 1935-1938. The Journal of American History, n. 80, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2080603?seq=1>. Acesso em: 26 abr. 2020.

DW BRASIL. Escravidão moderna atinge mais de 40 milhões no mundo. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/escravid%C3%A3o-moderna-atinge-mais-de-40-milh%C3%B5es-no-mundo/a-44760076>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FELZEMBURG, Daniel Martins. Direitos Fundamentais no Reino Unido: um estudo do Human Rights Act. PRISMAS: Direito, Políticas Públicas e Mundialização, Brasília, v.3, n. 2, p. 217-242, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://www.publiacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/download/250/200>. Acesso em 01 jul. 2021.

FERNANDES, Roseane Freitas. Causas de evasão escolar da educação básica na percepção de alunos da educação de jovens e adultos. 2013. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Ciências Naturais, Universidade de Brasília, Planaltina, 2013. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/6885>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FLIGSTEIN, Neil; ZHANG, Jianjun. A New Agenda for Research on the Trajectory of Chinese Capitalism. Management and organization review. Volume 7. 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/management-and-organization-review/article/new-agenda-for-research-on-the-trajectory-of-chinese-capitalism/FCF86E51AFB25D719AF6CC-92FFCD867B>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 1, 27 jan. 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FRANÇA. Constituição (1958). Constituição da República Francesa: Promulgada em 3 de junho de 1958. Disponível em: https://www.conseil-constitutionnel.fr/sites/default/files/as/root/bank_mm/portugais/constitution_portugais.pdf. Acesso em: 23 maio 2020.

FREIRE, Antonio Rodrigo Candido. O trabalho escravo no campo. JurisWay. Dez, 2012. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6376. Acesso em: 29 abr. 2020.

FUNDAÇÃO ABRINQ. O Trabalho Infantil no Brasil: O desafio do trabalho infantil nas atividades agrícolas. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://livedetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Vers%C3%A3o-Final-Trabalho-Infantil-no-Brasil-Desafio-Trab-Inf-Ativ-Agr%C3%ADcolas-1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Direito Constitucional Comparado. Porto Alegre, p. 74, jan. 2006. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58046296/Direito_Constitucional_Comparado.pdf?1545476553=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDIREITO_CONSTITUCIONAL_COMPARADO.pdf&Expires=1625507896&Signature=PzW4gU0D39OUBxi49x-CpN3ZWf5LEtEyyFwbgek1zUahlk7t05WYgek-caNvoeLqpM7tTchhzaz1RdhDHlnTyd-ludeYzEkqXrLxHx9HmytN7RHnqhWZDHKYPqSFdb0soZf4e2YnciBeqm-YqCzA-DFGCUf5OQI88gfDSYT4EG4EyqoNL3AW4rHJvIdY6PFg2M8B6jVs0nLXtHJJoiPpqTjx0kr6Kp7X2VIDYKM-G3hrK2DoLWf276h9iY-FtxJ4gcKLVNZc-NuPTc-BJFB0CcTUsUNxqgR-uH3wDi8FWdmxNXtRfQ001zCtLiGqzTbQ-DcUeKWPrvTlcePH1UXki99A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 22 maio. 2020.

ICLG. Employment and Labour Laws: Korea. 2021. Disponível em: <https://iclg.com/practice-areas/employment-and-labour-laws-and-regulations/korea>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ILO. Ratifications for Bolivia (Plurinational State of). Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/?p=1000:11200:0::NO:11200:P11200_COUNTRY_ID:102567. Acesso em: 08 jul. 2021

_____. Ratifications for Mexico Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/?p=NORMLEXPUB:11200:0::NO::P11200_COUNTRY_ID:102764 Acesso em: 08 jul. 2021

_____. Ratifications for Russia. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11200:0::NO:11200:P11200_COUNTRY_ID:102884 Acesso em: 08 jul. 2021

_____. Ratifications for the USA. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11200:0::NO:11200:P11200_COUNTRY_ID:102871 Acesso em: 08 jul. 2021

ÍNDIA. Constituição (1949). Constituição da República da Índia: Promulgada em 26 de janeiro de 1950. Disponível em: https://indiankanon.org/doc/237570/?__cf_chl_jschl_tk__=b4e70b521040870a00a657c35a84bb83a2f91c01-1590797631-0-AV-FG0dWen-GpDc9BWZKrMC_Z_8MDpFLq5MA9a1tOnRbF7BXfaqSStS2y7U5dOYcyznPmUP8-B4EkyCWnMvIAhe-CJ5Oadmqs7JeRsIeYSZb0X1UI-vowZNP-W42SQizYUR2akogw1hdYe-nzlrTd9jeGStnyKf29kS3aSVeR-TUf3a-tSD5D-6v2AtRfbovNr7Z2Gst2W0WqNrai1xHL4MNRjT0rOt3Y8TfNyIIScN060xZ6kR7cPO_t5IbnlGmSSV3MwKnInijsPIN-F1QruNpRqGXMuKirRfWqhBjPAQd--f3W5a8fkabjYnK92yh1HV9OdFjpDVEEzOGBQd2MpYLfEUXhGKYjFWpva-vkV19bo. Acesso em: 19 maio 2020.

KESSELMAN, Donna. Trabalho precário e precarização institucional nos Estados Unidos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nº 25, set./dez. 2010, p. 66-100. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v12n25/04.pdf>. Acesso em: 2 maio 2020.

KUHN, Anthony. As Workforce Ages, South Korea Increasingly Depends On Migrant Labor. NPR. 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.npr.org/2021/06/02/1001194446/as-workforce-ages-south-korea-increasingly-depends-on-migrant-labor>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MACIEL, Cleiton; MOURA, Jeanne. “De Mao a pior”? A questão trabalhista na China contemporânea. *Novos Cadernos*. v. 17, n. 2, p. 141-166, dez. 2014.

MASCARENHAS, André Ofenhejm; BAPTISTA, Rodrigo Martins; DIAS, Sylmara Lopes Gonçalves. Elementos para discussão da escravidão contemporânea como prática de gestão. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 175-187, Apr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902015000200175&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mai. 2020.

MAUÉS, Antonio Moreira; MAGALHÃES, Breno Baía. A Recepção dos Tratados de Direitos Humanos pelos Tribunais Nacionais: Sentenças Paradigmáticas de Colômbia, Argentina e Brasil. *Direito, Estado e Sociedade*. n. 48, p. 76-112. jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/653/405>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MÉXICO. Constituição (1917). Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos: Promulgada em 5 de Fevereiro de 1917. Disponível em: https://web.archive.org/web/20110724055725/http://constitucion.rediris.es/principal/constituciones-mexico1917_4.htm#t6. Acesso em: 08 jul. 2021.

MOTHER JONES. Bound for America. 2010. Disponível em: <https://www.motherjones.com/politics/2010/04/immigration-law-indentured-servitude/>. Acesso em: 3 maio 2020.

OCDE. Better Life Index. Colombia. 2021a. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/countries/colombia/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. Better Life Index. South Africa. 2021b. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/countries/south-africa/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. Better Life Index. United Kingdom. 2021c. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/countries/united-kingdom/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

OIT. 40 million in modern slavery and 152 million in child labour around the world. Set, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_574717/lang-en/index.htm. Acesso em: 06 jun. 2020.

_____. Convenção 29: Trabalho Forçado ou Obrigatório. Conferência Internacional do Trabalho. Genebra, 1930. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235021/lang-pt/index.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

_____. Convenção 105: Abolição do Trabalho Forçado. Conferência Internacional do Trabalho. Genebra, 1957. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235195/lang-pt/index.htm. Acesso em: 23 maio 2020.

_____. Convenção 138: Idade Mínima para Admissão. 1973. Disponível em: http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235872/lang-pt/index.htm. Acesso em: 16 abr. 2020.

_____. Convenção 182: Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. 1999. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236696/lang-pt/index.htm. Acesso em: 16 abr. 2020.

_____. Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Genebra, jun. 1998. Disponível em: https://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

OIT BRASÍLIA. Conheça a OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 02 abr. 2020.

ONU. Convention on the Rights of the Child. 1989. Disponível em <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/crc.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. UNODC Global Report on Trafficking in Persons. 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2018/GLOTIP_2018_BOOK_web_small.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ONU BRASIL. Artigo 4: Ninguém será mantido em escravidão ou servidão. 2018a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-4-ninguem-sera-mantido-em-escravidao-ou-servidao/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. Artigo 23: Direito ao trabalho. 2018b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-4-ninguem-sera-mantido-em-escravidao-ou-servidao/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. Sistema ONU no Brasil divulga nota sobre portaria do trabalho escravo. 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/77964-sistema-onu-no-brasil-divulga-nota-sobre-portaria-do-trabalho-escravo>. Acesso em: 29 abr. 2020.

ONU NEWS. Chefe de direitos humanos alarmado com relatos de graves violações nos Camarões, 2018. Disponível em : <https://news.un.org/pt/story/2018/07/1632232>. Acesso em: 05 jul. 2021.

_____. OIT prevê aumento do desemprego nos países de América Latina e Caribe em 2020. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1702212>. Acesso em: 28 abr. 2020.

PEREIRA, Carina Lima. A escravidão contemporânea em face do direito constitucional do trabalho. 2014. 93 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/112057>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PERU, Constituição (1993). Constituição Política do Peru: Promulgada em 31 de dezembro de 1933. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/spanish/per_res17.pdf. Acesso em: 22 maio. 2020.

PINHEIRO, Milena dos Santos; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. A violação da dignidade da pessoa humana frente a exploração do trabalho infantil. Seminário Internacional: Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/19618/1192612333>. Acesso em: 10 abr. 2020.

REPÓRTER BRASIL. Esquema de tráfico e escravidão de estrangeiros expõe EUA. 2010. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2010/10/esquema-de-traffic-e-escravidao-de-estrangs-expoe-eua/>. Acesso em: 2 maio 2020.

RÚSSIA. Constituição (1993). Constituição da Federação Russa: promulgada em 25 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.constitution.ru/en/10003000-02.htm> Acesso em: 08 jul. 2021

SOUZA, Diego O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4067/406764834004/406764834004.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2021.

STF. Boletim de Jurisprudência Internacional: Trabalho Escravo. Ed. 1. Dez, 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaPesquisasFavoritas/anexo/TrabalhoEscravoJurisprudnciaInternacional.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

THE APPEAL. Why prisoners are Strinking Today. 2018. Disponível em <https://theappeal.org/why-prisoners-are-striking-today/>. Acesso em: 4 maio 2020.

THE BORGEN PROJECT. The opening of Cuba's private sector. 27 abr. 2021. Disponível em: <https://borgenproject.org/>

cubas-private-sector/. Acesso em: 06 jul. 2021.

THE REGISTER. In South Korea the new normal future of work is ... a 52-hour work week! (Down from 68). 24 jun. 2021. Disponível em: https://www.theregister.com/2021/06/24/south_korea_52_hour_working_week/. Acesso em: 06 jul. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Constituição de 1988 consolidou direitos dos trabalhadores. 2018. Disponível em: http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/constituicao-de-1988-consolidou-direitos-dos-trabalhadores. Acesso em: 05 jul. 2021.

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, Abr. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000100011. Acesso em: 12 mai. 2020.

TURQUIA. Constituição (1982). Constituição da República da Turquia: Promulgada em 18 de outubro de 1982. Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Turkey_2017.pdf?lang=en. Acesso em: 21 maio 2020.

UNICEF. A Future Stolen: Young and out-of-school. Set, 2018. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/a-future-stolen/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. Reformas legislativas e a implementação da convenção sobre os direitos da criança. 2009, p. 27. Disponível em: https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/law_reform_crc_imp_por.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

URUGUAI. Constituição (1967). Constituição da República Oriental do Uruguai: Promulgada em 1º de março de 1967. Disponível em: https://www.tcr.gub.uy/archivos/nor_63_Constituci%C3%B3n%20de%20la%20Rep%C3%ABlica%20Oriental%20del%20Uruguay.pdf. Acesso em: 25 maio 2020.

US DEPARTMENT OF LABOUR, WHD. The fair Labour Standards Act of 1938, As Amended. Disponível em: <https://www.dol.gov/sites/dolgov/files/WHD/legacy/files/FairLaborStandAct.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

VENEZUELA. Constituição (1999). Constituição da República Bolivariana da Venezuela: Promulgada em 30 de dezembro de 1999. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_venezuela.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

VIANA, Márcio Túlio. As Relações de Trabalho Sem Vínculo de Emprego E As Novas Regras de Competência. Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 1, n.46, p. 217-242, 2005. Disponível em: https://www.trt3.jus.br/escola/download/artigos/relacoes_trabalho_vinculo.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

YOUTH POLICY. Factsheets: Cuba. 23 out. 2014. Disponível em: <https://www.youthpolicy.org/factsheets/country/cuba/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

**

APOIO À INCLUSÃO SOCIAL DOS REFUGIADOS

Arthur Echenique Alves

Ester G. Kurz

Letícia L. Felix

Marcos Brenno Batista

Maria Júlia S. Mattos

RESUMO

A cada ano, a quantidade de pessoas que buscam refúgio de seu país de origem tem aumentado. Apesar das regulamentações referentes aos refugiados terem se tornado cada vez mais abrangentes, a inclusão dessas pessoas em uma nova sociedade antônima da qual são oriundas tornou-se uma realidade cada vez mais distante. Esse Guia de Estudos apresentará as principais questões em torno dos refugiados, as dificuldades que enfrentam e os seus direitos conquistados nos diversos países abordados, a fim de propor um debate das possíveis soluções dos problemas levantados.

1. INTRODUÇÃO

Independente dos períodos históricos estudados, entender os fluxos migratórios entre territórios sempre foi importante para compreender a formação de Estados, tanto por questões inerentes às conquistas quanto por crises estruturais fomentadas por políticas débeis. Na Grécia antiga, por exemplo, haviam locais designados para o abrigo e proteção às pessoas que almejavam por ajuda em outras cidades por quaisquer motivos. No período imperial romano, o direito de asilo possuía um instituto jurídico próprio e tinha por objetivo a proteção dos que sofriam perseguições. Com a decadência do Império Romano, a legislação na Europa durante a Idade Média passou a ser ligada à religião católica

apostólica romana, vinculando o direito de asilo às construções religiosas, como mosteiros, conventos e igrejas.

É no século XVII na França, durante a fuga dos huguenotes¹⁴ que surge pela primeira vez o termo “refugiado”, sendo utilizado para designar as pessoas deslocadas em função de guerras civis, revoltas, epidemias, entre outros. Todavia, é no início do século XX, por conta da violência que atingia grande parte do globo que gerou enormes fluxos migratórios que surgiu a necessidade de lidar com esse problema na agenda internacional.

O início desses esforços internacionais começou em 1921 por meio da primeira organização para a proteção de refugiados, denominada de Alto Comissariado para Refugiados Russos, que atuou até 1930. Porém, é somente em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), elaborada pela recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), que se institucionaliza internacionalmente a primeira forma de proteção às pessoas em vulnerabilidade (HUNT, 2009). Já a agência da ONU para refugiados, conhecida por Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), foi criada em 1950 para auxiliar os milhões de europeus que fugiram ou perderam suas casas em virtude da Segunda Guerra Mundial (SOUSA, 2019).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Esta sessão abordará historicamente a inclusão social dos refugiados. Diante da emergência do tema de refugiados no contexto internacional, surge a necessidade de compreender este conceito histórica e institucionalmente. Inicialmente, busca-se abordar o significado do termo refugiado: como o desenvolvimento das migrações na história humana levou ao surgimento do conceito de refugiado, considerando as migrações de uma forma mais objetiva. Em seguida, pretende-se discorrer historicamente e compreender a institucionalização do conceito a nível internacional, desde o aparecimento dessa questão até sua sintetização oficial pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

O movimento migratório entre territórios e Estados é historicamente uma pauta de bastante relevância internacional. Isso se dá pela expressiva dimensão de seus fluxos, desrespeito à dignidade humana e crescente violência na sua

14 Pessoas pertencentes à religião Protestante.

contenção, apesar da sua condição de extrema vulnerabilidade¹⁵. Ondas migratórias marcaram a história humana, podendo ser classificadas como de natureza leve (migrações em busca de emprego, mais segurança ou estabilidade no país destino), ou de natureza grave (guerras, fome, revoltas, epidemias e tragédias naturais no país emissor) (SOUZA, 2019).

A migração em si designa tão somente o movimento de pessoas entre territórios ou entre regiões de um mesmo território. Segundo o ACNUR, as pessoas deslocadas recebem diferentes denominações conforme as diferentes características e contextos de seu trânsito, podendo ser: emigrantes (alguém que sai de seu país ou região para se estabelecer em outro lugar), imigrantes (aqueles que chegam a um país ou região diferente do seu para se estabelecerem), apátridas (aqueles que nascem sem nacionalidade ou têm sua nacionalidade retirada pelo Estado), deslocados internos (aqueles que se deslocam dentro de um mesmo território fugindo de conflitos ou outras ameaças à sobrevivência), asilados (alguém que saiu de seu Estado e recebeu a proteção de um Estado receptor), e por fim, os refugiados, como foco desta exposição.

Atualmente, o termo “refugiado” é empregado livremente. As pessoas definidas assim são facilmente reconhecidas como migrantes forçados que procuraram abrigo em outro país. Apesar de seu uso polarizado, o conceito é derivado de uma construção cultural. Portanto, não surgiu com o mesmo significado que possui atualmente, tendo seu desenvolvimento como representação dos valores de uma época e de sua cultura segundo os moldes estabelecidos. Situar seu surgimento em um dado momento fornece uma oportunidade de analisar os contextos sociais, políticos e econômicos que o influenciaram. As características primordiais que destacam na história as práticas de refúgio e as noções que norteiam a pesquisa historiográfica acerca dos usos do conceito de Refugiado são: perseguição e extraterritorialidade (SOUZA, 2019). Assim, para alcançar o entendimento do conceito de refugiado, faz-se necessário abordar a sua historicidade.

As primeiras instituições que podem ser associadas com o auxílio a refugiados foram os asilos presentes na Grécia Antiga que ofereciam proteção às pessoas que procuravam abrigo em outras cidades por quaisquer motivos, dentre eles a perseguição. Desse modo, esse tipo de instituição antiga assemelha-se ao trabalho do ACNUR, já que também representaram a necessidade do estrangeiro

15 De acordo com os últimos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 51% da população de refugiados no mundo é formada por crianças e adolescentes (UNHCR, 2016).

buscar alcançar em outro Estado, comunidade, aldeia ou simples localidade uma proteção específica aos seus medos e receios (SOUSA 2019). Nesse período, o ato de acolhimento era primariamente associado aos lugares relacionados à presença divina, em razão de sua segurança e inviolabilidade, à medida que a pessoa ia se afastando desses lugares, a proteção conferida diminuía (ARAUJO e BARICHELLO, 2015).

Séculos adiante, no período medieval, essa noção de asilo religioso seguiu firme como um pilar das instituições da cristandade, pois o senso de dever que nasce da consciência cristã prega o amor ao próximo e, sobretudo, à ideia de remissão dos pecados, torna essa prática ainda mais recorrente. Contudo, o aumento do uso desse recurso por parte de criminosos, e a necessidade de secularização de poder do estado frente à Igreja, fez com que a população fosse influenciada a ver o direito ao asilo religioso de uma maneira negativa, além de ser considerado uma fonte de conflito entre a justiça eclesiástica e a laica (SÉGUR, 1998). É essa laicização do asilo que culmina com a sua inclusão, pela primeira vez, em uma constituição europeia durante a Revolução Francesa, com a instituição do asilo político (ARAUJO e BARICHELLO, 2015).

Com o desenvolvimento do Estado-nação como uma entidade soberana, o significado de direito de asilo se transformou radicalmente: se originalmente era próprio ao indivíduo, com as transformações decorridas com o tempo tornou-se um direito exclusivo do Estado que, como hoje, pode concedê-lo ou não.

No século XVIII reinavam os ideais liberais, e os revolucionários franceses tinham o objetivo de limitar o poder do soberano a fim de que qualquer um pudesse gozar plenamente da própria liberdade. Assim, o asilo tornou-se um instrumento para proclamar a identidade e a soberania do Estado, pois só poderia receber a proteção aquela pessoa que estivesse sendo perseguida injustamente por sua ação política em defesa da liberdade, ou seja que estivesse em concordância com as ideias da Revolução (ARAUJO e BARICHELLO, 2015).

De acordo com Sousa (2019), é no século XX que os direitos dos refugiados começam a ser revistos, e o termo moderno é aplicado mais conscientemente, a autora afirma que:

A internacionalização da noção de refúgio, por sua vez, adveio da grande demanda deflagrada pelos acontecimentos mundiais do início do século XX. A violência que atingia grande parte do globo gerou enormes fluxos de migrantes e refugiados, um verdadeiro fenômeno de massa, criando a necessidade de lidar com este problema no nível da política internacional. (SOUSA, 2019, p.6).

Fatores como conflitos e perseguições provocaram migrações forçadas, durante a história, mas na contemporaneidade a multiplicidade de fatores envolvidos na formação dos deslocamentos forçados torna complexa a realidade dos refugiados. Na Antiguidade, um exemplo dessas migrações forçadas ocorreu durante os últimos anos das Guerras Púnicas (264 a.C – 146 a.C) entre Roma e Cartago, resultando na fuga dos cartagineses para outras regiões da África do Norte (WARMINGTON, 2010). Embora a publicação citada mencione a palavra refugiado em menção aos cartagineses, a primeira referência histórica a essa palavra ocorreu no século XVII na França, durante a fuga dos huguenotes (pessoas pertencentes à religião Protestante) devido à revogação do Editto de Nantes em 1685, que impedia a perseguição religiosa e dava liberdade para a prática do protestantismo (MOULIN, 2013; SILVA, 2017).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a eclosão da Revolução Russa, o significativo e crescente número de refugiados na Europa fomentou o debate sobre sua proteção. Em 1921, por meio do Conselho da Sociedade das Nações, surgiu o primeiro Alto Comissariado para Refugiados, destinado ao apoio humanitário aos refugiados russos. Juridicamente, a proteção deste grupo foi estabelecida em 1951 com a formulação do Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas, porém apenas vinculado aos fluxos de refugiados anteriores a 1951 e à possibilidade de os Estados só aceitarem esses fluxos se fossem oriundos de países europeus, ou seja, sem a obrigatoriedade de aceitar refugiados de outros continentes.

As ampliações jurídicas à sua proteção e a eliminação de restrições foram, ao longo dos anos, ganhando definições mais próximas das diferentes realidades e desafios dos refugiados ao redor do mundo (RAMOS, 2011)¹⁶. A partir da origem da proteção jurídica internacional, os refugiados passaram a fazer parte, no âmbito das discussões sobre migrações, do conceito das migrações forçadas, diferenciando-se dos modos que institucionalizaram as migrações voluntárias (SILVA, 2017).

Porém foi durante a Segunda Grande Guerra que o tema “refugiados” tornou-se assunto central para a Comunidade Internacional. A magnitude do conflito e as perseguições étnicas e raciais geraram o estrondoso número de em

16 Em 1967 entrou em vigor um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados que retirou as limitações de tempo e geográficas de sua definição em relação à de 1951. Outras ampliações na definição de refugiados ocorreram apenas em âmbitos regionais, em 1969 pela Organização da Unidade Africana (atual União Africana) e pela Declaração de Cartagena de 1984 para a América Latina.

torno de 60 milhões de refugiados. Desses, muitos eram judeus que fugiam da perseguição nazi-fascista. Muitos ingressaram nos Estados Unidos, enquanto outros foram para os países da América do Sul e outros países, como a antiga União Soviética. (BRITANNICA)

Entretanto, grande parte desse número não era de residentes do território europeu, pois alguns anos antes, a partir de 1937, a invasão japonesa à China deslocou cerca de 45 milhões de pessoas, transferindo parte da população do norte e leste do país para territórios não ocupados. Dessa forma, temendo repercussões em sua colônia de Hong Kong, o governo Britânico anteviu as migrações e planejou grandes campos de refugiados longe do alcance japonês (GATRELL, Peter. 2000).

Já em 1939, fugindo da Guerra Civil Espanhola, cerca de 300.000 espanhóis cruzaram para a França, sendo hospedados em campos improvisados. Porém, após a queda de Paris às forças nazistas, em torno de 30.000 desses acabaram sendo enviados para o norte da África pela França de Vichy a fim de realizarem trabalhos forçados. Operações de resgate e realocamento de pessoas gregas sob invasão nazista também foram registradas no teatro europeu, com grande parte deles sendo enviados ao Rajanato Britânico, atual Índia e Paquistão. (GATRELL, Peter. 2000).

Contudo, as agitações mantiveram-se no pós-guerra, especialmente nas regiões que acabaram sob influência soviética, tendo em vista que muitas pessoas dos países afetados emigraram por medo do novo regime, porém também como resultado das mudanças arbitrárias das fronteiras entre Alemanha, Polônia e URSS, que obrigaram o deslocamento de milhares de pessoas até o interior de suas novas fronteiras, citando por exemplo a destinação da Prússia Oriental da Alemanha para a Polônia (BRITANNICA).

Sendo assim, como resposta à urgência de convenções universais a respeito do futuro dos refugiados e como auxiliá-los, e com o intuito imediato de reassentar os milhares de refugiados europeus que ficaram sem lar após o fim do conflito, a recém formada Assembleia Geral das Nações Unidas formou o ACNUR, o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, no ano de 1950, com um mandato previsto de apenas 3 anos (ACNUR, 1950).

Posteriormente, no ano de 1967, no auge do processo da descolonização da África e em meio ao desenrolar da Guerra Fria, surge o “Protocolo de 1967”, que reformou a Convenção de 1951 e expandiu o mandato do ACNUR para além das fronteiras europeias e das pessoas afetadas pela Segunda Guerra Mundial (ACNUR, 2018). Já em 1995, a Assembleia Geral designou o ACNUR como responsável pela proteção e assistência dos apátridas em todo o mundo.

Em 2003, foi abolida a cláusula que obrigava a renovação do mandato do ACNUR a cada três anos (ACNUR, 2020).

Atualmente, o Regime Internacional de Refugiados é bem consolidado, e influencia seus países signatários a criarem diversas políticas para a proteção dos refugiados (SOUSA, 2019). Contudo, mesmo que tal processo ainda aconteça e esteja longe de se mostrar apenas como um fato histórico, qualquer abordagem sobre refugiados que não cite as milhões de pessoas que deixaram a Síria nos últimos anos estaria incompleta.

Até agora, dez anos após o início dos conflitos na Síria, mais de 13,3 milhões de sobreviventes foram forçados a deixar suas vidas para trás. Dessas, mais de 6,6 milhões tiveram que cruzar as fronteiras de seu país em busca de estabilidade e proteção. A Turquia é o país que mais abriga esses refugiados, em torno de 3,6 milhões. A grande maioria dos refugiados sírios nos países vizinhos vive em áreas urbanas, com apenas 1 em cada 20 acomodado em um campo de refugiados (ACNUR, 2021).

3. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção serão abordadas as problemáticas acerca da inclusão social de refugiados. De forma geral, objetiva-se expor quais as dificuldades e os obstáculos enfrentados tanto pelos indivíduos quanto pelos Estados antes e durante o processo de acolhimento dessa população que precisa deixar seu país de origem. Assim, pretende-se apresentar conceitos e características da problemática que são úteis para um melhor entendimento da dinâmica necessária para o apoio dos refugiados e o que leva alguém a refugiar-se em outro país.

Nesse contexto, torna-se indispensável a criação de instrumentos jurídicos nacionais e internacionais que concedam direitos, bem como garantir mecanismos que assegurem esses direitos, àqueles que são forçados a migrar, tanto aos que conseguem obter juridicamente a condição de refugiado, quanto aos que não conseguem (SILVA, 2017).

Além disso, Jubilut e Madureira (2014) destacam que o aumento do número de pessoas que buscam asilo pode pressionar os regimes existentes de proteção ao refugiado e, assim, dificultar ou até mesmo impossibilitar a garantia de uma proteção digna. Por isso, esses desafios precisam ser considerados como contexto para análises e debates para o avanço protetivo dessas pessoas.

Nesse sentido, a Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967 tornaram-se uma ferramenta para a definição

jurídica da condição de refugiado e a sua proteção. Silva (2017) chama atenção para as tentativas de restrições do Estatuto nos últimos anos, justificando tal afirmação com o discurso proferido pelo representante austríaco durante a posse da presidência da União Europeia em 1998, o qual alegou que pessoas que não se enquadram na descrição de refugiado utilizam as normas que concedem o asilo como forma de entrar em outros países e que, por isso, o Estatuto deveria sofrer alterações. Ademais, o autor também chama a atenção para o caso da Itália e França que restringiram a entrada de imigrantes de vários países africanos durante a Primavera Árabe.

Além disso, o ACNUR (2021i) estima que entre os anos de 2018 e 2020 cerca de 1 milhão de crianças nasceram como refugiadas. Esse é um número aproximado pois esses dados muitas vezes não estão disponíveis, não são relatados pelos governos ou não são registrados adequadamente nos sistemas administrativos nacionais. Apesar de complexo, registrar o nascimento da criança refugiada é essencial para provar legalmente a identidade dela, garantindo o exercício de seus direitos e o acesso aos serviços, assim elas podem receber proteção e assistência adequadas.

O ACNUR (2021i) também salienta que quando a situação de refugiado se prolonga e a criança passa a infância longe de seu país de origem, há sérios impactos para a sua educação, uma vez que elas não terão a experiência de ir à mesma escola que seus pais frequentaram, por exemplo. Isso, por sua vez, pode aumentar o número de crianças sujeitas ao trabalho infantil.

A permanência de longa prazo no país onde o refugiado é acolhido se dá por conta de que a repatriação e o reassentamento não são sempre viáveis, uma vez que alguns refugiados precisam passar a vida em seu país de asilo. Assim, a integração local de refugiados é fundamental, podendo incluir a provisão de status legal para residência de longa duração e naturalização. Quando integrados com sucesso, eles têm o poder de buscar meios de subsistência sustentáveis e contribuir para a vida social e econômica do país de acolhimento. Nesse sentido, Lu Gure e Frenette (2020), ao realizarem um estudo sobre os refugiados no Canadá, elucidam que as experiências destes no mercado de trabalho possuem um papel relevante em sua integração bem-sucedida.

Em seu Relatório Global de 2020, o ACNUR (2021h) ressalta o fato de que existem muitos países que acolhem refugiados e que não são Estados Partes da Convenção de 1951 ou de seu Protocolo de 1967 e, portanto, não possuem uma legislação doméstica para refugiados. Dessa forma, a falta de capacidade para responder às suas necessidades legais e de acesso à justiça, devido à inexistência ou à implementação inadequada das estruturas e padrões internacionais,

regionais e nacionais, é um grande desafio a ser superado para garantir a segurança e a inclusão social dos refugiados.

Os refugiados são considerados migrantes internacionais forçados, que cruzam as fronteiras nacionais de seus países de origem em busca de proteção. Eles fogem de situações de violência, como conflitos internos, internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos. As questões étnicas, culturais e religiosas, desigualdade socioeconômica, altos níveis de pobreza e miséria e, sobretudo, instabilidade política estão no âmago dos fatores que levam às migrações de refugiados (LOESCHER, 1996).

A temática dos refugiados encontra-se inerentemente associada à esfera do Estado-nação. Isso se dá devido à situação na qual o país de origem ameaça violar ou de fato viola ou, ainda, apresenta-se incapaz de proteger os direitos de seus nacionais, o que os leva a buscar refúgio. Nessa medida, a categoria dos refugiados surge como consequência das ações ou omissões políticas empreendidas pelo Estado. Diante disso, o país acolhedor deve prover proteção e garantir seus direitos.

Há, diante desse contexto, a necessidade de um vínculo jurídico-político do indivíduo ao Estado-nação, no que tange o pertencimento à uma comunidade política para o exercício e a concretização efetiva de direitos, visto que ao deixar seu país de origem e ingressar em outro país, para que a proteção estatal seja concedida e tal vínculo seja restabelecido, o indivíduo precisa ter reconhecido o estatuto de refugiado. Como acrescenta Haddad (2008), a categoria dos refugiados se define com referência ao Estado e não existiria sem o conceito de soberania e a relação entre Estado, cidadania e território.

De um lado, a existência do sistema estatal, assentada na soberania, é o que torna compreensivo a categoria dos refugiados. De outro, a prática de proteger, solucionar, incluir e excluir os refugiados é o que contribui para reafirmar a soberania e o sistema estatal, reproduzindo essa relação. Os movimentos de refugiados impactam não apenas os Estados-nação, como também as relações internacionais, considerando que as migrações internacionais se dão entre Estados soberanos, organizados num sistema internacional. Esses deslocamentos operam a transferência de um indivíduo sob a jurisdição de um Estado para a de outro, o que gera mudança no pertencimento a uma comunidade política (MOREIRA, 2014).

Em complemento, vê-se que o que alicerça o acolhimento de refugiados pelos Estados permeia em torno da fronteira erguida entre inclusão e exclusão, além de que enseja vulnerabilidade, indefinição e incerteza a esses migrantes

internacionais forçados. Sendo assim, acaba por separar-se entre aqueles que serão inseridos na ordem social, cultural, econômica e política estatal, e aqueles que terão seus direitos garantidos (NYERS, 2005). Bauman (2005 apud MOREIRA, 2014, p. 87) salienta que:

Os refugiados são vistos como outsiders, à medida que vêm de fora; são estrangeiros, por não pertencerem à nação, por serem estranhos aos códigos compartilhados e informados pela identidade cultural, social, étnica, religiosa e linguística da comunidade de destino.

Deste modo, Moreira (2014, p. 87) adiciona que:

No embate da relação de alteridade, materializada pelos limites construídos entre quem são “eles”, diferentes do que somos “nós”, que tipo de estrangeiro deve ser legitimamente autorizado a ingressar no país, e por quanto tempo deve ter permissão de permanência no território nacional. A categoria de refugiado carrega em si as noções de transitoriedade, provisoriedade e temporalidade. Os refugiados se situam entre o país de origem e o país de destino. Ao transitar entre os dois universos, ocupam posição marginal, tanto em termos identitários, culturais e sociais, assentada na falta de pertencimento pleno enquanto membros da comunidade receptora e nos vínculos introjetados por códigos partilhados com a comunidade de origem; quanto em termos jurídicos, ao deixar de exercitar, ao menos em caráter temporário, o status de cidadão no país de origem e portar o status de refugiado no país receptor.

É importante compreender que o direito de o indivíduo perseguido em seu país de origem buscar asilo distingue-se do direito ao asilo, ou seja, à concessão dessa proteção pelo país de destino. Tal concessão constitui uma decisão soberana, relativa ao controle sobre território e população, bem como sobre acesso e permanência de estrangeiros. À vista disso, como já afirmado, não só os refugiados, como também o instituto do refúgio estão ancorados na lógica e dinâmica estatal. A decisão estatal de reconhecer e receber refugiados envolve, sem dúvida, múltiplos e complexos fatores, englobando tanto política externa como doméstica.

O país receptor pode utilizar o acolhimento de refugiados como instrumento para deslegitimar o país de origem, ao rotulá-lo como perseguidor, repressor ou violador de direitos humanos, como também pode favorecer a entrada de refugiados de determinadas origens, em virtude de questões sociais, étnicas, culturais, políticas ou econômicas, em detrimento de outras. Pode ocorrer também a percepção da presença dos refugiados, sobretudo em grande contingente,

como encargo socioeconômico ou como ameaça à segurança ou à identidade nacional (LOESCHER, 1996).

Perante o estatuto de refugiados, é previsto uma condição jurídica, em tese, provisória, na qual coloca que refugiados que fugiram de seus países em função de eventos políticos e, uma vez findados, os cidadãos deveriam ser repatriados. No entanto, esses fatores demandam muito tempo e em paralelo a isso, esse grupo busca meios de estabelecer suas vidas, reconstruindo relações sociais e laços afetivos, constituindo, por vezes, famílias nos países de destino, o que dificultam o regresso à terra natal e acarretam implicações em meio às comunidades e países acolhedores.

4. ESTUDOS DE CASO

A fim de elucidar como se dá o acolhimento e inclusão de refugiados, foram selecionados três países para serem analisados de forma breve. Os países escolhidos foram: (1) Alemanha, país com o segundo maior número de pedidos de asilo e que hospedou a terceira maior população; (2) Peru, país com o quinto maior número de pedidos de asilo e que hospedou o sétimo maior número de refugiados; e (3) Turquia, país que acolheu o maior número de refugiados e nono país com o maior número de pedidos de asilo (ACNUR, 2021i).

4.1. ALEMANHA

A partir de uma maior abertura de suas fronteiras para a recepção de refugiados - vindos, sobretudo, da Síria, de outros países do Oriente Médio e do norte da África -, ocorrida no ano de 2015, a Alemanha convive com um aumento no número de pedidos de refúgio, se tornando o país com o maior número de refugiados da União Europeia, com 1,5 milhão apenas de solicitações de asilo, entre 2015 e 2019.

Nesse país, o maior empenho na inclusão social dos refugiados acontece através do investimento em cursos profissionalizantes e estágios, com apoio do setor privado e ampla oportunidade de acesso aos refugiados. O sistema de aprendizagem alemão mescla o ensino teórico da profissão e sua prática em alguma empresa privada, podendo ocasionar na plena contratação do aprendiz ao fim do processo.

Para facilitar ainda mais a inserção do refugiado no mercado de trabalho e à uma nova avaliação de concessão de refúgio no futuro, o governo alemão adota um mecanismo alcunhado de “três mais dois”, no qual o indivíduo que obteve negativa em sua solicitação de asilo pode treinar durante três anos e trabalhar, ao menos, por mais dois com a segurança de não ser deportado.

Embora do crescente fluxo de imigrantes nos últimos anos, uma pesquisa foi realizada em várias comunidades leste alemão por cientistas do Centro de Ciências Sociais de Berlim e das universidades de Mannheim e Nova York com o objetivo de descobrir se um maior contato da população local com os refugiados poderia desencadear ações mais positivas ou influenciar, ou por outro lado, o aumento da xenofobia; ao fim da pesquisa, foi constatado que não houve mudança significativa nem para um lado nem para o outro, o que demonstra que discursos anti-imigração - promovidos, sobretudo, pela extrema-direita alemã - não encontram guarida, de forma generalizada, na população (WZB, 2020).

4.2. PERU

Desde o início da crise sócio-econômica e humanitária na Venezuela, o Peru tem sido o segundo país que mais recebeu refugiados venezuelanos; dos 5,4 milhões de venezuelanos que deixaram seu país, 1,04 milhão se dirigiu ao Peru (ACNUR, 2021a), onde boa parte desses solicitou asilo. O poder público local tomou uma série de medidas, com apoio da Agência da ONU para Refugiados e instituições parceiras a fim de promover a inclusão social dos refugiados venezuelanos.

Com o objetivo de facilitar a regularização do status migratório, o governo peruano implantou, a partir de 2017, um tipo de concessão em que é permitido o trabalho, os estudos e a abertura de conta bancária por parte dos refugiados que ingressarem de maneira legal (UNIC RIO DE JANEIRO, 2018). Por outro lado, o país passou a exigir, a partir de 2019, visto humanitário, além do passaporte, para o ingresso de refugiados venezuelanos no país, com a finalidade de limitar o quantitativo, assim como, por razões de segurança.

No âmbito da atuação da ACNUR, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores do Peru, apenas no ano de 2020, cerca de 50 mil emigrantes de diferentes países puderam solicitar, remotamente, a condição de refugiados no Peru. A ACNUR, ainda, com apoio de várias instituições, doou cerca de 125 unidades para refugiados em 65 hospitais e centros de saúde, no ano de 2020, além de promover centenas de consultas e atividades em apoio à saúde mental

e ao psicossocial (ACNUR, 2021b).

4.3. TURQUIA

Em termos quantitativos, a Turquia é o país que mais acolhe refugiados do mundo, em 2020, com quase 3,7 milhões de refugiados - 15% do total mundial - 92% deste número são refugiados sírios. Assim, o governo turco priorizou a educação no início da emergência de refugiados, fazendo investimentos que ajudaram a preparar crianças refugiadas sírias para a transição de centros de educação temporários para o sistema escolar público turco; as crianças também receberam aulas de turco e materiais escolares (ACNUR, 2021i).

Na Turquia, a grande maioria dos refugiados vivem nas cidades - em muitos casos em habitações precárias - em vez de viverem nos campos de refugiados. Contudo, os refugiados possuem acesso às facilidades de infraestrutura e assistências de âmbito social disponibilizadas pelo governo. Nesse sentido, a União Europeia (UE) provê recursos para gerir os programas sociais do governo turco e prestar auxílio aos refugiados (PINNA, 2017).

Pedrosa (2019) ressalta que a Turquia, apesar de ser signatária da Convenção de 1951, não aderiu integralmente ao Protocolo de 1967 e, portanto, o Estado ainda considera refugiados apenas aquelas pessoas provenientes da Europa. Deste modo, os refugiados sírios que chegam à Turquia ficam sob o regime de baixa proteção temporária, o que os garante a permissão de estadia e proteção contra punições pela entrada ou estada irregular. Ademais, o autor também elucida que a legislação turca permite que os sírios tenham uma carteira de trabalho, entretanto elas são de difícil obtenção. Logo, esses refugiados acabam por realizar trabalhos informais e mal remunerados e, assim, têm seu trajeto rumo à uma vida digna, à oportunidade de estudar e participar da vida social dificultada.

5. A PANDEMIA DE COVID-19 E OS REFUGIADOS

Dados coletados pelo ACNUR indicam que a pandemia de COVID-19, além de impedir a possibilidade de fuga, também gerou novos fluxos migratórios. Exemplo disso é o relato de pessoas deslocadas no Iêmen que argumentam

que a pandemia dificultou suas situações de vida, isto devido ao impacto do COVID-19 nos serviços e na economia ou ao medo de contrair o vírus (ACNUR, 2021i).

Porém, apesar da pandemia levar ao aumento do número de deslocamentos forçados, a recepção de refugiados não foi facilitada.

As medidas para conter a propagação da COVID-19 impactaram diretamente o funcionamento dos sistemas de asilo em todo o mundo. O fechamento de fronteiras e as restrições à circulação estão tornando-se consideravelmente mais difícil para as pessoas que fogem da guerra e da perseguição alcançarem a segurança. No auge da pandemia durante 2020, cerca de 164 países fecharam suas fronteiras, com 99 Estados fazendo nenhuma exceção para as pessoas buscando asilo (ACNUR, 2021i, p. 58, tradução nossa).

Com o aumento dos riscos nesse período, o ACNUR buscou realizar esforços conjuntos para criar sistemas de proteção infantil que fossem mais inclusivos, promover o cuidado com a saúde mental e o apoio psicossocial, dar enfoque à igualdade de gênero que é crucial para combater a violência e, além disso, a agência da ONU também buscou dar ênfase à procedimentos como o registro de nascimento e estratégias para lidar com a apatridia infantil (ACNUR, 2021h).

Com relação à vacinação dos refugiados, o Relatório Global publicado pelo ACNUR (2021h) aponta que apenas 52% dos relatórios de 28 países, em dezembro de 2020, demonstram a inclusão das pessoas refugiadas em seus planos nacionais de vacinação contra o COVID-19.

O Relatório Global também aponta que, no mesmo ano, mais de 85% dos refugiados foram hospedados em países de baixa e média renda. Assim, alguns dos desafios encarados pelo ACNUR foram caracterizados por refugiados vivendo em moradias inadequadas, em condições de vida superlotadas, sem acesso à água potável e infraestrutura de saúde precária. A COVID-19 aumentou a vulnerabilidade dos refugiados também devido aos empregos perdidos, ao aumentando dos riscos à saúde e proteção e, inclusive, devido à violência de gênero.

6. AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Ramos (2011) aponta que o debate sobre a proteção dos refugiados iniciou-se com o grande número de refugiados devido ao final da Primeira Guerra

Mundial e a eclosão da Revolução Russa. Deste modo, em 1921 a Sociedade das Nações cria o primeiro Alto Comissariado para Refugiados. Já o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados foi criado em dezembro de 1950, por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objetivo de reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial. Atualmente o ACNUR atua em 135 países ao redor do mundo.

As origens dos esforços de realocamento dos migrantes europeus durante a segunda grande guerra podem ser traçados às discussões em Londres e Washington acerca do fornecimento de commodities básicas, incluindo suprimentos necessários aos refugiados. O presidente estadunidense F. D. Roosevelt ainda em novembro de 1942 já havia criado o Escritório de Alívio Internacional e Operações de Reabilitação (do inglês Office of Foreign Relief and Rehabilitation Operations, OFRRO) para administrar o assunto (GATRELL, 2000).

Uma publicação histórica foi emitida pela Associação de Planejamento Nacional (1944), “O Povo ‘Desenraizado’ da Europa: A Realocação da População Deslocada” (*Europe’s Uprooted People: the Relocation of Displaced Population*), que depois de considerar o escopo de repatriação, absorção e reassentamento, concluiu que essas soluções “não pretendem disfarçar o fato de que as condições políticas e psicológicas do pós-guerra exigirão, mesmo que algum sofrimento possa estar envolvido, certas trocas e transferências de população e a migração de muitos indivíduos dos países de origem para países dispostos a aceitá-los”. Isso se tornou a política dos Aliados após a guerra (GATRELL, Peter. 2000).

Apesar de debater-se sobre o acolhimento de refugiados desde os anos 20, a proteção dos refugiados só foi juridicamente estabelecida 30 anos depois com o Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas de 1951 que, apesar de ser um grande avanço, também era bastante limitado no sentido de garantir direitos iguais a todos, já que o Estatuto possibilitava que os Estados rejeitassem refugiados de outros continentes que não o Europeu. Ao longo dos anos houveram mais avanços no debate e, em 1967, entrou em vigor o Protocolo sobre o Status de Refugiado relativo ao Estatuto dos Refugiados que acabou com essa limitação.

A nível regional, a Organização da Unidade Africana (atual União Africana), em 1969, decidiu pela ampliação da definição de refugiado devido ao recrudescimento de conflitos civis em virtude dos processos de descolonização pelos quais passava o continente africano. Alguns anos mais tarde, devido ao aumento de refugiados na região por conta da eclosão de diversos regimes ditatoriais, tal ampliação também ocorreu na América Latina com a Declaração de Cartagena de 1984, deste modo a grave e generalizada violação de Direitos

Humanos torna-se um dos elementos que caracterizam o conceito de refugiado (RAMOS, 2011).

O Direito Internacional define e protege os refugiados, deste modo, a Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967, a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) e a Declaração de Cartagena de 1984 sobre os Refugiados são as ferramentas para isso. São elas que, entre outras coisas, garantem: (a) que os refugiados não serão devolvidos aos perigos dos quais escaparam; (b) o acesso ao procedimento de asilo que seja justo e eficiente; (c) o respeito aos Direitos Humanos do refugiado; e (d) condições dignas e seguras para que os refugiados possam encontrar uma solução a longo prazo. Ademais, a Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954 e a Convenção da ONU para a Redução dos Casos de Apatridia de 1961 reforçam o compromisso dos países signatários de prevenir e erradicar a apatridia. Os Estados assumem a responsabilidade destas garantias e, para isso, o ACNUR assessora-os (EDWARDS, 2015).

Já entre as ações mais recentes do ACNUR destaca-se a adoção do Pacto Global sobre Refugiados, no ano de 2018, que visa reforçar a forma como o ACNUR cumpre seu mandato de proteção e soluções em benefício dos refugiados, apátridas e pessoas deslocadas internamente. Desta forma, o Pacto Global tem como objetivo aliviar as pressões sobre os países que acolhem refugiados, propiciar meios para que os refugiados se tornem autossuficientes, ampliar o acesso ao reassentamento de refugiados em outros países e outras vias complementares, bem como apoiar os países de origem dos refugiados para que eles possam regressar em segurança e com dignidade.

Há também o primeiro Fórum Global de Refugiados, realizado em dezembro de 2019, foi um marco na construção da solidariedade com os refugiados do mundo e os países e comunidades que os acolhem. O objetivo do Fórum é promover sociedades inclusivas, onde as pessoas sob o mandato do ACNUR conheçam e exerçam seus Direitos Humanos e possam, portanto, prosperar e atingir seu pleno potencial, bem como preparar as comunidades anfitriãs para que estas possam oferecer as condições ideais para receber essas pessoas.

Além do Fórum Global de Refugiados, o 20º aniversário dos Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno criou um ímpeto em torno da implementação de um Plano de Ação GP20. Os Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno são a consolidação de princípios voltados exclusivamente para a proteção dos deslocados e representam um instrumento que organiza sistematicamente normas já existentes aplicáveis aos deslocados e, apesar de não ser um documento vinculante, muitas de suas disposições são derivadas

de outros instrumentos internacionais de Direitos Humanos e, por isso, são obrigatórios. Já o Plano de Ação GP20 visa reduzir e resolver o deslocamento interno por meio da prevenção, proteção e soluções para os deslocados internos consistentes com os Princípios Orientadores. Os objetivos giram em torno da participação de deslocados internos, legislação nacional e política sobre deslocamento interno, dados e análises sobre deslocamento interno e abordagem do deslocamento prolongado e garantia de soluções duráveis.

Paralelamente com as citadas ações, o compromisso dos Estados com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ocupa um lugar central na cooperação internacional. A chave para essas estruturas e processos é a inclusão, a proximidade com as pessoas que precisam de proteção e a garantia de que as preocupações de todos os atores e partes interessadas sejam levadas em consideração. Assim, o ACNUR atua como um defensor forte, com princípios e persuasivo dos direitos e necessidades das pessoas deslocadas à força, dos apátridas e dos refugiados.

Já no ano de 2020, a fim de fortalecer seu envolvimento com os mecanismos de Direitos Humanos - como Organizações Internacionais que amparam os Direitos Humanos -, o ACNUR adotou documentos como o “*UNHCR’s Human Rights Engagement Strategy: The case for inclusion (2020-2023)*”¹⁷, bem como a “Orientação sobre o Envolvimento do ACNUR com as Instituições Nacionais de Direitos Humanos”¹⁸ e a “Orientação do ACNUR sobre Racismo e Xenofobia”¹⁹.

7. QUESTÕES A PONDERAR

1. Quais medidas os Estados podem adotar a fim de integrar economicamente, socialmente e culturalmente os refugiados reassentados, refugiados em situações prolongadas, requerentes de asilo e pessoas deslocadas internamente?
2. Como a Comunidade Internacional pode auxiliar na liberdade de emigração de um cidadão, combater a xenofobia, o discurso de ódio e a

17 Estratégia de Envolvimento dos Direitos Humanos do ACNUR: O caso para inclusão (2020-2023), em português. O documento pode ser acessado em: <https://www.unhcr.org/protection/operations/5fb681264/unhcrs-human-rights-engagement-strategy-2020-2023.html>.

18 O documento pode ser acessado em: <https://www.unhcr.org/5f92a5604>.

19 O documento pode ser acessado em: <https://www.unhcr.org/5f7c860f4>.

desinformação sobre os refugiados? Como podemos garantir que os refugiados que são vítimas tenham acesso à justiça e aconselhamento psicológico?

3. Quais as atitudes imperativas que as Nações Unidas podem desempenhar para o manutenção de questões sanitárias e educacionais dentro dos diversos campos de refugiados ao redor do mundo?
4. Como os Estados, empresas e a sociedade civil podem apoiar os refugiados em situações prolongadas, que vivem há anos ou às vezes décadas em outro país? Como garantir que os refugiados reassentados sejam bem recebidos e integrados?
5. Que papel os cidadãos locais das comunidades anfitriãs podem desempenhar para apoiar os refugiados?

8. POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

O ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou Agência da ONU para Refugiados é a agência da ONU responsável por assegurar e proteger os direitos das pessoas em situação de refúgio e pela manutenção de normas internacionais acerca do tema. A ratificação de uma convenção ou protocolo do ACNUR por um Estado é um ato soberano e implica na interiorização da mesma. O trabalho do ACNUR está fundamentado pela Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e pelo Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967. Ademais, no ano de 2019 a Assembleia Geral da ONU aprovou o Pacto Global sobre Refugiados a fim de garantir que os Estados que acolhem dos refugiados possam receber o apoio necessário ao passo que os refugiados possam levar uma vida produtiva.

Para além das convenções, resoluções e declarações do ACNUR, cada país possui leis próprias e normas internas sobre acolhimento e estadia de refugiados.

8.1. CANADÁ

O Canadá aderiu ao Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados no ano de 1969, tendo, porém, se reservado quanto aos Artigos 23 e 24 da Convenção, uma vez que o país interpreta a sentença de ‘permanência legal’ como referindo-se apenas a refugiados admitidos à residência permanente. Assim, aqueles que possuem residência temporária receberão o mesmo tratamento acordado para

visitantes em geral.

Tendo o escritório da ACNUR se instalado no país em 1976, o programa de asilo trabalha para fornecer proteção de refugiado às pessoas que tem um temor bem fundado de perseguição ou correm risco de tortura, punição cruel e incomum em seus países de origem. No entanto, nem todos são elegíveis para pedir asilo, por exemplo, os que foram condenados por crimes graves ou tiveram pedidos de refugiados anteriores negados pelo Canadá.

Em seu do programa de assistência, o Governo do Canadá, ou a Província de Quebec, ajuda os assistidos com serviços essenciais e suporte de renda, sendo que o refugiado pode receber este apoio financeiro por até um ano ou até que o momento em que possa se sustentar (o que ocorrer primeiro).

8.2. ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

A Bolívia homologou seu compromisso com o Estatuto dos Refugiados em 1982 sem restrições. O Escritório Regional do ACNUR, por sua vez, foi estabelecido em Buenos Aires em 1965, e é responsável pela administração dos países Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Em dezembro de 2020, a Bolívia abrigava 10.849 refugiados e 9557 venezuelanos, além de possuir requerentes do status de refugiado de 10 nacionalidades diferentes.

As obrigações dos refugiados que conseguem asilo na Bolívia são o de respeitar a Constituição Política do Estado, bem como todas as medidas que sejam adotadas para a manutenção da ordem pública e a segurança do Estado; informar a Comisión Nacional de Refugiados (CONARE) sobre mudanças no estado civil, endereço e/ou dados de contato, e qualquer viagem ao exterior; e manter a documentação pessoal, o endereço de residência, e a validade do certificado provisório, atualizados.

8.3. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos se comprometeram com as obrigações impostas pelo Protocolo dos Refugiados em 1968 com certas ressalvas em relação ao artigo I do Protocolo, pois ressaltaram o direito de tributar refugiados que não residem no país em acordo com suas regras gerais.

Em 2017, o então presidente Donald Trump, suspendeu por três meses a entrada nos Estados Unidos de cidadãos da Síria, Iraque, Irã, Líbia, Sudão, Iêmen e Somália. Refugiados do mundo todo foram barrados por quatro meses,

ou por tempo indeterminado (no caso dos sírios), em uma tentativa de combate ao terrorismo.

No ano de 2021, o atual presidente Joe Biden, após duras críticas por manifestar sua intenção de manter a cota de refugiados estipulada por Trump, que foi a mais baixa desde a criação do programa para refugiados desde 1980, declarou que haverá um aumento para 62,5 mil do limite de refugiados que poderão entrar no país.

8.4. ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

O México se submeteu ao protocolo dos refugiados promulgado pelo ACNUR em 2010, sem observações jurídicas. Entre os principais programas da agência no país estão: assistência jurídica e material a refugiados; apoio à integração socioeconômica de refugiados e requerentes de asilo implementado; detecção e assistência temporária de solicitantes da condição de refugiado, refugiados, beneficiários de proteção complementar e apátridas.

Em 2018, o país adotou o Marco Integral Regional de Proteção e Soluções (MIRPS), uma iniciativa regional que busca avançar em direção ao Pacto Global sobre Refugiados e respondeu positivamente aos compromissos assumidos pelo governo mexicano durante a Cúpula de Líderes sobre Refugiados de 2016.

Atualmente, o ACNUR informou que está apoiando o México a fortalecer e expandir procedimentos de asilo em meio ao aumento no número de procura por abrigo, pois o país deixou de ser um país de trânsito e tornou-se um lugar onde muitos refugiados procuram encontrar proteção.

8.5. FEDERAÇÃO RUSSA

Em 1993, a lei nacional Sobre Refugiados foi promulgada na Rússia. Essa é responsável por definir o refugiado como uma pessoa que se encontra fora do seu país de nacionalidade ou residência habitual; tem um receio fundado de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, ou por pertencer a um determinado grupo social ou opinião política; e não pode ou não deseja beneficiar-se da proteção desse país, ou regressar a ele, por medo de perseguição.

Com mais de um milhão de refugiados sírios registrados, em 2019, o governo russo elaborou uma estratégia para facilitar o retorno desses à sua terra natal e a apresentou às autoridades libanesas, que visavam garantir o retorno de 890.000 refugiados sírios para sua terra natal.

Apesar dos números, a Rússia não tem recebido uma contagem satisfatória de refugiados para resolver os problemas de natalidade do país. Isso, em parte, se deve às complexas exigências necessárias para receber a cidadania russa, entre elas a solicitação nos órgãos competentes no seu país de origem para renunciar à sua cidadania original.

8.6. REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

O Reino Unido ratificou a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiado no ano de 1954 e quando aderiu, em 1968, ao respectivo Protocolo de 1967, excluiu da aplicação deste os territórios de Jersey, Rodésia do Sul, Suazilândia, ao passo que estendeu a aplicação do Protocolo a Santa Lúcia e Montserrat.

Embora os refugiados tenham o direito de trabalhar no Reino Unido, existem lacunas significativas no acesso ao emprego. Portanto, em 2018, visando fortalecer a integração aos refugiados, inclusive no que diz respeito ao emprego e ao treinamento na língua inglesa, o governo do Reino Unido trabalhou com o ACNUR e parceiros da sociedade civil para melhorar o envolvimento com o setor privado, promovendo a empregabilidade de refugiados e, conseqüentemente, sua autossuficiência. Também foram lançados programas-piloto de empreendedorismo para que refugiados pudessem iniciar seus negócios próprios (ACNUR, 2019).

Para além disso, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido lançou uma nova política humanitária que se compromete a adotar abordagens de longo prazo para crises prolongadas, incluindo financiamento plurianual para respostas de desenvolvimento, bem como investimentos em serviços básicos.

8.7. REPÚBLICA ARGENTINA

Aderiu à Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados no ano de 1961 e, 6 anos depois, também aderiu ao Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados. Na Lei de Migrações da Argentina (Lei nº 25.871/2004) são priorizados os Direitos Humanos garantindo o acesso à saúde, assistência social, educação, justiça e emprego. Porém, o Decreto de Necessidade e Urgência (Decreto nº 70/2017) restringe o acesso ao devido processo legal e afeta o direito à união familiar em casos relativos à admissão e expulsão de migrantes.

Ainda há a Comissão Argentina para Refugiados e Migrantes (CAREF), que trabalha pelos direitos dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo desde 1973. Ela oferece gratuitamente serviços profissionais de aconselhamento, orientação, assistência social e jurídica.

8.8. REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

A Venezuela aderiu ao Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados no ano de 1986, porém com a ressalva de que o tratamento para com os refugiados acolhidos no país não inclui quaisquer direitos e benefícios concedidos aos nacionais de países com os quais a Venezuela possua acordos de integração regional, alfandegários, econômicos ou políticos (ACNUR, 1967). Ademais, a migração é regulamentada pela Ley de Extranjería y Migración 37.944, de 2004, versando sobre questões de entrada, permanência, saída, direitos e obrigações de todos imigrantes no país, independentemente de sua condição migratória, observada a Constituição.

O ACNUR trabalha com 350 promotores comunitários, comitês e redes de jovens e mulheres envolvidos com a identificação dos riscos de proteção e das necessidades básicas das comunidades e envolvidos também no planejamento das ações de solidariedade. Em 2019, a Agência da ONU para Refugiados trabalhou para a capacitação das estruturas comunitárias que acolhem pessoas em situação de vulnerabilidade. A capacitação envolveu a identificação de pessoas com necessidades específicas e rotas de atendimento e serviços disponíveis (ACNUR, 2021k).

8.9. REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Em 1995, a África do Sul tornou-se membro da Convenção para Refugiados da Organização da Unidade Africana (OUA) e, no ano seguinte, aderiu à Convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados e ao respectivo Protocolo. Além disso, desde 2013 a Arquidiocese Católica de Durban, com o apoio da Fundação AIS, promove na cidade um projeto para refugiados onde ocorrem seminários e workshops voltados para a melhora da integração deles. O projeto envolve também bolsas escolares, fornecimento de comida e abrigo e o ensino de inglês e da língua local IziZulu (FUNDAÇÃO AIS, 2021).

Apesar de iniciativas como a citada, a DW (2019) chama atenção para

a crescente xenofobia contra imigrantes e refugiados no país, apesar do lançamento pelo governo do Plano de Ação Nacional de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada (NAP). Ademais, em março de 2020, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos expressou preocupação sobre a vulnerabilidade dos refugiados e requerentes de asilo durante a pandemia e exortou o governo sul-africano a abordar adequadamente as questões de direitos humanos em suas respostas à Covid-19, incluindo a garantia de que refugiados tenham acesso a serviços básicos (ACHPR, 2020).

8.10. REPÚBLICA DA COLÔMBIA

A Colômbia ratificou a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados no ano de 1961 e aderiu ao seu respectivo Protocolo em 1980. Para além disso, o governo colombiano, instituições estaduais, agências da ONU, sociedade civil, setor privado e instituições financeiras trabalham em conjunto na construção de uma resposta ao significativo número de refugiados venezuelanos que chegam à Colômbia.

O ACNUR está atuando para promover o acesso à nacionalidade de crianças nascidas na Colômbia de pais venezuelanos, bem como o acesso à assistência jurídica e proteção internacional para os venezuelanos. Com relação à inclusão socioeconômica de refugiados e migrantes, as alianças no setor privado com associações empresariais e também com grandes e pequenas empresas mostram-se capazes de contribuir para trazer soluções e oportunidades (ACNUR, 2020).

8.11. REPÚBLICA DA COREIA

A Coreia do Sul aceitou os termos do protocolo dos refugiados em dezembro de 1992 e, em 2020, um total de 3.452 pessoas foram reconhecidas como refugiadas ou concedido status humanitário pelo governo da República da Coreia (UNHCR, 2021), tendo a maioria desses refugiados vindo da Síria e Iémen.

Mais de 30.000 norte-coreanos já fugiram através da China em busca de uma vida melhor na Coreia do Sul. Durante a pandemia de Covid-19, o número de refugiados diminuiu drasticamente devido ao aumento da segurança na fronteira, em razão do aumento das patrulhas, instalação de cercas eletrificadas

e maior liberdade para os guardas, instituído pelo atual regime do líder norte-coreano Kim Jong-un.

8.12. REPÚBLICA DA ÍNDIA

A Índia não faz parte da Convenção de 1951 para os Refugiados ou de seu Protocolo de 1967 e não tem uma estrutura nacional de proteção aos refugiados. No entanto, continua a conceder asilo a um grande número de refugiados de Estados vizinhos e respeita o mandato do ACNUR para outros nacionais, principalmente do Afeganistão e Mianmar (ACNUR, 2011).

Na ausência de uma estrutura legal e administrativa nacional, o ACNUR, com sede em Nova Delhi, conduz a determinação do status de refugiado (RSD) para requerentes de asilo de países não vizinhos e de Mianmar. O ACNUR também está presente em Chennai, Tamil Nadu, no sul, para apoiar a repatriação voluntária de refugiados do Sri Lanka (ACNUR, 2011).

8.13. REPÚBLICA DA TURQUIA

A Turquia continua a acolher o maior número de refugiados em todo o mundo, visto que o número de pessoas deslocadas à força em todo o mundo devido a conflitos, violência e perseguição atingiu níveis recordes. A Turquia hospeda atualmente cerca de 3,6 milhões de refugiados sírios registrados, juntamente com cerca de 320.000 pessoas de outras nacionalidades (ACNUR, 2021).

A República da Turquia faz parte da Convenção de Refugiados de 1951 e do Protocolo de 1967, mantendo a limitação geográfica da Convenção de 1951. Tal limitação prevê que qualquer refugiado extra-europeu deve a longo prazo retornar para sua terra natal ou ser realocado em um terceiro país fora da Europa.

A Turquia tem empreendido reformas legislativas e institucionais para construir um sistema de asilo nacional eficaz em conformidade com os padrões internacionais. Em abril de 2013, a primeira lei de asilo da Turquia, a Lei sobre Estrangeiros e Proteção Internacional, foi aprovada pelo Parlamento e entrou em vigor em 11 de abril de 2014. A Lei estabelece os principais pilares do sistema de asilo nacional da Turquia e estabelece a Direção-Geral de Migration Management (DGMM) como a principal entidade responsável pela formulação

de políticas e procedimentos para todos os estrangeiros na Turquia. A Turquia também adotou o Regulamento de Proteção Temporária em 22 de outubro de 2014, que estabelece os direitos e obrigações, juntamente com os procedimentos para aqueles que recebem proteção temporária na Turquia (ACNUR, 2021).

8.14. REPÚBLICA DE CUBA

O país caribenho alterou suas leis de nacionalidade para conceder nacionalidade às crianças nascidas em seus territórios que, de outra forma, seriam apátridas. Além disso, Cuba também reformou tais leis para permitir que as mães possam repassar a nacionalidade a seus filhos em igualdade de condições com os pais (ACNUR, 2021).

Entre os países do Caribe, Cuba é o país com o menor número de migrantes em comparação com sua população total, com os imigrantes representando apenas 0,1% de sua população. No entanto, muitas estimativas mostram que Cuba também é o país anfitrião do maior número de refugiados no Caribe. O país de onde vêm a maior parte dos migrantes em Cuba é o Haiti (IOM, 2015).

Além disso, a ilha é o país com a maior porcentagem de população emigrada no Caribe, representando cerca de 10 a 15 por cento desta. Os Estados Unidos, México e Canadá são os principais destinos dos recentes fluxos de emigração cubana (IOM, 2015).

Da mesma forma, o país é um importante país de trânsito dos fluxos migratórios continentais e intercontinentais e, em particular, dos fluxos migratórios caribenhos em trânsito, que pretendem migrar principalmente para os Estados Unidos (IOM, 2015).

8.15. REPÚBLICA DO CHILE

O governo chileno, concordou com o ACNUR para estabelecer um programa de reassentamento de refugiados no Chile. O objetivo principal do programa de reassentamento é permitir que os refugiados se integrem à sociedade chilena e que alcancem a autossuficiência o mais rápido possível. O país espera que os refugiados reassentados contribuam de forma positiva na sociedade local (CHILE, 2002).

O Governo do Chile é responsável por acolher e facilitar a integração de refugiados reassentados em cooperação com o ACNUR e organizações não governamentais. O reassentamento de refugiados está sob os auspícios do Ministério

das Relações Exteriores e do Ministério do Interior, este último fornecendo a coordenação geral e a supervisão do programa nacional de reassentamento. Os serviços diretos são fornecidos por uma ONG por meio de um sub-acordo com o ACNUR (CHILE, 2002).

Dessa forma, o governo chileno ainda obedece os critérios estabelecidos na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967 (CHILE, 2002).

8.16. REPÚBLICA DO PERU

O Peru ratificou a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, no ano de 1964; no mesmo sentido, foi ratificado o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, no ano de 1983. O órgão governamental responsável pela coordenação, fiscalização e apoio aos refugiados no país é a Comissão Especial para Refugiados do Ministério das Relações Exteriores, que possui plataforma virtual com vários procedimentos - do pedido de refúgio até a autorização para o trabalho - para quem solicita refúgio ou para os que já tem a condição de refugiado reconhecida, procedimentos estes realizados de forma totalmente gratuita e virtual.

Somando-se ao setor público peruano, há a atuação do ACNUR, que co-lidera o Grupo de Trabalho para Refugiados e Migrantes (GTRM), composto por mais de 80 organizações nacionais e internacionais privadas, religiosas, do terceiro setor e afins, acadêmicas, embaixadas etc. Entre as atividades desempenhadas pelo ACNUR e parceiros estão a assistência humanitária, atendimento às necessidades básicas, assim como o atendimento e cuidados médicos e psicossociais aos refugiados ou solicitantes. Apenas em 2021, em média, 635 refugiados e imigrantes foram assistidos em albergues e hotéis coordenados pela agência e cerca de 12 mil foram beneficiados com kits de higiene, inverno, necessidades básicas e congêneres (ACNUR, 2021).

8.17. REPÚBLICA DOS CAMARÕES

O país da África Central ratificou a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 1961 e aderiu ao Protocolo relativo àquele no mesmo ano de sua entrada em vigor, em 1967. Diante de graves instabilidades políticas nos últimos anos e conflitos entre separatistas anglófonos e o governo central, Camarões foi considerado o líder de crises mais esquecidas no mundo, do ano de 2019, segundo a ONG Conselho Norueguês para Refugiados (NRC).

Por outro lado, o país tem atuado para garantir a atuação de organismos humanitários em seu território no que diz respeito à recepção de refugiados. No ano de 2015, cerca de 16 mil nigerianos fugiram de combates em seu país e adentraram Camarões, isto em um único fim de semana; o ACNUR promoveu a acolhida de boa parte dos refugiados, bem como no oferecimento de assistência básica a esses, com apoio de escolta à ajuda humanitária e segurança dos agentes humanitários e dos refugiados promovidos pelo governo local (ACNUR, 2015). No mesmo sentido, atua no país, desde 1984, a organização Médico Sem Fronteiras, que oferece cuidados médicos aos refugiados em solo camaronês em conjunto com o Ministério da Saúde.

8.18. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

A maior potência econômica europeia e um dos principais destinos dos refugiados na União Europeia ratificou a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 1953 e o seu protocolo, em 1969. Nas objeções à Convenção supracitada, a Alemanha se posicionou de forma contrária à reserva - esta retirada em 2007 - apresentada pela Guatemala²⁰, na qual o país da América Central se mostrava favorável a não aplicação da Convenção e do Protocolo no país, se previstas reservas, quando ofendesse o disposto em preceitos constitucionais ou em matéria de ordem pública prevista no direito interno guatemalteco ou em tratados firmados pelo país; segundo o governo alemão²¹, essa atitude anularia as disposições previstas na Convenção e no Protocolo.

Em 2016, a Alemanha aprovou a inovadora Lei de Integração - *Integrationsgesetz* - de migrantes e refugiados que, entre várias previsões, teve o objetivo principal de os inserir no mercado de trabalho, sendo observada a

20 Reserva da Guatemala à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados e ao Protocolo respectivo: “The Republic of Guatemala accedes to the Convention relating to the Status of Refugees and its Protocol, with the reservation that it will not apply provisions of those instruments in respect of which the Convention allows reservations if those provisions contravene constitutional precepts in Guatemala or norms of public order under domestic law. The expression ‘treatment as favourable as possible’ in all articles of the Convention and of the Protocol in which the expression is used should be interpreted as not including rights which, under law or treaty, the Republic of Guatemala has accorded or is according to nationals of the Central American countries or of other countries with which it has concluded or is entering into agreements of a regional nature” (ACNUR, 1967).

21 Objeção da Alemanha à Reserva da Guatemala à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados e ao Protocolo respectivo: “The Federal Government views [the reservation made by Guatemala] as being worded in such general terms that its application could conceivably nullify the provisions of the Convention and the Protocol. Consequently, this reservation cannot be accepted” (ACNUR, 1967).

participação obrigatória em cursos do idioma alemão, assim como cursos profissionalizantes e afins. Um dos principais pontos da lei, para facilitar a inclusão dos refugiados na mão-de-obra qualificada, é a suspensão, pelo prazo inicial de 3 anos, da preferência por alemães ou cidadãos de países da União Europeia, em detrimento de indivíduos vindos de outros países, no oferecimento de vagas de trabalho; além disso, foi mantido o auxílio-moradia e apoio financeiro governamental, observados os requisitos legais. Em relação à Lei de Integração, afirma Zélia Aurea Silva de Azevedo Thomaz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

Sendo assim, a Lei de Integração – Integrationgesetz, tenta otimizar essa mão-de-obra. A Lei de Integração, na verdade, é uma lei que busca oferecer formação profissional aos solicitantes/asilados e sua entrada no mercado de trabalho. Essa lei não tem como prioridade a preocupação com atos xenofóbicos ou com a integração política dos novos imigrantes (THOMAZ, 2019, p. 1548).

8.19. REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

A Nigéria ratificou a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 1967 e o Protocolo respectivo, em 1968; assim como foi um dos Estados africanos a assinar, em 1969, a Convenção para Refugiados da Organização da Unidade Africana (OUA)²², que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África.

Embora haja o expandido movimento de nigerianos que se encontram na situação de refugiados em outros países, tendo em vista, principalmente, os confrontos e violência perpetrados pelas disputas entre as forças de segurança locais e o grupo terrorista Boko Haram, a Nigéria recebe um número considerável de refugiados, sobretudo, de Camarões. Somente no ano de 2019, aproximadamente 35 mil camaroneses buscaram refúgio em solo nigeriano, fugindo dos confrontos entre governo e grupos separatistas; conjuntamente com o governo local, o ACNUR ofereceu, desde abrigos para os refugiados em geral à escolas para as crianças, além de assistência básica.

8.20. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

22 O documento pode ser acessado em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/oua.htm>.

O país sul-americano ratificou a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, em 1960 e aderiu ao Protocolo respectivo, em 1972; do mesmo modo, ratificou a Convenção sobre Asilo Territorial da Organização dos Estados Americanos (OEA)²³, no ano de 1964. Internamente, foi estabelecido o Estatuto dos Refugiados (Lei 9.474/97), considerado pelas Nações Unidas como uma das melhores legislações relativas ao tema no mundo, tendo previsto inúmeros direitos consagrados internacionalmente para os refugiados, além de criar o órgão responsável por analisar as solicitações de refúgio e fomentar as políticas públicas para refugiados, a saber, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (BARRETO, 2010).

Atualmente, está em andamento no país uma das principais operações de atendimento a refugiados e migrantes de todo o mundo, a Operação Acolhida. Essa operação, organizada pelo Governo brasileiro com apoio do ACNUR e outras entidades públicas e privadas, promove o atendimento, abrigo, cuidados básicos e interiorização de imigrantes e refugiados venezuelanos pelo território brasileiro, tendo alcançado a cifra de cerca de 890 mil atendimentos apenas na fronteira Brasil-Venezuela.

8.21. REPÚBLICA FRANCESA

O Direito dos Refugiados na França tem valor constitucional. Presente no preâmbulo da Constituição de 27 de outubro de 1946, ele é previsto no artigo 53-1 da atual Constituição que data de 4 de outubro de 1958. Além disso, o assunto é desenvolvido especificamente no Código de entrada e de permanência de estrangeiros e do direito de asilo. Esse código apresenta o refúgio como uma das modalidades de proteção a indivíduos na França ao lado da proteção subsidiária e do estatuto de apatridia.

É nesse código que se encontram as definições de refugiado e de proteção subsidiária, as missões e a organização do Escritório Francês de Proteção de Refugiados e Apátridas (Office français de protection de réfugiés et apatrides - OFPRA) e da Corte Nacional do Direito de Asilo (Cour nationale du droit d'asile - CNDA), os exames da solicitação de asilo e do recurso apresentados,

23 O documento pode ser acessado em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-47.htm>.

respectivamente, à cada um desses órgãos; os procedimentos da solicitação de asilo, bem como os direitos que o solicitante e o refugiado, reconhecido estatutariamente como tal, detêm. Contudo, pode ser útil ter em mãos o Código de ação social e das famílias (Code de l'action sociale et des familles - CASF) e o Código do Trabalho (Code du travail) para as questões referentes ao direito de auxílio social que esses dois grupos possuem.

8.22. REPÚBLICA ISL MICA DO IRÃ

De acordo com o ACNUR, nos últimos 40 anos, cerca de três milhões de afegãos buscaram segurança no Irã. Quase um milhão é registrado como refugiado, enquanto cerca de 1,5 a 2 milhões permanecem sem documentação. Outros 450.000 portadores de passaporte afegão vivem no Irã para trabalhar ou concluir seus estudos. Refugiados registrados no Irã podiam frequentar escolas formais, mas afegãos que fugiram de conflitos e que não conseguiram obter o status de refugiados só podiam frequentar centros informais de aprendizado.

Em 2015, o Irã aprovou uma lei que permite que todas as crianças afegãs – independentemente de sua condição de refúgio, se estão indocumentadas ou porta passaporte – frequentem escolas públicas. Graças ao governo do Irã e ao ACNUR, Parisa, 16 anos, sentiu o gosto de uma educação adequada com a abertura da Escola Primária Vahdat, na antiga cidade persa de Isfahan, Irã. Seus colegas de escola incluem outras 140 crianças afegãs e 160 iranianos da comunidade local, todos estudando lado a lado.

8.23. REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

O Uruguai recebeu poucas solicitações de asilo nesse período (em 2012 e 2013 foram 37 ao todo, em ambos os anos), originárias principalmente da Colômbia e do Peru; o número de refugiados também é baixo – 203 refugiados em 2013.

O país tem programas de retorno para os emigrantes, reduzindo taxas, facilitando a cidadania de familiares nascidos no exterior, entre outros incentivos. No plano das políticas migratórias, o governo trabalha na flexibilidade das leis, bem como as reduções nos carnês de saúde para imigrantes, o custo dos trâmites a serem realizados e a eliminação do requisito de tradução de documentos para imigrantes que sejam provenientes de Estados-membro do MERCOSUL. (SICREDI, 2015, p. 129).

8.24. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A China foi classificada como o país mais acolhedor a refugiados dos 27 países analisados pelo Índice de Acolhimento de Refugiados (*Refugees Welcome Index*), que mede os níveis de aceitação pública dos refugiados. 46% dos chineses afirmaram estar disponíveis para receber refugiados em sua casa, estando assim no topo da lista dos povos que demonstram maior disposição a acolher refugiados, de acordo com a organização de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional. O índice coloca o país em uma escala baseada na disponibilidade, manifestada pelos seus cidadãos, para receber refugiados em suas casas, bairros, cidades ou vilas e países. Em todo o mundo, apenas uma em cada dez pessoas está disponível para receber refugiados na sua casa.

Ademais, o país adotou uma lei contra sanções estrangeiras, em uma tentativa de se proteger sobre sua política comercial e de direitos humanos. A lei adotada pela China inclui contra-medidas como “recusa de visto, proibição de entrada, deportação [...] e selagem, apreensão e congelamento de propriedades de indivíduos ou empresas que aderem a sanções estrangeiras contra empresas ou funcionários chineses”, de acordo com o texto publicado pelo Comitê permanente do Congresso Nacional do Povo, o mais alto órgão legislativo chinês.

8.25. REPRESENTAÇÃO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR)

O objetivo do ACNUR não é substituir o papel que os Estados devem assumir com relação ao acolhimento e integração dos refugiados, mas sim de assegurar que os países estejam conscientes das suas obrigações em dar proteção aos refugiados e a todas as pessoas que buscam refúgio.

O ACNUR já auxiliou dezenas de milhões de pessoas - sejam refugiados, repatriados, apátridas, deslocados internos ou requerentes de asilo - a recomeçarem suas vidas. A Agência recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz: primeiro em 1954 e depois em 1981. Atualmente, conta com quase 12 mil funcionários e está presente em cerca de 130 países com mais de 460 escritórios. Por meio de parcerias com centenas de organizações não governamentais, o ACNUR presta assistência a mais de 67 milhões de homens, mulheres e crianças a fim de garantir sua proteção, abrigo, saúde e educação (ACNUR, 2021i).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHPR. African Commission on Human and Peoples' Rights. Press Statement on human rights based effective response to the novel COVID-19 virus in Africa. 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.achpr.org/pressrelease/detail?id=483>. Acesso em: 06 ago. 2021.

ACNUR. About UNHCR Canada. 2021a. Disponível em: <https://www.unhcr.ca/about-us/about-unhcr/about-unhcr-canada/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ACNUR. Apátridas. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/>. Acesso em: 02 set 2021

ACNUR. Cartilha institucional. 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final_site.pdf. Acesso em: 02 set 2021.

ACNUR. Estatuto do ACNUR. Resolução 428 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de Dezembro de 1950. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR. Acesso em: 02 set. 2021.

_____. ACNUR Perú Informe N. 05 - 30 de junho de 2021. ACNUR no Peru. 30 jun. 2021b. Disponível em: https://www.acnur.org/op/op_fs/610b4d354/acnur-peru-informe-n-05-30-de-junio-de-2021.html. Acesso em: 09 ago. 2021.

ACNUR. Protegendo refugiados no Brasil e no Mundo ACNUR 2018. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf. Acesso em: 02 set 2021.

ACNUR. Refugees and Asylum Seekers in Turkey. Disponível em: <https://www.unhcr.org/tr/en/refugees-and-asylum-seekers-in-turkey>. Acesso em: 02 set 2021.

ACNUR. UNHCR Global Appeal 2011 Update. India. Disponível em: <https://www.unhcr.org/4cd96e919.pdf>. Acesso em: 02 set 2021.

ACNUR. Síria. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/siria/>. Acesso em: 02 set 2021.

_____. Brasil. ACNUR parabeniza as medidas anunciadas pelo México em favor de refugiados e solicitantes de refúgio. 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/06/21/acnur-parabeniza-as-medidas-anunciadas-pelo-mexico-em-favor-de-refugiados-e-solicitantes-de-refugio/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

_____. Brasil. ACNUR saúda as medidas anunciadas pelos Estados Unidos em relação aos refugiados. 3 fev. 2021c. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/02/03/acnur-sauda-as-medidas-anunciadas-pelos-estados-unidos-em-relacao-aos-refugiados/>. Acesso em: 18 ago. 2021

_____. Bolívia. Derechos y obligaciones. 2021d. Disponível em: <https://help.unhcr.org/bolivia/personas-refugiadas-en-bolivia/derechos-y-obligaciones/>. Acesso em: 18 ago. 2021

_____. Bolívia. El ACNUR en el sur de América Latina. 2021e. Disponível em: <https://www.acnur.org/>

bolivia.html. Acesso em: 18 ago. 2021.

Cerca de 16 mil pessoas buscam refúgio em Camarões depois de confrontos. ACNUR no Brasil. 06 mar. 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/03/06/cerca-de-16-mil-pessoas-buscam-refugio-em-camaroes-depois-de-confrontos/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CHILE. Resettlement Policy. 2002. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/4666bbd32.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

_____. Diagnóstico de la cobertura mediática de la situación de personas refugiadas y migrantes en Perú. 25 mar. 2021f. Disponível em: https://www.acnur.org/sol/sol_int/60b84fe84/diagnostico-de-la-cobertura-mediatica-de-la-situacion-de-personas-refugiadas.html. Acesso em: 19 jul. 2021.

_____. El trabajo de ACNUR en Perú en 2020. ACNUR en Peru. 18 fev. 2021g. Disponível em: <https://www.acnur.org/noticias/videos/2021/2/602dea1f4/el-trabajo-de-acnur-en-peru-en-2020.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

_____. Global Compact on Refugees. Colombia. 11 abr. 2020a. Disponível em: <https://globalcompactrefugees.org/article/colombia>. Acesso em: 05 ago. 2021.

_____. Global Compact on Refugees. United Kingdom. 12 nov. 2019a. Disponível em: <https://globalcompactrefugees.org/article/united-kingdom>. Acesso em: 05 ago. 2021.

_____. Global Report 2020. 2021h. Disponível em: https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/gr2020/pdf/GR2020_English_Full_lowres.pdf#_ga=2.137962610.372365788.1626614963-1567323173.1596911419. Acesso em: 19 jul. 2021.

_____. Global Trends: forced displacement in 2020. 18 jun. 2021i. Disponível em: <https://www.unhcr.org/flagship-reports/globaltrends/#:~:text=During%202020%2C%20several%20crises,within%20and%20beyond%20countries'%20borders>. Acesso em: 19 jul. 2021.

_____. México. El ACNUR en México. 2021j. Disponível em: <https://www.acnur.org/mexico.html>. Acesso em: 18 ago. 2021.

_____. Política inclusiva ajuda crianças refugiadas afegãs a continuar estudos no Irã. ACNUR no Brasil. 5 Feb 2020b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/02/05/politica-inclusiva-ajuda-criancas-refugiadas-afegas-a-continuar-estudos-no-ira/>. Acesso em: 16 jul. 2021

_____. Refugiados camaroneses encontram dificuldades na Nigéria. ACNUR no Brasil. 17 maio. 2019b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/05/17/refugiados-camaroneses-encontram-dificuldades-na-nigeria/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. States parties, including reservations and declarations, to the 1967 Protocol Relating to the Status of Refugees. Protocol relating to the Satus of Refugees, Nova York, 31 jan. 1967. Disponível em: https://www.unhcr.org/5d9ed66a4#_ga=2.81569047.1266938505.1628181718-1567323173.1596911419. Acesso em: 05 ago. 2021.

_____. Venezuela. ACNUR na Venezuela. 2021k. Disponível em: <https://www.acnur.org/venezuela.html> Acesso em: 06 ago. 2021.

_____. Who We Help. 2021l (c). Disponível em: <https://www.unhcr.org/who-we-help.html>. Acesso em

24 ago. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. Alemanha cria primeira lei para integração de migrantes e refugiados. 14 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-04/alemanha-cria-primeira-lei-para-integracao-de-migrantes-e-refugiados>. Acesso em: 11 ago. 2021.

_____. Chineses são os mais dispostos a acolher refugiados, diz Anistia Internacional. 19 mai. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-05/chineses-sao-os-mais-dispostos-acolher-refugiados-indica-pesquisa-da> Acesso em: 13 ago. 2021

BARRETO, L. A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. 1. ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil_A-prote%C3%A7%C3%A3o-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Am%C3%A9ricas-2010.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Casa Civil. Operação Acolhida. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRITANNICA. Definição de refugiado. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/refugiado/482345>. Acesso em: 02 set. 2021

CANADA. Refugees and asylum. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/canada-role.html>. Acesso em: 18 ago. 2021

CICV. Refugiados na Nigéria. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/refugiados-na-nigeria>. Acesso em: 12 ago. 2021

CONSULADO GERAL. Consulado Geral da Rússia no Rio de Janeiro. CIDADANIA RUSSA. Disponível em: <https://consrio.mid.ru/web/consrio-br/cidadania-russa>. Acesso em: 18 ago. 2021

DW. Refugiados querem deixar a África do Sul. 19 nov. 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3TILW>. Acesso em: 06 ago. 2021.

EDWARDS, Adrian. Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto. ACNUR, Genebra, 1 out. 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

EL PAÍS. Morrer de fome no Sahel fugindo do Boko Haram. 04 mar. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/23/internacional/1487865977_976405.html. Acesso em: 12 ago. 2021.

ESTADO DE MINAS. China adota lei contra sanções estrangeiras. 10 jun. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/06/10/interna_internacional,1275411/china-adota-lei-contra-sancoes-estrangeiras.shtml Acesso em: 13 ago. 2021

_____. Peru exigirá 'visto humanitário' para refugiados venezuelanos. 6 jun. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/06/interna_internacional,1059903/peru-exigira-visto-humanitario-para-refugiados-venezuelanos.shtml. Acesso em: 19 jul. 2021.

EURONEWS. Os refugiados na Alemanha 5 anos depois do acolhimento. 31 ago. 2020. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/08/31/os-refugiados-na-alemanha-5-anos-depois-do-acolhimento>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FOLHA. EUA recuam e anunciam aumento de cota de refugiados para 62,5 mil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/eua-recuam-e-anunciam-aumento-de-cota-de-refugiados-para-625-mil.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2021.

_____. Refugiados começam a ajudar a economia da Alemanha. 6 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/refugiados-comecam-a-ajudar-a-economia-da-alemanha.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FUNDAÇÃO AIS. ÁFRICA DO SUL: Diocese de Durban desenvolve projecto de acolhimento de refugiados com o apoio da Fundação AIS. 30 jul. 2021. Disponível em: <https://www.fundacao-ais.pt/pt/noticias/noticias1-africa-do-sul--diocese-de-durban-desenvolve-projecto-de-acolhimento-de-refugiados-com-o-apoio-da-fundacao-ais>. Acesso em: 06 ago. 2021.

GATRELL, Peter. "Forced Migration during the Second World War: An Introduction", *Refugees, Relief, and Resettlement: Gale*, a Cengage Company (2000). Disponível em: <https://www.gale.com/intl/essays/peter-gatrell-forced-migration-second-world-war-introduction>. Acesso em: 02 set. 2021

GIL, Tanile Mascolo. O Direito dos Refugiados na França: “France, Pays D’accueil?”. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS – Volume Especial*. 2014. p. 92-109. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/70457/40000> . Acesso em: 13 ago. 2021

IOM. Cuba. Disponível em: <https://www.iom.int/countries/cuba>. Acesso em: 02 set. 2021.

LOESCHER, Gil. *Beyond Charity: international cooperation and the global refugee crisis*. New York: Oxford University Press, 1996.

LU, Yuqian; GURE, Yasmin; FRENETTE, Marc. The Long-term Labour Market Integration of Refugee Claimants Who Became Permanent Residents in Canada. *Statistics Canada, Catalogue no. 11F0019M, no. 455*. 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/11f0019m/11f0019m2020018-eng.htm>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MÁRQUEZ, Lara Agustina Sosa. *Migração, Cidadania e Democracia: Um Contraste dos Fenômenos no Brasil e no Uruguai*. 2019. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9459/2/LARA_%20AGUSTINA_SOSA_M%C3%81RQUEZ_DIS.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Refugiados da República Centro-Africana em Camarões enfrentam condições de vida deploráveis. 28 fev. 2014. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/refugiados-da-republica-centro-africana-em-camaroes-enfrentam-condicoes-de-vida-deploraveis>. Acesso em: 10 ago. 2021

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: Reflexões Acerca do Processo de Integração Local. *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 85-98. jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/zCtfF6R6PzQJB6bSgts8YWF/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 22 jul. 2021

NYERS, Peter. *Rethinking refugees: beyond states of emergency*. New York; London: Routledge, 2005.

ONU NEWS. Acnur no México reforça apoio após aumento de movimentação na fronteira. 15 abr. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/04/1747652>. Acesso em: 18 ago. 2021

PEDROSA, CMG Mauricio Morgado. O Conflito Sírio e o Impacto do Acolhimento dos Refugiados na Turquia e no Líbano: Ensinamentos para o Estado Brasileiro. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, p. 86. 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CPem037%20>

CMG%20MORGADO.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

PERU. Ministério das Relações Exteriores. Comisión Especial para los Refugiados. Disponível em: <http://portal.rree.gob.pe/refugiados/SitePages/Home.aspx>. Acesso em: 09 ago. 2021.

PINNA, Monica. O que faz a UE para ajudar os refugiados sírios na Turquia? Euronews. 2017. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2017/09/28/o-que-faz-a-ue-para-ajudar-os-refugiados-sirios-na-turquia>. Acesso em: 19 jul. 2021.

RAMOS, André de Carvalho. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. In: RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (Org.). 60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro. São Paulo: Ed. CLA Cultural, 2011. p. 15-44. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/60-anos-de-ACNUR_Perspectivas-de-futuro_ACNUR-USP-UNISANTOS-2011.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

ROTARY. Norte-coreanos radicados na Coreia do Sul ajudam na adaptação de novos refugiados. Disponível em: <https://www.rotary.org/pt/former-refugees-help-defectors-adapt-south-korea>. Acesso em: 18 ago. 2021.

R7. Camarões lidera lista de crises esquecidas no mundo, aponta ONG. 05 jun. 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/camaroes-lidera-lista-de-crises-esquecidas-no-mundo-aponta-ong-05062019>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA, Daniela Florêncio da. O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas. Revista Brasileira de Estudos de População, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.163-170, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://rebec.emnuvens.com.br/revista/article/view/917>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SOUZA, Suzyanne Valeska Maciel de. O Conceito de Refugiado: Historicidade e Institucionalização. ANPUH, 30º Simpósio Nacional de História, Recife. 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1554764413_ARQUIVO_HISTORICIDADEDOCONCEITODEREFUGIADO_ANPUH-RECIFE.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998

THOMAZ, Zélia. Política de Refúgio na Alemanha: A incorporação da cidade santuário na composição do “bom” refugiado. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 16., 2019, Vitória. Anais eletrônicos... Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019, p. 1542-1561. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26681>. Acesso em: 11 ago. 2021.

UNIC RIO DE JANEIRO. Venezuelanos querem oportunidades e acesso a serviços no Peru. 17 out. 2018. Disponível em: <https://unicrio.org.br/venezuelanos-querem-oportunidades-e-acesso-a-servicos-no-peru/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

UNITED NATIONS. United Nations in the Russian Federation. Disponível em: <http://unrussia.ru/en/agencies/united-nations-high-commissioner-refugees-unhcr>. Acesso em: 18 ago. 2021.

WZB. Taking in refugees does not strongly influence xenophobia in East German communities. 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.wzb.eu/en/press-release/taking-in-refugees-does-not-strongly-influence-xenophobia-in-east-german-communities>. Acesso em: 01 ago. 2021.

XINHUA. Rússia promete garantir financiamento para retorno de refugiados sírios do Líbano. 21 jun. 2019. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2019-06/21/c_138161645.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

**



UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL

Study Guide

Conflicts between Syria and Turkey in the province of Idlib

Amanda Perachi¹
Ricardo Ortiz²
Roberta Noguez³
Vinicius Baldissera⁴

ABSTRACT

In the aftermath of the Arab Spring, Syria has been in the middle of a war for the past ten years. The conflict started with a series of protests against the Bashar al-Assad government in 2011, which sparked the interests of international bodies. The opposition received support and weapons from foreign countries, which intensified the war and left millions of victims in the first five years. This marks the entry of foreign forces directly into the Syrian conflict. In October 2019, the US President Donald Trump announced the withdrawal of American troops from northern Syria, which led to Turkey's immediate decision of strengthening its military presence in the region. With the pretext of combating terrorism and controlling the refugee crisis, the Turkish-Syrian war has taken place mainly in the northwestern Syrian province of Idlib, an area that was previously de-escalated through an agreement between Turkey, Russia, and Iran. However, that agreement did not prevent Syria to try to regain that region from the rebel forces and jihadist groups, once Turkey failed in doing it. Government airstrikes and ground operations have driven almost a million civilians from their homes since December 2019 - the biggest single displacement of Syria's ten-year war. Even though the parties have agreed on a ceasefire in 2020, the population of the province still suffers from the lack of basic resources and live in constant fear of war, terrorism and the pandemic of the COVID-19 virus. The United Nations are concerned about the critical situation of the Syrian people, so there is a need for a debate in search of solutions.

1 Amanda is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

2 Ricardo is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

3 Roberta is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

4 Vinicius is a student of the International Relations program at Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

1. INTRODUCTION

The United Nations Security Council (UNSC) had its structure and functionality established in chapters 5, 6 and 7 of the United Nations Charter, formulated at the San Francisco Conference in 1945, after the end of the Second World War. The council consists of 5 permanent members, USA, Russia, China, France and the United Kingdom, and 10 more rotating members which hold 2-year terms. During 2021, the rotating members are: Estonia, India, Ireland, Kenya, Mexico, Niger, Norway, Saint Vincent and the Grenadines, Tunisia and Viet Nam. Both the permanent and the rotating members meet frequently to discuss and form mandatory resolutions on issues related to global security and peace. On this special occasion, representatives of Libya, Syria and Turkey will join the other members on the debate, as the topics under discussion refer directly to them. However, these members will not be able to vote on resolutions of the council, once they will only have an observer status.

Conflicts in Syria have been present in the council's meetings since 2012, when internal conflicts began to take on greater proportions. The involvement of various actors in the situation has made Syria the scene of violent disputes over territory, resources, power and influence in the region. Turkey was directly involved in the conflicts in September 2019, when it launched its offensive in northern Syria under the pretext of combating terrorism and controlling the refugee crisis, its objective was to create a 'safe zone' 30 km south of its border with Syria. Thus, in October 2019 the Sochi agreement was signed, in which Russia (ally of the Syrian government) and Turkey agreed to form a safe zone in northwest Syria, where conflicts in Idlib province would be de-escalated. However, Idlib is the last bastion of rebels and jihadist groups opposed to the government of Bashar Al-Assad (BBC News, 2020a), as it is out of control of Turkey and blocks the strategic M5 highway, which connects the northwest of the country to the urban centers of Saraqeb and Aleppo. In the face of this, both Syria (with military support from Russia) and Turkey have violated the de-escalation and ceasefire agreements several times to exercise control in the region and the two states clash in small battles that have been causing serious political tensions.

In the beginning of 2020, Turkey started a conflict with Russia after sending military operations in response to the attack in Syria that killed Turkish troops on February 27. Turkey has long supported opposition forces in Syria's nine-year civil war against the government of President Bashar al-Assad, which

has been backed by Russia and Iran and has largely defeated the uprising, at a cost of hundreds of thousands of lives and the creation of millions of refugees. In March 2020 a ceasefire was established between the parties and although it halted the hostilities, the feeling of relief is ephemeral, as the war might resume at any moment. Access to the region is still very limited and foreign aid only reaches Idlib through one border crossing checkpoint, which means that the region lacks essential goods for the healthcare of the population. Currently the UNSC debates on the extension of the mandate of its previous foreign aid resolutions to Syria and its members do not fully agree on how this aid should enter Idlib, threatening with their veto power to shut down the last humanitarian aid channel to Syria. Therefore, the situation raises serious threats to people's security and it is an urgent matter of concern for the UN Security Council.

2. HISTORICAL BACKGROUND

The region where modern Syria is located today has been inhabited by many populations and has been under the control of different empires, rulers and peoples. One can argue that sedentary peoples have inhabited the region since 12000 BC. Situated in the Fertile Crescent, the region of Syria has always been considered strategic for the peoples nearby. Therefore, since the emergence of Mesopotamian civilizations, Syria has been the scene of conflicts that vied for dominance. Syria belonged to the Ottoman Empire from the downfall of the Arab caliphates until the end of the First World War. In 1918, Syria became a French protectorate and had its borders defined by the Treaty of Versailles and against the wishes of its people, at the same time that the Ottoman Empire dissolved and gave rise to Turkey in the territory of Anatolia.

With the rise of the modern states of Turkey, Syria (still as a protectorate) and other states in the Levant region after the First World War, internal and external conflicts in the Middle East began (DRYSDALE & HINNEBUSCH, 1991). The tensions between Syria and Turkey can be seen when the French government ceded the Syrian regions of Antioch and Alexandretta to Turkey in 1939, which became the Turkish province of Hatay (Figure 1), an act that was never recognized by independent Syria (SHOUP, 2018). In 1943, the first elections took place in Syria and the country became independent and joined the United Nations in 1945. In this period, the country had a poor economy, based on agriculture, and a small and weak army, mainly so that the French government would not have problems with nationalist forces in the region (SHOUP,

2018).

Figure 1: Hatay Province.



Source: Stephanie d'Otreppe/NPR

During the Cold War, Syria received support from the Soviet Union and became a strategic ally of the USSR. With the arrival of the al-Assad family in power in 1970, Moscow-Damascus relations strengthened when the Syrian government allowed the establishment of Soviet bases in its territory. On the other hand, Turkey joined NATO in 1949, as the United States' main ally in the Middle East, where several U.S. military bases were installed and threatened the Soviet Union because of its geographical proximity. This difference in sides between Turkey and Syria contributed to increasing political tensions between countries. In addition, Syria showed support for the Armenian Secret Army for Liberation of Armenia (ASALA), which operated against Turkey, and provided a training zone in its territory for the PKK (The Kurdistan Workers' Party), a Kurdish party declared by Turkey as a terrorist group (ZAHRA, 2017, p. 31).

These tensions culminated in 1998 with a direct threat of invasion by Turkey to Syria. Syria then withdrew its support for the PKK and bilateral relations between countries began to change, as historical disputes were gradually resolved (EURONEWS, 2015). One of the reasons that led to this improve-

ment in relations between the two countries was the change in Turkey's foreign policy, especially when the AKP (The Justice and Development Party) political party came to power in 2002. Zahra (2017) argues that there was a de-securitization process in relation to the Middle East, in which Turkey has changed its foreign policy towards neighboring countries, as Turkey previously saw them as possible threats, towards a state of coexistence and cooperation with them (p. 32). Thus, Turkey strengthened trade and enriched diplomatic ties, maximizing the use of its soft power to exert influence in the region.

The Syrian al-Assad family has been in power for 50 years, when Hafez al-Assad's military coup seized power in the country. The country is currently governed by President Bashar al-Assad since the death of his father Hafez al-Assad, in 2000. In order to better understand the current situation in Syria one should first understand the structures of Bashar al-Assad's government. The Ba'ath Party⁵ has directly influenced the Syrian political apparatus, in which it determined the direction of Hafez al-Assad's foreign policy, whose impetus was the search for Arab leadership and the recognition of the struggle for eviction from the Arab territories occupied by Israel (MOHAMMED, 2016). Bashar's political agenda followed the same principles, since he also represented the interests of the Ba'ath party. Syria can be considered as a secular state and its identity follows the nationalist Arab rhetoric (Lesch, 2010). Nevertheless, the transition from Hafez government to his son brought some changes due to the political challenges presented at the beginning of the government and led to the practice of potential alternatives. As Lesch (2010) points out, Bashar's government has maintained the same policies as his father's towards Israel and Iran. On the other hand, Bashar took further steps in its relationship with countries like Lebanon, Iraq and Turkey. Based on the analysis of the policies carried out by the Assad regime, one can identify that the geopolitical context directly influenced foreign policy choices, highlighting the role of continuous changes in the Middle East in the first ten years of Bashar's government in Syria.

The historic phenomenon known as the Arab Spring could be described as the appearance of a series of popular uprisings that took place in countries in the Middle East and in North Africa. Although the phenomenon showed different characteristics in each country, the population of the Arab world shares common frustrations that are the essence of the protests. The main one is the lack of democracy and freedom. The nations of the region are governed by au-

5 The Arab Socialist Ba'ath Party was represented by both Hafez al-Assad and Bashar al-Assad.

thoritarian regimes, where power is concentrated in the hands of a single party or person. Syria is a country with different religions, governed by a repressive republican regime. In 2011, the first major protests called for a more democratic and flexible regime, with greater political freedoms and spread quickly across smaller cities and major urban areas. Bashar al-Assad's government reacted brutally and Syria came into conflict.

In 2011, the civil war in Syria started, with which the population has been struggling to remove President Bashar al-Assad from power and then restore democratic elections to the country. The power in Syria has been concentrated in the hands of the armed forces, which operate through conventional troops and local pro-government militias in activities against the opposition. As Zahra (2017) points out: "the Turkish government tried to convince Bashar Al Assad to carry out the reforms and listen to his people" (p. 33). Nonetheless, the Syrian government tried to counter the uprisings with harsh measures and has since then been engaged in the fight against the rebellion.

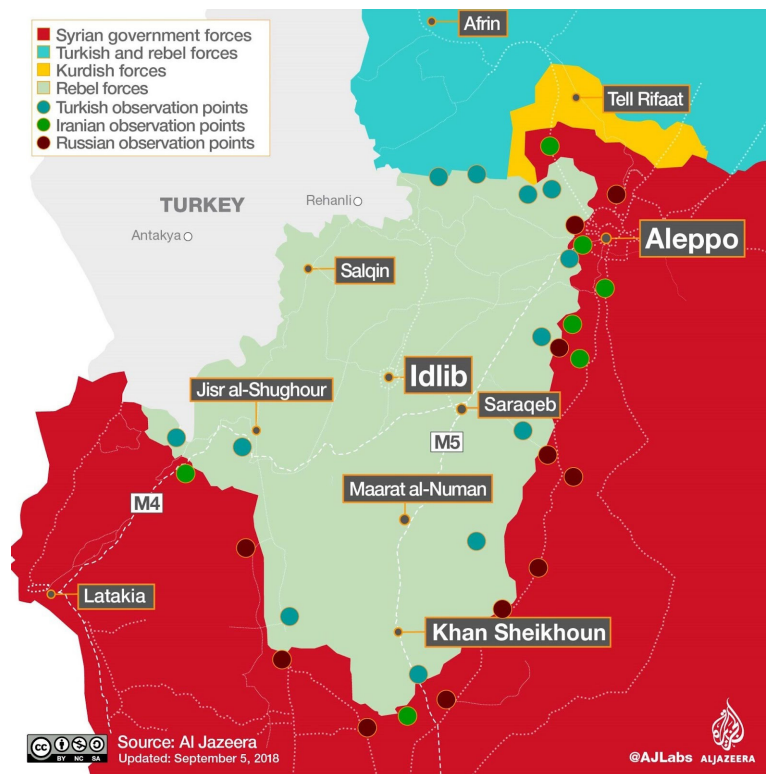
With the advent of the Arab Spring, Turkey found itself under pressure both from its own population and from its Western historical allies to support the emergence of democratic governments in Arab countries. Therefore, in 2011 the country demonstrated its support for the rebel forces in Syria against the Bashar al-Assad regime, which once again completely changed its foreign policy towards the Middle East, since its relations with the Arab countries would be harmed. Turkey and the international community were not able to predict that the conflicts in Syria were going to last so long, because of that Syria and consequently the entire region remained unstable for almost 9 years. This instability was responsible for strengthening the PKK and jihadist groups (such as the Islamic State of Iraq and the Levant, the al-Nusra Front, Hayat Tahrir al-Sham and other Islamic fundamentalist militia groups), as well as inducing a great wave of forced migration from Syria to Turkey. As a result, Turkey was forced to intervene directly in Syria to secure its interests in creating a safe zone and weakening the PKK.

3. STATEMENT OF THE ISSUE

In September 2018 the Sochi agreement was signed between Turkey and Russia, which has since stipulated the province of Idlib in northwest Syria as a safe and de-escalation zone for the armed forces from both parties of the conflict (Figure 2). However, the parties have repeatedly violated it, resulting in several

military offensives that have caused casualties to both the Turkish and Syrian armed forces as well as to the rebel and militia groups that hold their positions in the region. Besides, it has caused many victims among the civilian population and it has maintained the flow of migration in which Syrians seek refuge in countries near and far, with Turkey as their initial destination. On February 27th 2020, forces led by President Bashar al-Assad launched an airstrike that killed 36 Turkish soldiers in Idlib (GALL, 2020), which was considered “the deadliest attack on Turkish troops in more than two decades” (Anonymous, 2020). In return, Turkey responded with several waves of drone strikes in the following days that devastated Syrian forces⁶.

Figure 2: Sochi Agreement Map.



Source: Al Jazeera 2018.

In the face of this heightened tensions, the presidents of Russia and Turkey met in Moscow on March 5th 2020, in order to establish a new ceasefire

⁶ The full article “Russia and Turkey agree ceasefire in Syria’s Idlib province” by The Guardian (2020) with comments about Turkey’s drone strikes is available at : <<https://www.theguardian.com/world/2020/mar/05/russia-and-turkey-agree-ceasefire-in-syrias-idlib-province>>

agreement in the province of Idlib. This new agreement has presented a few differences from its predecessor in Sochi (Figure 3), in which, according to Munch (2020), “[t]he agreement solidifies the territorial gains that the Syrian government has made since December, including access to vital highways – a major loss to both Turkey and the rebels (including Islamist extremist groups with ties to Al-Qaeda)”. A complicated decision for Turkish President Recep Tayyip Erdoğan, since Turkey intended to maintain good relations with Russia, which had been strengthened since the changes in Turkish foreign policy when the AKP came to power and sought for allies outside the Western bloc in order to project the country as a regional power (ANONYMOUS, 2020).

Figure 3: Syrian territorial gains.



Source: Jane’s Conflict Monitor/BBC 2020.

In addition to the problems regarding the relations with Russia, the continuation of conflicts in the Idlib region would bring new waves of Syrian refugees to Turkey. The Turkish population watches carefully the arrival of new migrants and pressures the government to deal with this situation so as not to harm its citizens. Another source of pressure is the countries of NATO and Europe in general, which disapprove of Turkish attacks on Syria and want to

stem the flow of migrants to the continent, where Turkey could function as a gateway. Therefore, the Turkish government chose to sign the agreement and again approve a ceasefire, where Turkey would continue to exert influence in the province of Idlib north of the M4 highway and west of the M5 highway.

Syria is largely dissatisfied with the Turkish rule in Idlib, a place in which the Syrian government understands that it is of great strategic importance for the State because of the highways that connect Saraqeb and Aleppo to the rest of the country, its proximity to Turkey and for being the last bastion of the Free Syrian Army, that fights against Assad's forces. However, Syria is extremely dependent on its allies to face Turkey. Only with Russian and Iranian support has Syria a chance to challenge Turkey's freedom of action. At the same time, the Syrian government shows little interest in the lives of the people of Idlib. As Munch points out:

In a war marked by the use of chemical weapons against civilians and attacks on hospitals, Assad has long made clear that he considers the lives of Syrians expendable. As residents flee a ruined Idlib, the rest of the world is giving them much the same message. Ahmad Yassin Leila, a Syrian man whose infant daughter Iman froze to death as they made for the Turkish border, put it simply: 'Nobody cares' (2020).

Thus, Syria makes use of reckless and violent attacks against its own population in order to promote the flight of its citizens and thereby pressure Turkey and conquer Idlib once again.

An unresolved issue in the Moscow agreement was the status of the jihadist group Hay'at Tahrir al-Sham (HTS), which is considered by the United Nations Security Council to be a terrorist organization (UNSC, 2018). HTS is a military group previously associated with al-Qaeda that holds on extremist Sunni Islam ideals. It has been involved in the Syrian war and is currently concentrated in the province of Idlib. Two days after the Moscow agreement, the terrorist organization issued a note stating that its actions would not respect the ceasefire stipulated by the presidents of Turkey and Russia (AL-TAMINI, 2020). Although fighting terrorism was mentioned at the meeting between Putin and Erdogan, Turkey, which controls the region, has been inefficient in dealing with the HTS group. Thus, the ceasefire presents serious problems and its durability is questionable, as there is also the possibility of breaking the agreement by Russia and Syria under the pretext of combating terrorist groups installed in Idlib (Dalay, 2020).

While the agreement still persists, Turkey takes the opportunity to seek

support from its Western allies with regard to its intentions in Syria and the purchase of arms and defense systems. The Turkish government was interested in buying American anti-aircraft missiles. However, the United States did not receive the proposal warmly due to the fact that Turkey bought in 2019 the Russian air defense system S-400⁷. In fact, NATO members have repudiated Turkey's use of the S-400 system and the US Congress has threatened to raise economic sanctions stating that Russian missiles could compromise NATO technology⁸.

With the possibility of conflict resumption at any time, the province of Idlib and its more than 3 million inhabitants are vulnerable to new hostilities. The COVID-19 pandemic is another alarming factor that could easily devastate the region which is war-torn, unprepared and under precarious sanitary conditions, where there was only one machine available for testing the virus during the first two waves of infection in 2020⁹. If the ceasefire is not respected and conflicts re-emerge, the virus would spread quickly across Syria and take the lives of thousands of victims who would not have access to a health system or basic hygiene equipment and goods, such as clean water, masks, hand sanitizer, hospital beds, among others (HODALI, 2020).

Humanitarian aid in Syria has sharply decreased due to the difficulty that comes from the existence of only one official border crossing checkpoint open. Initially, there were four official borders available (Figure 4) but Russia vetoed a UNSC Resolution that would extend the mandate of the other three aid access points. This means that official foreign aid in Idlib has been extremely limited, even throughout the COVID-19 pandemic (QUINN, 2021). The Bab al-Hawa border crossing, the last one still standing for humanitarian aid, had its mandate renewed in July 2021 and it now lasts until February 2022, as Russia decided not to veto the Resolution¹⁰.

The ceasefire does not mean the end of war in Syria. As violations of the truce might happen and as the situation of the Idlib province remains unresolved, the life of the Syrian population remains under threat. Foreign aid must

7 Read the full article "Turkey defies US as Russian S-400 missile defence arrives" by BBC News (2020b) at <<https://www.bbc.com/news/world-europe-48962885>>

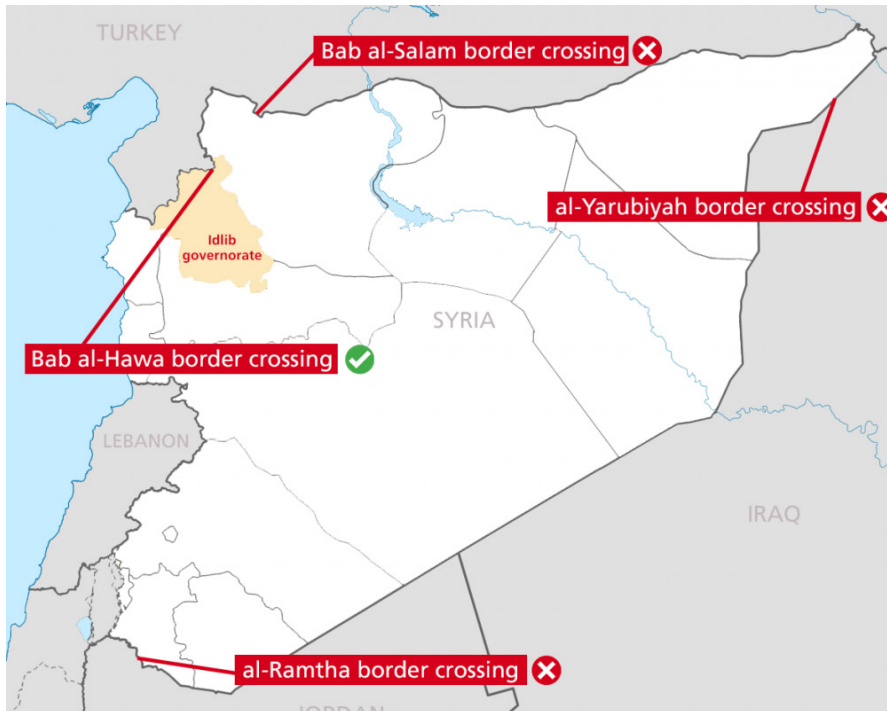
8 Find more information about US response to Turkey in the articles "Erdogan Risks Sanctions With April Date for Activating Russian S-400s" by Hacaoglu and Kozok (2020) and "Pentagon: Turkey to Receive Patriot Missiles If They Return S-400 to Russia" by Asharq Al-Awsat Newspaper (2020).

9 For more information about COVID-19 in Idlib, read "Scarce resources in Syria's rebel-held areas amid COVID-19 fears" by Al Jazeera (2020).

10 UNSC Resolution 2585 (2021).

be increased, but it does not solve the political problems and all the risks that the population undergo. Therefore, it is necessary to take immediate action to discuss possible solutions to the conflict in order to protect the lives of the people who are totally vulnerable amidst the pandemic, scarcity of basic resources and armed conflicts in Idlib.

Figure 4: Border Crossings for humanitarian aid in Syria.



Source: Physicians for Human Rights 2021.

4. PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

As previously discussed, conflicts in Syria have been present in the United Nations Security Council’s meetings since 2012, when internal conflicts began to take on greater proportions. In April 2012, the United Nations Security Council called for the creation of a mission to oversee the situation in Syria through resolution number 2043, thus the United Nations Supervision Mission in Syria (UNSMIS) was implemented (UNSC, April 2012). The mission remained active until August of the same year, as stipulated by resolution 2059 on July 20. According to this resolution, the UNSC decided “to renew the man-

date of UNSMIS for a final period of 30 days, taking into consideration the Secretary-General's recommendations to reconfigure the Mission, and taking into consideration the operational implications of the increasingly dangerous security situation in Syria" (UNSC, July 2012). Even with the rapid end of the mission and its inefficiency in ceasing hostilities, the information collected by the mission was useful in formulating new international efforts to pacify Syria, as the Geneva Conference on Syria took place later in the same year.

Multilateral international actions that seek to end hostilities towards Syria date back to 2012, when the United Nations held the Geneva I Conference on Syria, where representatives from Russia, China, USA, France, United Kingdom, Turkey, Iraq, Kuwait and Qatar met. At this conference, the Action Group for Syria was formed, which expressed its intentions in the letter that became known as the "Final Communiqué of the Action Group for Syria". This document presented a plan to end armed conflicts in Syria (with the exception of the ones against groups considered to be terrorists by the United Nations), initiate a transition towards democracy led by the people of Syria and open the country's borders to enable humanitarian aid (UN, 2012).

The Geneva Communiqué served as the basis for many international actions led by the United Nations and other multilateral institutions. The Security Council issued several resolutions related to the facilitation of humanitarian aid in Syria, among them one should mention Resolutions 2139 and 2165 of 2014 that authorized and commanded that humanitarian aid should reach the affected regions even without the consent of the State (UNSC, Resolution 2139 and 2165, 2014). The Security Council also issued resolutions that expanded counterterrorism actions and condemned the recruitment of foreigners by terrorist groups (UNSC, Resolutions 2170 and 2178, 2014). In addition, the illegal oil trade strengthened terrorist groups and fueled conflicts in Syria, so it would be necessary to put an end to these activities to facilitate the peace process in the country. Therefore, the Security Council and subsequent multilateral forums addressed the importance of not trading oil with terrorist groups and preventing them from having access to the resource. Another factor that raised awareness in the international community was the use of illegal chemical weapons by the Syrian government. Thus, the United Nations and the International System demonstrated their concerns about this factor through resolutions that coordinated inspections to verify the use of chemical weapons in Syria and also instituted a joint action between the UN and the Organization for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW) with the purpose of determining responsibility for crimes committed in Syria and pressuring Syria

to stop them (UNSC, Resolution 2235, 2015).

All these topics were taken into account during the Vienna Peace Talks for Syria, which took place in the end of 2015 in the Austrian capital, where delegations from 17 States (China, Egypt, France, Germany, Iran, Iraq, Italy, Jordan, Lebanon, Oman, Qatar, Russia, Saudi Arabia, Turkey, United Arab Emirates, the United Kingdom and the United States) and representatives from International Organizations (the Arab League, the EU and the United Nations) gathered together to discuss about a new peace plan for Syria. The conference culminated in the creation of the International Syria Support Group (ISSG). The group's objective, as it was clear in its statement, was centered on implementing a ceasefire across the Syrian territory: “[t]he ISSG expressed willingness to take immediate steps to encourage confidence-building measures that would contribute to the viability of the political process and to pave the way for the nationwide ceasefire” (UN, 2015). As one can notice, the group was looking for political solutions so that the parties would agree to end the hostilities, for that it would be necessary to establish confidence between the parties of the conflict, as well as international monitoring and the support of the United Nations Security Council.

A ceasefire was finally accepted in September 2016 after the UNSC passed resolutions about its implementation (UNSC, Resolution 2268, 2016) and about the peace process (Resolution 2254 of 2015, which endorsed the actions promoted by the ISSG statement) and after the US and Russia reached the ceasefire deal between the Syrian government troops (backed by Russia) and the US-led opposition and rebel groups¹¹. However, the US and allies launched an airstrike on Syria still in September 2016, which made the ceasefire collapse and the hostilities began once again between the Syrian government and the opposition¹². The conflicts were responsible for more humanitarian crises, so the international community and the UNSC had to once again adopt measures to help humanitarian aid reach the battlefield (such as Resolution 2328 of 2016 that addresses evacuations from Aleppo) (UNSC, Resolution 2328, 2016).

As attempts of a new ceasefire and de-escalation of the conflict, the Astana and Sochi agreements were developed. On 20 December 2016, the foreign ministers of Russia, Turkey, and Iran agreed to hold Syria peace talks in Astana,

11 For more information about the deal, read “Russia and US reach tentative agreement for Syria ceasefire” by The Guardian (2016).

12 For more information about the airstrike, read “U.S. Admits Airstrike in Syria, Meant to Hit ISIS, Killed Syrian Troops” by Barnard and Mazzetti (2016).

Kazakhstan. The political efforts were endorsed by the UNSC Resolution 2336 (2016). The first round of talks took place on 23 and 24 January 2017 and it culminated with an agreement between Russia, Turkey, and Iran to form a joint monitoring body to work to enforce the UNSC 2254 (2015) ceasefire (AL JAZEERA, 2017). Altun (2017), writing from SETA Foundation for Political, Economic and Social Research, underlines that the Astana negotiations point to the first time that three actors, with their on-the-ground counterpart, have sat down to discuss a realistic agenda. On 4 May 2017, the fourth round of negotiations took place, where representatives of Russia, Turkey, and Iran signed a memorandum to establish four de-escalation zones in Syria, including Idlib, where the combat operations would be halted as of 6 May. The deal was not signed by the Syrian government or rebel groups.

In September 2018 the Sochi agreement was signed between Turkey and Russia, which has since stipulated the province of Idlib in northwest Syria as a safe and de-escalation zone for the armed forces from both parties of the conflict (AL JAZEERA, 2018), however, the parties have repeatedly violated it. In October 2019, as an attempt to resolve conflicts, the United Nations Secretary-General António Guterres met with Turkey's President Recep Tayyip Erdogan and both leaders declared full support for the meetings of the Syrian Constitutional Committee, which took place in Geneva, and the need for a political solution to the conflict based on Security Council resolutions. In the same month, Russia (ally of the Syrian government) and Turkey agreed to form a safe zone in northwest Syria, pushing back Kurdish fighters from a "safe zone" along the Turkey-Syria border, where conflicts in Idlib province would be de-escalated. Notwithstanding the efforts to come up with a solution to the conflict, on 29 January 2020, Erdogan called an end to the process in Astana, he said that Ankara was losing patience with the military assault in Syria's Idlib region, adding that Russia is not honoring Syria agreements, as in Astana and Sochi agreements. Broadcaster NTV quoted Erdogan saying "[t]he Astana process has fallen into silence now. We need to look at what Turkey, Russia, and Iran can do to revive the Astana process" (KUCUKGOCMEN, 2020).

Once again the conflict was resumed in January 2020 and in March 2021 the parties sat together to discuss a new deal. Erdogan and Putin met in Moscow to reestablish a ceasefire and reaffirm Idlib as a safe zone. This last agreement holds the ceasefire by the present moment but it has been routinely ignored in the southern regions of Idlib and it is a matter of time until the agreement is over. To make things worse, Russia and China have constantly vetoed UNSC resolutions that would extend the mandate of the four border crossings for hu-

humanitarian aid in Syria: in January 2020 Russia vetoed the iraqi border crossing and in July of the same year the border crossing in Jordan and one of the two turkish aid channels were closed. Despite Russia's veto threats, the mandate of the last aid border crossing was extended in July 2021 (UNSC, Resolution 2585, 2021) but the situation in northwest Syria is far from stable, as basic provisions for the population are still low and violence has become a constant element in daily life in Idlib. Moreover, Syria is still in need of a political solution to put an end to the past 10 years of war that have devastated the country. In this way, the United Nations Security Council should address the Syrian matter in order to help bring peace to the Middle East. Therefore, the Council must pass new resolutions to improve foreign aid, help people in need and stimulate political engagement to reach an agreement between the parties with the objective to put an end to conflict and instability in Syria.

5. QUESTIONS TO PONDER

1. In what way could the States cooperate in order to reach an agreement at the UNSC to mitigate the tensions between Syria and Turkey and bring peace to Syria, given that there are divergent positions among the members of the Council?
2. What kind of actions could the Security Council take to prevent events, such as the conflicts at the province of Idlib, from happening in other provinces?
3. Since the conflicts in Syria have assumed great proportions, the fight against terrorism and the control of the refugee crisis have been really important issues. How could border countries and the Security Council work on solutions to these situations?
4. To what extent do power politics and geopolitics influence countries' positions at the United Nations Security Council regarding the conflicts in Syria?
5. What could be done to enhance humanitarian aid and ensure that it reaches those in need of it in Syria?

6. BLOC POSITIONS

6.1. PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

China has been behaving ambiguously towards the Syrian conflict. Chinese expert Yin Gang, of the Chinese Academy of Social Sciences (CASS), said Beijing is neither a participant nor has an interest in the Syrian conflict (SPROSS, 2018). However, in August 2016 there seemed to be a turning point in Chinese policy to stay out of the conflict, when the visit to Syria of a high-ranking military delegation, led by Rear Admiral Guan Youfei, surprised international observers. On that occasion, the delegation affirmed increased military aid to the Syrian Army. In any case, Beijing says Assad is a “legitimate” head of government, who should not be overthrown with armed violence. The relevant political opposition that has already existed in Syria is no longer of any importance to Chinese politics, says Yin Gang (SPROSS, 2018).

The Foreign Ministry in Beijing has spoken out fundamentally against the use of violence in resolving international conflicts, and China has supported Russian vetoes to avoid sanctions against Assad, either by abstaining or with its own veto. Minister Hua Chunying said that China is against the use of force and called for respect for the sovereignty, independence and territorial integrity of countries. According to her, a political agreement would be the only way out of the Syrian conflict (G1, 2018).

In March 2020, China's permanent representative to the United Nations Zhang Jun called on the UNSC to lift international sanctions against Syria, noting that they could hinder the country's efforts to tackle the coronavirus pandemic (MONITOR DO ORIENTE MÉDIO, 2020a). He also highlighted China's longings for a political solution to the conflict and that the Chinese position is to support the political solution to the conflict in Syria, emphasizing that the country's future must be decided by the Syrian people, without foreign interference. The Chinese position regarding the access of humanitarian aid into Syria is similar to their Russian counterpart, in which it affirms the necessity of the Syrian government's participation in the process and that foreign should cross government held areas in order to reach conflict areas.

6.2. ESTONIA

Estonia's position on the conflicts in Syria tends towards the general po-

sition of the European Union, which condemns violations of human rights in Syria and calls for a ceasefire and a transition to a democratic government in the country. Estonia prioritizes international law and the security of the civilian population in areas of conflict as the fundamental principles that must be respected in the context of conflicts. Therefore, Estonia also condemns the parties' disrespect for violating previously concluded agreements that try to end hostilities in Syria. In February 2020, Estonia and other European UNSC members led a special meeting to discuss the escalating military situation in Idlib, at which the country deplored the air strikes launched by the Syrian government that killed Turkish soldiers in the Syrian province during the ceasefire. Estonia also condemned Russia's decisions to continue vetoing a UNSC resolution that would implement a nationwide ceasefire for Syria, as well as Russia's attempts to hinder humanitarian efforts towards Syria.

In May 2020, the Baltic country chaired the Security Council and coordinated two meetings related to the events currently taking place in Syria. The first one addressed the use of chemical weapons in Syria and the need to punish criminals. In this regard, Estonia reminded the council of the importance of fulfilling its responsibilities in order to prevent impunity for those who violate current treaties and resolutions on the non-use of chemical weapons. In addition, Estonia asked for the Syrian government's cooperation with OPCW (Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons). The other meeting coordinated by Estonia focused on the political situation in Syria, where the Baltic country pointed out the Syrian government's lack of commitment to UNSC resolution 2254, as the government did not organize the parliamentary elections scheduled for 2020 and continues to undermine advances in the political process for the pacification of Syria.

6.3. FRANCE

Initially, France provided medical equipment and weapons to the Syrian rebels, being the western country that took a particularly active role in the Syrian war. In 2015, french authorities decided to attack the Islamic State after the massacres in Paris, the purpose was to affect the Jihadists. The French retaliation against the terrorist group did not violate international law, as it was a defense action, envisaged by the Security Council. Even though the actions taken by France privileged Assad's government, president François Hollande alleged hostility to Assad's presidency.

In 2018, after the chemical attacks in Douma, France faced a hard decision whether or not to participate in the military action being planned by the United States against the regime of Syrian President Bashar al-Assad. On one hand, there was loyalty to American allies, whose connection and feeling of debt dates back to World War II. On the other hand, there was an obligation to respect international law, which prohibits military actions without the approval of the UNSC. President Emmanuel Macron even listed five actions that should be taken to overcome the conflict: “fighting terrorist groups, doing everything to obtain a ceasefire, bringing aid to the civilian population, dismantling the chemical weapons arsenal and preparing tomorrow’s peace” (CHARLEAUX, 2018). The French delegation in the UNSC regrets that there is only one border-crossing for foreign aid in operation and it appeals for more cohesive and concrete international actions to support Syrians overcoming the crisis.

In 2019, French Foreign Minister *Jean-Yves Le Drian* stated that the only solution to the conflict in Syria would be political and through a transparent electoral process. “I believe that the conditions for peace have been defined. Peace comes through a transparent electoral process with the Syrians who elect their president and decide their future” said Mr. *Le Drian*. As Mr. De Rivière added in July 2021: “We will not fund reconstruction and we will not lift sanctions until a credible political process is firmly in place, [...] nor will we fund development activities that would help strengthen the Syrian regime in the absence of progress towards a political solution” (UNSC, 8817th Meeting Records, 2021).

6.4. INDIA

India has chosen a pragmatic approach towards the crisis in Syria. In a way that the country does not tolerate the crimes and atrocities conducted by the al-Assad government, nor it has the intention to initiate a dangerous military intervention process. Singh Puri, the former representative from India’s UNSC delegation, has abstained during the voting process of UNSC Draft Resolution S/2011/612 which condemned Syrian repression against the opposition, arguing that the draft did not address the role played by the opposition in escalating violence in Syria nor the importance of reaching a peaceful agreement with the al-Assad forces (STUENKEL, 2017). This position was reiterated by Mr. Tirumurti in his speech during a UNSC meeting in July 2021:

India firmly believes that the long-term security and stability of the region can

be achieved only by preserving the sovereignty and territorial integrity of Syria. We are deeply concerned at the involvement of external actors in Syria, which is making the situation worse. We also remain convinced that there can be no military solution to the Syrian conflict and reaffirm our commitment to advancing a Syrian-led and Syrian-owned, United Nations-facilitated political process in line with resolution 2254 (2015). (UNSC, 8817th Meeting Records, 2021).

At the same time, India calls for the enhancement of humanitarian operations in Syria, with no recriminations, politicization and preconditions included in foreign aid. One can argue that India juggles between its commitment to democracy and western allies on one side, and the BRICS bloc, mainly Russia and China, on the other side, as the country looks for a pragmatic response to the situation in Syria (STUENKEL, 2017).

6.5. IRELAND

Ireland has been deeply engaged in humanitarian efforts for Syria inside the UNSC. The Irish mission in the council has proposed in July 2021, along with Norway and the United Kingdom, a draft resolution to extend the mandate of the last remaining cross-border checkpoint for humanitarian aid into Syria. This document became, after the voting process, the first resolution to be unanimously adopted by the UNSC regarding the situation in Syria (UNSC, Resolution 2585, 2021). Ireland also calls for a “rapid, safe and unimpeded humanitarian access” (UNSC, 8841st Meeting Records, 2021), advocating strongly for the increase of cross-border humanitarian aid and not only cross-line aid¹³, the way some countries and the Syrian government prefer. Ireland encourages a negotiated political settlement for the conflicts in Syria, by which the Syrian government must show more flexibility and willingness to a peace process. Finally, Ireland understands that accountability for all violations of human rights and International Law are of extreme importance to build peace.

6.6. KENYA

According to Mr. Kiboino, a Kenyan representative in the UNSC, “Kenya

13 Cross-line delivery refers to aid that traverses a domestic frontline from Syrian government-held areas into areas outside government control in northwest or northeast Syria, while cross-border delivery traverses the international border disregarding the Syrian government’s participation and permission.

welcomes the combined consideration of the political and humanitarian situations in Syria. We reiterate that Kenya’s principal interest is the safety, well-being and peace of the people of Syria” (UNSC, 8841st Meeting Records, 2021). As one can notice, Kenya demonstrates a pragmatic discourse towards Syria, as the country sees a negotiated political settlement as the only solution to Syria’s problem at the same time it condemns the ongoing violation of human rights in the region by both parties of the conflict. Moreover, Kenya emphasizes the need to de-escalate the hostilities especially because of the critical conditions undergone by the Syrian population, which has worsened even more with the COVID-19 pandemic. Humanitarian aid is of extreme importance in Kenya’s view in order to mitigate the effects of the crisis, so cross-border and cross-line operations should be maintained and expanded. However, as Mrs. Toroitich states, “the only sustainable solution to the humanitarian crisis is a political solution to the conflict in Syria. [...] Kenya’s firm conviction is that the solution is a Syrian-led and -owned process that ensures that a wide spectrum of Syrians are at the forefront” (UNSC, 8817th Meeting Records, 2021).

6.7. LIBYA

Regarding the situation in Syria, especially the recent conflicts with Turkey, Libya remains with two different positions coming from the two parties who rule the country. General Khalifa Haftar who commands the Libyan National Army (LNA), which is not recognized by the international community, is fighting the Libyan Government of National Accord (GNA) based in Tripoli and recognized by the United Nations. After the Turkish attacks in Idlib at the beginning of 2020, a delegation from General Haftar’s LNA announced the opening of an embassy in the Syrian capital as part of joint efforts to combat the common enemy (ZAPTIA, 2020). With the reactivate of the Bilateral relation between the two countries they expected to ensures the continued coordination to face similar pressures, terrorism and challenges that target them, especially the ‘Turkish aggression’ (IDDON, 2020). This shows how the Syrian and Libyan conflicts are, in some ways, intertwined.

On the other hand, the Government of the National Accord has been backed up by Turkey. In November 2019, Libya and Turkey signed a security deal to provide military help from Ankara (AL JAZEERA, 2019b). In return for this military help to the GNA fight against the attacks from the Libyan National Army, they made another agreement allowing Turkey to draw Libya

claimed sea borders. Even noticing the clearly GNA-Turkey joint, the GNA does not stand any position towards the recent conflict between Turkey and Syria in the province of Idlib.

It should be noted that Libya is a Non-Member State of the United Nations Security Council. Therefore, the country has only observer status and cannot vote.

6.8. MEXICO

Mexico's position has been to condemn the violence caused by the parties involved in the Syrian war, especially the use of chemical weapons and major human rights violations by the Assad government, as the country has expressed deep concern about the humanitarian tragedy arising from the conflicts in Syria. Mexico suggests that a peaceful and political negotiation process might be the only viable solution to the conflict in Syria, and has called since the beginning of the crisis in 2011 on the international community to act responsibly and avoid sending military equipment and weapons to the affected region. As former president Enrique Peña has signaled in 2018, a strong multilateral environment and International Law must be the sole instruments to put an end to the humanitarian violations that have been happening in Syria (Secretaria de Relaciones Exteriores de México, 2018). By this, the Mexican government supports the expansion of humanitarian efforts as well as the maintenance of the humanitarian border crossings and the opening of new ones in Syria.

6.9. NIGER

Niger maintains close relations with France, from which it gained independence in 1960 and is its main trading partner. With regard to Syria, Niger currently demonstrates its concern about the fragility of the war-torn country on the COVID-19 epidemic, thus calling on all parties to the conflict to try to be more flexible in order to reach a political agreement that would end the hostilities in the region and enforce humanitarian efforts. Niger also stresses the importance of combating terrorism in the region and calls for efforts by the international community on this issue. Niger tries to maintain good relations with countries both from the West and also non-Western powers, although it often tends to the Western bloc, because of its relations with France and the United States.

6.10. NORWAY

Norway is a big supporter of Syria. They help a lot by donating money, being one of the largest donors, and giving humanitarian aid. In a press release on March 15, this year, when talking about the 10 years of war in Syria, the Minister of Foreign Affairs Ine Eriksen Søreide stated that:

Today marks 10 years since the start of the war in Syria. More than half a million Syrians have been killed. Over 13 million people are dependent on humanitarian aid. Some 12 million have been forced to flee their homes. That is why Norway is maintaining a high level of support and will contribute at least NOK 1.6 billion in 2021 towards alleviating the Syria crisis. (SØREIDE, 2021b).

In a later statement on 29 March, Norway's Minister of Foreign Affairs expressed their concern with the brutality and the need for humanitarian aid increasing in Syria, especially with the young generation, along this there is also the concern with covid-19. They reiterated the Council's demands that all parties allow unimpeded humanitarian access and uphold ceasefires to enable medical humanitarian teams to safely roll-out COVID-19 vaccinations, expressing their concern with the Secretary-General's report that healthcare workers and services are being a target and call on all parties to the conflict to respect international humanitarian law (SØREIDE, 2021c).

Lastly, at the Brussels V Conference held on 29-30 March this year, Norway highlighted that they will continue to support Syria and will donate approximately 190 million dollars this year, working to ensure that the UN Security Council fulfills its responsibility to the people of Syria, they stated that the Security Council resolution 2533 must be renewed and it is needed to see progress being made towards a political solution in Syria (SØREIDE, 2021a).

6.11. RUSSIAN FEDERATION

Among the members of the UNSC, Russia is the great ally of Bashar al-Assad's government. The Russian Federation alleges that the international actions of the US and Turkey violate Syria's sovereignty when they send troops into Syrian territory and assist rebel groups that seek illegitimate control of Syria. Syria is one of the few Russian allies in the Middle East that defies American in-

fluence. For this reason, it is of fundamental importance for Russia to maintain geopolitically strategic allies that counterbalance power in the region, especially when considering the proximity to Russian territory.

Regarding the ceasefire in northwest Syria, Russia aims to cooperate with Turkey to establish a lasting agreement that benefits both parties in Syria, recognizing in Turkey a possible ally that could weaken the United States. However, the interests and objectives of Moscow and Ankara diverge in the situation in Syria, making the agreements fragile and often superficial, especially when considering the intentions of the Syrian government, that seeks to retake the province of Idlib and defeat the rebel forces at any cost (MONITOR DO ORIENTE MÉDIO, 2020b). Moreover, Russia tries to pressure both Turkey and Syria to become more flexible in order to reach a ceasefire and a military de-escalation agreement.

In the UNSC, Russia claims that the United States and its allies have much greater geopolitical and economic interests than humanitarian interests in Syria, so Russia positions itself against the *modus operandi* of interventions in Syria and defends the inclusion of the Syrian government in peace talks (STUENKEL, 2017). In addition, Russia points out to the ineffectiveness of Turkey and the US in combating terrorist groups located in the Idlib region, stating that they are taking advantage of the ceasefire to strengthen themselves and that they are a major threat to Syria. Thus, Russia justifies the 14 vetoes in council resolutions concerning Syria, attesting that there is a negligence in combating rebel and jihadist groups, as well as it claims that many of these resolutions under humanitarian pretenses protect the terrorists hidden in Idlib from their imminent defeat. Regarding humanitarian issues, Russia also states that the Syrian government should be included in the organization process of foreign aid actions, claiming that this is another reason for the vetoes in humanitarian resolutions which disregard Syrian participation. Russia has however agreed on maintaining the border crossing of Bab al-Hawa for the delivery of humanitarian aid, as it began transitioning from cross-border to cross-line aid delivery. In the UNSC meeting the Russian delegate expressed his country's satisfaction in reaching an agreement with other member states on the subject (UNSC, 8817th Meeting Records, 2021).

6.12. SAINT VINCENT AND THE GRENADINES

Saint Vincent and the Grenadines remains deeply concerned about the

severity of the humanitarian situation in Syria. The State continuously uses its space at the UNSC meetings to recall for an immediate and sustained end of all hostilities, also they highlight the importance of the international community's help on the reconstruction of Syria, especially of its medical and education facilities. It often emphasizes the need for an inclusive and consultative process, where any solution should include all the parties concerned and the UN. Moreover, Saint Vincent and the Grenadines appeal to those countries that have imposed unilateral sanctions on Syria to open a dialogue with the country's government, in order to allow Syrian people to determine their own destiny, without interference.

Indeed, the State acknowledges the need to combat terrorism in the region, but expresses its concerns that those operations might be placed above the well-being of citizens, it stresses that "Such decisions should not be subject to the machinations of geopolitical interest and great-Power intrigue" (UNSC 8707th Meeting Records, 2020). Saint Vincent and the Grenadines also welcome all efforts to broker and uphold a ceasefire in Idlib, including through the Astana format and the UN.

6.13. SYRIA

The Syrian government of Bashar al-Assad states that it is unacceptable for the security council not to pass resolutions to prevent Turkish offensives, which unilaterally invade and violate Syrian sovereignty, causing Syria to react in self-defense. The country also claims that the Turkish invasion is not intended to combat terrorism, but rather they have an expansionist character and operate solely under Turkey's own interests. Furthermore, Syria says that other countries allied to Turkey, such as NATO members (particularly the US), are responsible for paving the way for Turkish aggressions, neglecting humanitarian principles since the invasions only bring suffering to the Syrian people, who have already been destabilized by terrorists. Moreover, Syria holds Turkey responsible for the appearance and strengthening of numerous groups considered as terrorists by the Syrian government (UNSC, 8645th Meeting, 2019). Syria understands that humanitarian operations that occur in the country crossing its borders without government consent are a violation to its sovereignty. Humanitarian aid should in fact operate in cooperation with the Government of Syria, by so avoiding foreign interference in the country.

Regarding the United Nations Security Council, Syria's great ally is Russia,

which provides troops and military equipment. Syrian interests are to retake the regions occupied by Turkey, rebels and terrorist groups, which makes the option of ceasefire an unlikely objective, since Turkey does not insist on calling off its occupation and “safe zone”. However, Syria is vulnerable to external pressure and is unable to act without its allies, who often consider the ceasefire to be a valid option for stabilizing the country.

It should be noted that Syria is a Non-Member State of the United Nations Security Council. Therefore, the country has only observer status and cannot vote.

6.14. TUNISIA

The Tunisian government has shown strong opposing positions on the Syrian conflict, demanding restoration of diplomatic relations between Tunis and Damascus. In February 2012, Tunis cut diplomatic relations with Damascus to protest the government’s brutal crackdown on Arab Spring activists and demonstrators (KARASIK & CAFIERO, 2019) and “by 2015, Tunisia’s foreign minister stated that there were plans to restore diplomatic relations” (KARASIK & CAFIERO, 2019). In April 2016, nearly two years after ISIL’s (Islamic State of Iraq and the Levant) rise to power in eastern Syria and western Iraq, the Tunisian authorities announced the reopening of a consulate in Syria and extended an invitation to Syria’s ambassador to return to Tunis (AL JAZEERA, 2019a). Later in 2018, Tunisian Foreign Minister Khemaies Jhinaoui declared: “The Syrian government has started to recover and to restore its security after eliminating several terrorist groups. When the dust settles, we will make the necessary decisions to restore the deep-seated Syrian-Tunisian ties” (AL-HILALI, 2019). Tunisia also promotes the extension of cross-line delivery of humanitarian assistance, which goes in line with Tunisia’s vision of putting an end to the suffering of the Syrian people by any means possible (UNSC, 8817th Meeting Records, 2021).

6.15. TURKEY

Turkey claims that its operations in northern Syria are limited to combating terrorism and self-defense against those groups that could spread terror to Turkish territory. In addition to jihadist groups like ISIL and HTS, Turkey

considers Kurdish fighters to be terrorists because of their connection to the PKK. At the UNSC's 24 October 2019 meeting, Turkish representative Feridun Sinirlioglu spoke that Turkey "flatly reject[s] and strongly condemn any misrepresentation of our counter-terrorism operation as an offensive or aggression" (UNSC, 8645th Meeting Records, 2019). As a justification, Turkey mentions the illegal occupation of northern and northwestern Syria by rebel forces and terrorist groups, making the region unstable and militarized. Therefore, it is of Turkish interest to maintain a safe zone on its border through military operations to combat this illegal occupation.

According to the UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), Turkey is home to more than 3.5 million Syrian refugees. The country is also the one that contributes the most with cross-border humanitarian aid in Syria, as the only crossing still open for foreign aid in Syria is located on the border with Turkey, where aid reaches directly the region of Idlib.

Turkey sought the help of its NATO allies to support its military operations in Syria to end the migration crisis. NATO did not agree with the Turkish offensives in northern Syria and therefore did not support Turkey in this situation. As a form of pressure, Turkey frequently threatens to open its borders for Syrian refugees to cross the border into the European Union. In addition, Turkey is constantly trying to dialogue with Russia in order to reach an agreement in Syria and keep its diplomatic options open to states outside the Western axis.

It should be noted that Turkey is a Non-Member State of the United Nations Security Council. Therefore, the country has only observer status and cannot vote.

6.16. UNITED STATES OF AMERICA

Since the beginning of the political crisis in Syria, The United States has demonstrated its support for the Syrian people who were calling for democracy and struggling against the repression of Assad's government. North American involvement even took place directly with troops in the region. At the UNSC, the United States calls for support from its Western allies, such as the European bloc and NATO members, and opposes Russia's interests in the Middle East. In their speech, the United States defines itself as defenders of international law, especially with regard to peoples' self-determination and demonstrates its commitment to giving a voice and helping the Syrian people who continue to be oppressed and whose human rights are violated by the Syrian government .

The situation became more complicated when Turkey also became directly involved in the Syrian conflicts, particularly when Turkey created a safe zone and drove the Kurds with ties to the PKK away from its territory. The United States worked together with Kurdish groups, deployed its troops and trained together with Kurdish armed groups, putting pressure on jihadist groups and Assad's forces. Turkey is one of the United States' main allies in the Middle East, where several of its military bases are close to strategic areas and undermines Russian influence in the region. Thus, to keep relations with Turkey at a good level, the United States was forced to remove its troops from the region and leave only a small contingent to ensure that jihadist groups did not have access to oil reserves located in northern Syria (COOK, 2020).

Despite its collaboration with Turkey, the United States remained cautious as it disapproved of the Turkish invasions and called NATO members for help. Therefore, the United States is in favor of a ceasefire that can open space for negotiations and for a democratic transition in Syria, as well as supporting humanitarian aid together with European countries to contain the refugee crisis. At the UNSC, it seeks to pass resolutions that widen humanitarian aid access to the Syrian people, regardless of the Syrian government's permission.

6.17. UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

In 2019, British Foreign Secretary Jeremy Hunt, made a statement toward the military action by Russia and the Syrian regime in Idlib province. He expressed UK's concerns by the escalation in military action, a flagrant violation of the ceasefire agreement that Russia itself sealed with Turkey, and reinforced the importance of following the agreements formulated before. He said:

Russia and the Assad regime must respect their obligations under the Sochi agreement and international humanitarian law. They must also remember that any future use of chemical weapons in Syria would be met with a swift and appropriate response. (GOV.UK, 2019c).

Later in 2019, Ambassador Jonathan Allen, UK Deputy Permanent Representative to the UN, at the Security Council briefing on Syria, also made a statement towards the conflicts in Idlib expressing the United Kingdom's position. He presented the numbers of casualties: over 1,000 civilians have been killed, including over 500 women and children, and said that the situation for

civilians in northwest Syria is devastating and that a resolution of the conflict could only be achieved through political and diplomatic methods (GOV.UK, 2019a). His speech predominantly highlighted the need to send a message to the regime that the international community is resolute in condemning their actions and will not let them continue unabated (GOV.UK, 2019b). The United Kingdom has contributed over \$150 million for humanitarian assistance in Idlib. During a meeting in the UNSC (UNSC, 8817th Meeting Records, 2021), Dame. Woodward, UK's representative to the council, also confirmed the UK's support to the cross-border resolution, in favour of protecting civilians, of extending cross-border humanitarian aid delivery and of ending indiscriminate attacks.

6.18. VIET NAM

In February 2018, Foreign Ministry's Spokesperson Le Thi Thu Hang made a statement (VGP NEWS, 2018) in response to the developments in Syria. In her speech, she stated that Viet Nam expresses concern over the current situation in Syria and protests the use of force which threatens the lives of innocent civilians as well as peace and stability in the region. She also said all conflicts and differences must be settled through peaceful measures on the basis of international law, especially the United Nations Charter and of the principle of respecting independence and sovereignty of countries. Due to the Syrian chemical conflict of that year, Hang added that The United Nations Chemical Weapons Convention must be absolutely observed. Later in 2021, Viet Nam's representative in the UNSC, Mr. Dang, reiterated that Syrian interlocutors must consolidate trust and confidence, bridged by the United Nations, so a political solution might be achieved and the humanitarian catastrophe should come to an end (UNSC, 8841st Meeting Records, 2021).

REFERENCES

AL-HILALI, Amel. 2019. Tunisia joins Arab efforts to mend ties with Syria's Assad. Available at: <<https://www.al-monitor.com/originals/2019/01/tunisia-ennahda-restore-ties-syria-regime-arab-league.html>> Accessed August 30, 2021.

AL JAZEERA. 2017. Syrian war: All you need to know about the Astana talks. Available at <<https://www.aljazeera.com/news/2017/10/syrian-war-astana-talks-171029160554816.html>>. Accessed May 14, 2020.

_____. 2018. Idlib assault on hold as Russia, Turkey agree on buffer zone. Available at: <<https://www.aljazeera.com/>>

news/2018/9/17/idlib-assault-on-hold-as-russia-turkey-agree-on-buffer-zone>. Accessed August 30, 2021.

_____. 2019a. Tunisia calls for Arab League to readmit Syria. Available at: <<https://www.aljazeera.com/news/2019/01/tunisia-calls-arab-league-readmit-syria-190126112356574.html>>. Accessed 24 May, 2020.

_____. 2019b. Turkish Parliament Ratifies Security Deal With Libya: State Media. Available at www.aljazeera.com/news/2019/12/turkish-parliament-ratifies-security-deal-libya-state-media-191221145918122.html. Accessed 27 May, 2020.

_____. 2020. Scarce resources in Syria's rebel-held areas amid COVID-19 fears. Available at <<https://www.aljazeera.com/news/2020/04/scarce-resources-syria-rebel-held-areas-covid-19-fears-200414202039334.html>>. Accessed April 30, 2020.

AL-TAMINI, Aymenn Jawad. 2020. Hay'at Tahrir al-Sham Statement on Ankara-Moscow Agreement. Pundicity: Informed Opinion and Review. Available at <<http://www.aymennjawad.org/2020/03/hayat-tahrir-al-sham-statement-on-ankara-moscow>>. Accessed April 30, 2020.

ALTUN, Fahrettin. From Astana to Geneva: The Syria Crisis. 2017. Available at <<https://www.setav.org/en/from-astana-to-geneva-the-syria-crisis/>>. Accessed May 14, 2020.

ANONYMOUS. 2020. The Battle for Idlib. *The Economist*; London Vol. 434, Ed. 9184, (Mar 7, 2020): 45-46.

ASHARQ AL-AWSAT Newspaper. Pentagon: Turkey to Receive Patriot Missiles If They Return S-400 to Russia. Available at <<https://aawsat.com/english/home/article/2176036/pentagon-turkey-receive-patriot-missiles-if-they-return-s-400-russia>>. Accessed April 30, 2020.

BARNARD, Anne; MAZZETTI, Mark. 2016. U.S. Admits Airstrike in Syria, Meant to Hit ISIS, Killed Syrian Troops. *The New York Times* [online]. Available at <<https://www.nytimes.com/2016/09/18/world/middleeast/us-airstrike-syrian-troops-isis-russia.html>>. Accessed May 14, 2020.

BBC News. 2020a. Syria war: Why does the battle for Idlib matter?. Available at: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-45403334>>. Accessed April 02, 2020.

_____. 2020b. Turkey defies US as Russian S-400 missile defence arrives. Available at <<https://www.bbc.com/news/world-europe-48962885>>. Accessed April 30, 2020.

CHARLEAUX, João Paulo. 2018. Como a França oscila entre a legalidade e a lealdade na Síria. Available at: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/04/12/Como-a-Fran%C3%A7a-oscila-entre-a-legalidade-e-a-lealdade-na-S%C3%ADria>>. Accessed 24 May, 2020.

COOK, Steven. 2020. Syria Is Turkey's Problem, Not America's. Available at: <<https://foreignpolicy.com/2020/03/06/syria-turkey-us-problem-idlib-crisis/>>. Accessed April 02, 2020.

COUSINS, Michel. 2020. What peace process in Libya after Salamé?. *The Arab Weekly*. Available at: <<https://theArabweekly.com/what-peace-process-libya-after-salame>>. Accessed 25 May, 2020.

DALAY, Galip. 2020. How long will the Turkish-Russian deal on Idlib last?. *Aljazeera.com*. 2020. Al Jazeera English [online]. Available at <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/long-turkish-russian-deal-idlib-200316135110613.html>>. Accessed April 30, 2020.

DRYSDALE, Alasdair; HINNEBUSCH, Raymond. 1991. *Syria and the Middle East peace process*. New York: Council on Foreign Relations Press.

EURONEWS. 2015. Syria and Turkey - a history of a complex relationship. Available at: <<https://www.euronews.com/2015/07/28/syria-and-turkey---a-history-of-the-relationship>>. Accessed April 02, 2020.

- G1. 2018. China condena uso da força na Síria e pede mais diálogo. Available at: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/china-condena-uso-da-forca-na-siria-e-pede-mais-dialogo.ghtml>>. Accessed 24 May, 2020.
- GALL, Carlotta. 2020. Airstrike Hits Turkish Forces in Syria, Raising Fears of Escalation. Available at: <<https://www.nytimes.com/2020/02/27/world/middleeast/russia-turkey-syria-war-strikes.html>>. Accessed April 02, 2020.
- HACAOGLU, Selcan; KOZOK, Firat. 2020. Erdogan Risks Sanctions With April Date for Activating Russian S-400s. Bloomberg L. P. Available at <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-03-06/erdogan-risks-sanctions-with-april-date-for-activating-s-400s>>. Accessed April 30, 2020.
- HODALI, Diana. 2020. Devastated by war, Syria's Idlib braces for coronavirus. Available at: <<https://www.dw.com/en/devastated-by-war-syrias-idlib-braces-for-coronavirus/a-52960674>>. Accessed April 02, 2020.
- IDDON, Paul. 2020. What Cooperation between Syria's Assad and Libya's Haftar Means for Turkey. Ahval News. Available at <https://ahvalnews.com/syria-libya/what-cooperation-between-syrias-assad-and-libyas-haftar-means-turkey>. Accessed 27 May, 2020.
- KARASIK, Theodore. CAFIERO, Giorgio. 2019. A thaw in Tunisian-Syrian relations. Available at: <<https://www.mei.edu/publications/thaw-tunisian-syrian-relations>>. Accessed 24 May, 2020.
- KUCUKGOCMEN, Ali. 2020. "Turkey's Erdogan Says Russia Not Abiding by Syria Agreements: NTV". Available at <<https://www.usnews.com/news/world/articles/2020-01-29/turkeys-erdogan-says-russia-not-abiding-by-syria-agreements-ntv>>. Accessed May 14, 2020.
- LESCH, David. 2010. The new lion of Damascus: Bashar Al-Assad and modern Syria. London: Yale University Press, 2010. Available at: <http://yalepress.yale.edu/yupbooks/excerpts/lesch_lion.pdf>. Accessed April 04, 2020.
- MOHAMMED, Yasmin. 2016. O Nacionalismo Árabe E O Partido Baath: Uma Análise Da Política Externa Da Síria Da Ascensão De Hafez Al-Assad (1970-2000) À Presidência De Bashar Al-Assad (2000-2010). Accessed April 04, 2020.
- MONITOR DO ORIENTE MÉDIO. 2020a. China pede suspensão das sanções contra a Síria para combater o coronavírus. Available at: <<https://www.monitordooriente.com/20200401-china-pede-suspensao-das-sancoes-contr-a-siria-para-combater-o-coronavirus/>>. Accessed 24 May, 2020.
- _____. 2020b. Forças do regime de Assad e aliados russos matam 387 civis em Idlib, na Síria. Available at: <<https://www.monitordooriente.com/20200329-forcas-do-regime-de-assad-e-aliados-russos-matam-387-civis-em-idlib-na-siria/>>. Accessed April 02, 2020.
- MUNCH, Regina. 2020. The Horror Story in Syria. *Commonweal*; New York Vol. 147, Ed. 4, (Apr 2020): 6.
- QUINN, Colm. 2021. Western Powers Face Russia in Syria Aid Clash. *Foreign Policy*. Available at: <<https://foreignpolicy.com/2021/07/06/syria-russia-aid-un-security-council/>>. Accessed 30 August, 2021.
- Secretaría de Relaciones Exteriores de México. 2018. Posición de México respecto a la situación en Siria. Available at: <<https://www.gob.mx/sre/prensa/posicion-de-mexico-respecto-a-la-situacion-en-siria>>. Accessed 25 August, 2021.
- SHOUP, John A. 2018. The History of Syria. ABC-CLIO, LLC,. ProQuest Ebook Central, <https://ebookcentral-proquest-com.proxy1.lib.uwo.ca/lib/west/detail.action?docID=5541181>.
- SØREIDE, Ine Eriksen. 2021a. Brussels V Conference - Supporting the future of Syria and the region. European Union External Action Service - EEAS. Available at: <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/93313/brussels-v-conference-%E2%80%93-supporting-future-syria-and-region_en>. Accessed 30 August, 2021.

_____. 2021b. Press Release: Syria 10 years. Norway Permanent Mission to the United Nations in New York. Available at: <<https://www.norway.no/en/missions/UN/news/news-on-development-and-humanitarian-efforts/press-release-syria-10-years/>>. Accessed 23 August, 2021.

_____. 2021c. SC: Syria - Humanitarian Situation. Norway Permanent Mission to the United Nations in New York. Available at: <<https://www.norway.no/en/missions/UN/statements/security-council/2021/sc-syria---humanitarian-situation2/>>. Accessed 24 August, 2021.

SPROSS, Hans. 2018. A ambígua posição da China em relação à Síria. DW. Available at: <<https://www.dw.com/pt-br/a-ambigua-posicao-da-china-em-relacao-a-siria/a-43382709>>. Accessed 24 May, 2020.

STUENKEL, Oliver. 2017. BRICS e o Futuro da Ordem Global. Paz & Terra: Rio de Janeiro/São Paulo.

THE GUARDIAN. 2016. Russia and US reach tentative agreement for Syria ceasefire. Available at <<https://www.theguardian.com/world/2016/sep/10/syria-ceasefire-deal-tentative-negotiate-kerry-lavrov-us-russia>>. Accessed May 14, 2020.

_____. 2020. Russia and Turkey agree ceasefire in Syria's Idlib province. Available at: <<https://www.theguardian.com/world/2020/mar/05/russia-and-turkey-agree-ceasefire-in-syrias-idlib-province>>. Accessed on April 30, 2020.

UN. 2012. Final communiqué of the Action Group for Syria. Available at <https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SY_120630_Final%20Communique%20of%20the%20Action%20Group%20for%20Syria.pdf>. Accessed May 14, 2020.

_____. 2015. Statement of the International Syria Support Group. Vienna. Available at <<https://www.un.org/undpa/en/Speeches-statements/14112015/syria>>. Accessed May 14, 2020.

UK.GOV. 2019a. Increasing humanitarian access in Syria. Available at: <<https://www.gov.uk/government/speeches/increasing-humanitarian-access-in-syria>>. Accessed 24 May, 2020.

_____. 2019b. Latest documents. Available at: <https://www.gov.uk/government/latest?world_locations%5B%5D=syria>. Accessed 24 May, 2020.

_____. 2019c. Syria: Foreign Secretary condemns recent violence in Idlib province. Available at: <<https://www.gov.uk/government/news/syria-foreign-secretary-condemns-recent-violence-in-idlib-province>>. Accessed 24 May, 2020.

UNSC. April 2012. Resolution 2043 (2012). Available at <<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20SRES%202043.pdf>>. Accessed May 14, 2020.

_____. July 2012. Resolution 2059 (2012). Available at <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20SRES%202059.pdf>>. Accessed May 14, 2020.

_____. 2014. Resolution 2139 (2014). Available at: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2139>>. Accessed August 30, 2021.

_____. 2014. Resolution 2165 (2014). Available at <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2165.pdf>. Accessed May 14, 2020.

_____. 2015. Resolution 2170 (2014). Available at: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2170>>. Accessed August 30, 2021.

_____. 2015. Resolution 2178 (2014). Available at: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2178>>. accessed August 30, 2021.

_____. 2015. Resolution 2235 (2015). Available at <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2235.pdf>. Accessed May 14, 2020.

- _____. 2015. Resolution 2254 (2015). Available at: <[https://undocs.org/S/RES/2254\(2015\)](https://undocs.org/S/RES/2254(2015))>. Accessed August 30, 2021.
- _____. 2016. Resolution 2268 (2016). Available at: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2268>>. Accessed August 30, 2021.
- _____. 2016. Resolution 2328 (2016). Available at <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2328>>. Accessed August 30, 2021.
- _____. 2016. Resolution 2336 (2016). Available at <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2336>>. Accessed August 30, 2021.
- _____. 2018. Security Council Amendment to Security Council resolution 2368 (2017). SCA/2/18 (15). Available at <<http://www.amlc.gov.ph/images/PDFs/SCA0618.pdf>>. Accessed April 30, 2020.
- _____. 2019. 2452nd and 2503rd Meeting Records (2019). Available at: <<https://undocs.org/en/S/PV.2452>>. Accessed May 26, 2020.
- _____. 2019. 8645th Meeting Records (2019). Available at: <<https://undocs.org/en/S/PV.8645>>. Accessed May 26, 2020.
- _____. 2020. 8734th Meeting Records (2020). Available at: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_PV.8734.pdf>. Accessed May 28, 2020.
- _____. 2020. 8707th Meeting Records (2020). Available at: <<https://undocs.org/en/S/PV.8707>>. Accessed May 26, 2020.
- _____. 2020. 8727th meeting report (2020). Available at: <<https://undocs.org/en/S/PV.8727>>. Accessed May 26, 2020.
- _____. 2021. 8817th Meeting Records (2021). Available at: <<https://undocs.org/en/S/PV.8817>>. Accessed August 25, 2021.
- _____. 2021. 8841st Meeting Records (2021). Available at: <<https://undocs.org/en/S/PV.8841>>. Accessed August 27, 2021.
- _____. 2021. Resolution 2585 (2021). Available at: <[https://undocs.org/en/S/RES/2585\(2021\)](https://undocs.org/en/S/RES/2585(2021))>. Accessed August 27, 2021.
- VGP NEWS, The Socialist Republic of Viet Nam Online Newspaper of the Government. 2018. VN expresses concern over situation in Syria. Available at: <<http://news.chinhphu.vn/Home/VN-expresses-concern-over-situation-in-Syria/20184/33625.vgp>>. Accessed 24 May, 2020.
- ZAPTIA, Sami. 2020. Libya's Eastern Government Visits Syria, Meets Assad, Reopens Embassy - Tripoli Objects. Libya Herald. Availabe at www.libyaherald.com/2020/03/04/libyas-eastern-government-visits-syria-meets-assad-reopens-embassy-tripoli-objects/. Accessed 27 May, 2020.
- ZAHRA, Rahmouni Fatima. 2017. Securitization and De-securitization: Turkey-Syria Relations since the Syrian Crisis. Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies, 11:2, 27-39, DOI: 10.1080/25765949.2017.12023299.

**

FOREIGN INTERFERENCE IN LIBYA, BREACH OF THE ARMS EMBARGO

*Amanda Perachi
Ricardo Ortiz
Roberta Noguez
Vinicius Baldissera*

ABSTRACT

With the fall of dictator Muammar Gaddafi¹ in 2011, successive administrations have failed to control the country's militias, which wield the real power in Libya. The conflict emerges from the difference between Islamic ideals and nationalist, ethnic and tribal rivalry, local and regional identity, and access to oil and financial resources. In the same year, the United Nations Security Council (UNSC) imposed an arms embargo on Libya imports and exports. Nonetheless, several neighboring countries, such as Turkey, the United Arab Emirates and Jordan, have violated the embargo by continuously providing weapons and ammunition. In 2014, the conflict escalated to new levels due to the elections in Libya, which polarized the country between rival governments. In recent years Libya's conflict has turned into a proxy war, with a number of foreign powers joining in to defend ideological and economic interests. In 2020, world leaders agreed to end all foreign interference in the country during the international summit in Berlin, defending the arms embargo of 2011, and also agreed to a permanent ceasefire to dismantle numerous militias and armed groups. Still, the United Nations Support Mission in Libya denounced violations of the arms embargo despite the commitment made between the countries in the summit. Closing a decade of conflict in 2021, these ongoing violations plunged Libya into chaos and violence, showing the urgency to bring this conflict to an end.

¹ The spelling "Gaddafi" is used in this article to refer to the Libyan National Army leader's name, but as there is no universally accepted rule for transliterating Arabic names into the Latin alphabet you can find multiple spelling of his given name.

1. INTRODUCTION

According to the UN charter chapter V, the United Nations Security Council (UNSC) primary responsibility is the maintenance of international peace and security. Due to it, Libya has occupied much of the council's agenda since 2011 when the beginning of a conflict that endangered the lives of thousands of civilians was notoriously seen within the country. In response to the growing violence and persistent reports of a widespread attack on human rights, the UN Security Council unanimously approved Resolution 1970 (2011), demanding an immediate end to the violence and imposing an arms embargo. Moreover, the UNSC approved a resolution in 2011, which would establish the United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL) in order to help uplift the country, with an initial period of action of three months. However, conflicts were far from coming to an ending, and the arms embargo was constantly violated.

In 2014, after the outbreak of a deep political and military crisis in the country, parliamentary elections were called and resulted in the formation of two rival governments with different armed groups seeking for power and oil: one in the western capital, Tripoli-based Government of National Accord (GNA) and another in the east of the country allied with General Khalifa Haftar who commands the Libyan National Army (LNA). In December 2015, the United Nations and other institutions signed the Joint Communiqué in Rome, where they declared their support for the establishment of the Government of National Accord, recognizing it as the political entity that controls and represents Libya.

Libya's current situation of civil war began in 2019 when Field Marshal Khalifa Haftar decided to attack the capital, Tripoli, one of the last remaining strongholds of the internationally recognized Government of National Accord (GNA). Haftar's Libyan National Army (LNA) still has not been able to fulfil its objective of capturing the urban area of 1.2 million people and overthrowing the GNA. Moreover, violence in Libya has been increasingly fueled by desires around its large oil reserves, regional political rivalries, and influence games, with the country at great risk of assimilating to the conflict that guides Syria. In 2020, world leaders, which are also the main negotiators, have already shown an interest in putting into practice the 2011 arms embargo and finally end foreign interference in the country and agree with a permanent ceasefire.

However, continued violations of the arms embargo and the delay in the withdrawal of foreign forces from Libya threaten the progress made towards ending the conflict in the face of the call for new national elections in December 2021. Thus, it is of utmost importance that the Security Council decisions are respected and enforced by the countries, which emphasizes the importance of compliance with the arms embargo.

2. HISTORICAL BACKGROUND

For almost 42 years, Libya was under the control of a single and absolute dictator Muammar Gaddafi, and with his death in 2011 after months of civil war, between his supporters and opponents, it became increasingly difficult to control Libya based on democracy. However, the civil war in Libya had many other historical, structural and political factors than minimally the search for freedom and democracy, and the foreign intervention was something that marked the whole period, until today, shaping and leading the country to instability, insecurity and no expectations of an end to the conflict. To get a better understanding of the foreign interference, its actions and its interests, it is necessary to trace more deeply the beginning of the conflict until the death of Muammar Gaddafi, and then the new conflicts that started in 2014.

2.1. THE ARAB SPRING

The Arab Spring (2011) characterized as a wave of protests in the Arab world initiated by a general crisis. Different in each country, the Arab Spring was driven according to their realities and motivations but largely seeking freedom, equality and secularism, as well as manifesting themselves contrary to dictatorial regimes. These manifestation waves arrived in Libya and were described as an example of a popular uprising against a dictatorial and corrupt government and for the important international influence to help the country establish democracy and basic human rights. However, the demonstrations in Libya were very different from those that took place in most other countries. While these featured social movements of apolitical people, spontaneously driven by a common goal, in Libya these protests were led by pre-existing organizations and individuals who had opposed the government in their country for years

(SIEBENS, 2012). Although some were fighting for democracy and respect for human rights, others were using violence to unseat a government they disliked, and in this way, the manifestations suffered in Libya with a strong wave of violence that, on February 20, 2011, could be defined as a civil war.

2.2. MUAMMAR GADDAFI GOVERNMENT

In order to understand the reasons that generated the conflict it's important to describe the government of Muammar Gaddafi. He was heavily influenced by Arab nationalism and pan-Africanist theories, and supported several "socialist" national projects in Libya (SIEBENS, 2012). Due to this, the Libyan government has taken over trade unions, the press, agriculture and public services such as education, transport, and health. This process resulted in the nationalization of many foreign oil companies, and also expelled Italian citizens and closed American and British military bases. Regarding his foreign policy, it was characterized by an anti-capitalism and anti-communism, and in the Cold War, it remained with the "Non-Aligned Movement", maintaining ties with both blocs for decades. Gaddafi dedicated himself to challenge his enemies, especially Israel, in order to chart a median path in world politics. For this reason, he believed he had two objectives, to contain imperialism in the Third World and to destroy Israel.

Since Libya most often supported revolutionary factions in neighboring countries and sought to oppose the status quo regimes, Gaddafi began to further strengthen ties with the Soviet Union, quickly gaining repudiation from his neighbors and the Western bloc. In the 1970s stories about torture, long prison terms without a fair court, executions and disappearances multiplied around the world, and in this way Gaddafi was famous for his brutality, being called by the President of the United States, Ronald Reagan, "Mad Dog of the Middle East" (ABC NEWS, 2011).

As the rebellion spread through Arab countries in 2011, and the threat to his regime became more and more apparent, Gaddafi showed that he had not lost the brutality of the 1970s and used full-scale military operations against entire cities where people dared to ask for his exit (SIEBENS, 2012).

2.3. FOREIGN INTEREST IN LIBYA

An important issue that hindered a truce between both sides and increasingly attracted foreign interests into the country is the issue of oil. Libya has the 10th-largest proven oil reserves of any country in the world. By the way, the main areas of combat are exactly in the most important regions in oil reserves in the country. In face of it, the rebels recognize that taking possession of these

regions means, in addition to generating foreign exchange, increasing support from the international community, and at the same time, it is these same resources that still kept Gaddafi's regime going.

On the same day that the rebels achieved their first victory in February 17, 2011, controlling the city of Benghazi, the US and UE issued statements strongly condemning the atrocities committed by the Gaddafi regime. Two days later, Gaddafi delivered a speech in which he made explicit threats to the opposition (BBC NEWS, 2011). The UN quickly called for a ceasefire and the Arab League expelled Libya. NATO leaders were initially ambivalent about the prospects for military intervention in Libya. But after the UN Security Council adopted Resolution 1973, authorizing a no-fly zone area as well as the use of force only to protect civilians who were being attacked, an international coalition led by France, US and the UK initiate an operation called "Operation Odyssey Dawn" and took the Security Council upon its authorization to use military force (SIEBENS, 2012).

It was at this point that the international community should have chosen to use diplomacy to end the conflict, but the heads of the US, French and British governments published their shared position² that it was "impossible to imagine a future for Libya with Gaddafi in power". This way, NATO provided close air support for the rebel offensive, sending military advisers and consequently caused civilian deaths as a result.

On October 20, Gaddafi was filmed being dragged, beaten, and then shot to death by the rebels. His death ended the civil war in Libya, but the consequences were still unpredictable. It is a matter of fact that the success of anti-Gaddafi rebels in 2011 must be largely attributed to NATO airpower. However, the end of the 42 years regime of Gaddafi put Libya in a huge instability as the opposition was clearly not ready to govern the whole country. The massive influx of heavy weapons, the thousands of deaths and displaced people made the transition to a new government violent and tumultuous.

2.4. 2012 PARLIAMENTARY ELECTIONS

Thereafter, Libya came to be governed by the National Transitional Council (CNT), which was responsible for reorganizing the country's democratic institutions and received assistance from the UN and NATO. In 2012, the first parliamentary election was held since 1964, which pointed to the victory of liberals from the National Force Alliance, as well as to the creation of the General National Congress (GNC) in substitution of the transitional council, and

² Read the full letter on "Libya letter by Obama, Cameron and Sarkozy: Full text" by BBC News (2011) at: <https://www.bbc.com/news/world-africa-13090646>

to the end of the Islamic faction from the leadership of the Libyan parliament. Despite attempts to re-establish democratic elections, Libya was facing a permanence of political crisis between liberal nationalists and Islamists for control of the executive branch, as well as low political participation of society that was still affected by the conflicts of the civil war.

The elected government was failing to impose its authority over militias that were formed and legitimized themselves in the revolt against the Gaddafi dictatorship. In March 2012 a member of the GNC deposed the first elected government and appointed a new successor who resigned a few days later affirming to have suffered serious threats from opposition groups. Therefore, new elections were called that same year, and from that point on, the conflict took on new proportions.

Figure 1: Power zones in Libya



Source: Liveuamap, Al Arabiya English.

With the new elections, Libya became divided between rival governments (figure 1). On one side stands the Tripoli-based Government of National Accord (GNA), in blue, which is recognized by the United Nations and backed by a lot of militias, while the rival administration in the country's east is allied with General Khalifa Haftar who commands the Libyan National Army (LNA), in red. The split came after an Islamist party backed by armed groups

refused to end the 18-month transitional mandate of the now-extinct National General Council (GNC) after the party was defeated in the elections. The rival administrations are also fighting for control of the country's oil reserves.

3. STATEMENT OF THE ISSUE

Constant foreign interventions in the Libyan civil war since 2011 have directly influenced the conflict by changing its directions and making it reach new proportions. Resolutions 1970 and 1973, issued by the United Nations Security Council in 2011, invoked the responsibility of Libyan authorities to protect their population and also, as expressed in resolution 1973 the responsibility of member states to “take all necessary measures (...) to protect civilians and civilian populated areas under threat of attack in the Libyan Arab Jamahiriya” (UNSC, 2011b). Regarding it, the US, UK, and France assumed the lead in pushing for and carrying out a military intervention in Libya. The reasoning behind their decisions, coordinated through NATO, was publicly expressed through a moral humanitarian purpose under the Responsibility to Protect principle.

3.1. RESPONSIBILITY TO PROTECT PRINCIPLE

The formulation of the Responsibility to Protect (R2P) principle is based on the idea that in situations where the State is not able to protect its own population from mass atrocities, or does not want to do so, that responsibility rests with the international community. It is an attempt to reconcile the responsibility of the international community to deal with violations of humanitarian norms and, at the same time, to ensure respect for the sovereignty of States (ROCHA, 2013). The concept was formulated by the International Commission for Intervention and State Sovereignty (ICISS) in 2001, and points four basic objectives to which intervention for the protection of human rights must follow: to establish norms and rules that determine when and how an intervention is authorized; legitimize it only after all other approaches to conflict resolution have failed; ensure that the intervention, once established, is conducted in a according to its purpose, seeking to minimize the institutional damage and human beings humans; and help eliminate, when possible, the cause of conflicts, seeking to promote durable and sustainable peace (ROCHA, 2013).

3.2. NATO'S ACTION IN 2011 LIBYA'S WAR

Based on these principles, the countries used, as implied in the 1973 resolution, that any action would be legal, provided that it sought to guarantee humanitarian protection. The real purpose of the political and military intervention was made public by their respective heads of government, in his speech US President Barack Obama (2011) said “there is no question that Libya — and the world — will be better off with Gaddafi out of power.”, the leaders of France and the UK share this same thought. This way, the political end goal was regime change. As Alan J. Kuperman (2013) argues, if NATO really wanted to prioritize the protection of civilians, they would have enforced the no-fly zone, bombed forces that were threatening civilians, and attempted to forge a ceasefire. Instead, NATO took actions that were unnecessary or inconsistent with protecting civilians, for example, NATO began attacking Libyan forces that were retreating and therefore were not a threat to civilians, who were far away. In summary, the objective of ‘regime change’ was launched as a pretext to validate a multilateral military intervention, linking it to a purely humanitarian cause under the R2P principle authorized by resolution 1973.

Kuperman (2013) related that as a result of NATO'S intervention, Libya's war lasted 36 weeks instead of 6 weeks and magnified the death toll by 7 to 27 times. In June 2011, France admitted to supplying weapons to the rebels, and Qatar allegedly supplied militias connected to the NTC with tons of weaponry and admitted later that it had hundreds of troops fighting against Gaddafi's forces. This was a direct violation of resolution 1970 and did not go according to the spirit of the civilian protection mandate represented in resolution 1973.

3.3. GROWTH OF THE MILITIAS AND INTERNATIONAL INFLUENCE IN LIBYA

According to Ricardo Larémont (2013), the death of Gaddafi and lack of authority capable of exercising sovereignty in the country contributed to expanding the Jihadism phenomenon. Moreover, due to the Libyan civil war in 2011, the activity of jihadist groups, such as al-Qaeda, IS and LIFG (Libyan Islamic Fighting Group), has dramatically increased. Thus, with the country divided, after the 2014 elections, and without a central government capable of unifying forces, more and more militia groups are being financed and gaining

strength in Libya.

Since June 2016, the UNSC has authorized member states to inspect vessels on the high seas off Libyan coast believed to be in violation of the arms embargo (UNSC, 2016). In the same year, the United States and Algeria defended the fight against terrorism in Libya, affirming the need for countries to find a peaceful and political solution to the Libyan crisis and that the fight against terrorism must respect international law, sovereignty, security and stability of the country. Later on, the US military carried out attacks on a training camp of the self-proclaimed extremist group Daesh in Sabrata.

The new armed conflict in and around Tripoli escalated on April 4, 2019, led by General Khalifa Haftar, who launched an offensive to capture the city from Libya's internationally recognized Government of National Accord and it has attracted the attention of foreign countries and again brought more violence to Libya (SPUTNIK NEWS, 2019). In October 2019, Haftar called attention to the need to lift the arms embargo immediately, in order to combat terrorism, protect borders, prevent legal migration and smuggling in Libya. He further highlights:

It should be noted that, despite the embargo, a vast amount of weapons is openly delivered to terrorist and armed groups in Libya by air and sea. We wonder how the world allows this on the one hand, and on the other, calls to fight against terrorism (SPUTNIK NEWS, 2019).

Those different interests presented by the countries increasingly influence the instability in Libya, following their ambitions they finance those who present them with the greatest reward. The Libyan National Army, led by Haftar is militarily supported by Saudi Arabia, Egypt and the United Arab Emirates, as they have great interests in Libyan wealth and Egypt highlights the importance of General Haftar control of the eastern region, as it creates a safe zone to prevent movement of Islamic fundamentalists along the border (POLITICO, 2020). LNA also receives economic and logistical support from Russia, however, Russia has a very pragmatic approach, on the one hand it provides political and military support to Haftar and on the other it signs oil agreements and discusses business opportunities with the Tripoli government. France also supports the LNA, as it wants to guarantee security in its oil well area, in the Sirte Basin, which is in the east of the country. The GNA is supported by Turkey, which provides weapons and drones, and Qatar and Italy, two of the countries that support it financially, together with the UN and the European Union

(POLITICO, 2020).

If the instability created by the unfortunate interference in 2011 was not enough, soon after the 2014 elections, foreign financing cooperated even more to divide the country and help terrorist forces gain more and more power. For this reason, the conflict that has lasted a decade has no expectations for its end. Recent attempts, such as the Berlin conference on January 19, 2020, once again point to a strengthening of the arms embargo, and call once again on countries' commitment to it. However, six days later, the United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL), released a statement deeply regretting the continued blatant violations of the arms embargo in Libya, even after the commitments made in this regard by concerned countries during the International Conference on Libya in Berlin. They also highlighted:

The 12 January truce agreed by the Government of National Accord (GNA) and the Libyan National Army (LNA), which led to remarked reduction of hostilities in Tripoli, has provided a much-needed respite for civilians in the capital. However, this fragile truce is now threatened by the ongoing transfer of foreign fighters, weapons, ammunition and advanced systems to the parties by member states, including several who participated in the Berlin Conference. (UNSMIL, 2020).

3.4. UN EXPERTS PANEL ON LIBYA

Nonetheless, reports by UN expert panel on Libya -established pursuant to resolution 1973 (2011)- published in December 2019, have outlined more breaches of the arms embargo. The experts reported that the UAE and Egypt have breached the arms embargo by supplying weapons to forces affiliated with Haftar's LNA. More recently, Haftar's forces have also benefited from the support of the Russian mercenaries from the infamous Wagner group, accused of waging secret wars on the Kremlin's behalf around the world.

The different armed factions fighting on behalf of the GNA have mostly received military support from Turkey, which has increased its involvement considerably in recent months to try and prevent Haftar's military victory. The presence of Chadian and Sudanese armed groups in support of forces affiliated with both the GNA and LNA have also been singled out by UN experts.

In its 2021 final report, the Panel of Experts on Libya called the Libya arms embargo as 'totally ineffective' and presents in chronological order, violations of the arms embargo transfers for the GNA affiliated forces, and Haftar's LNA. Those information included the date identified of the violation, type of

violation, the equipment or activity involved, and the Member State or party responsible³. None of the countries named has acknowledged violating the arms embargo. The Panel's recommendations to the UNSC includes imposing measures, such as flag deregistration, a landing and an overflight ban, and reinforces the arms embargo.

Hence, the UNSC needs to take action to ensure countries' commitment to the arms embargo. As a result of the continued fighting, the UN Refugee Agency estimates that more than 217,000 people have been internally displaced and approximately 1.3 million people are in need of humanitarian assistance in Libya. They are living in unsafe conditions with little or no access to health care, essential medicines, food, safe drinking water, shelter or education. Moreover, in the absence of a primary governing body, migration and human trafficking have remained problematic. Even more, it cannot be tolerated that this ten years conflict continues to be fueled by foreign forces, placing the Libyan population increasingly in a vulnerable situation. It is necessary to guarantee security and respect for the human rights of the Libyan people, and the least to do is that the States commit themselves to an embargo that was imposed a decade ago.

Furthermore, this whole situation of instability left the country extremely vulnerable to new problems, such as the COVID-19 pandemic that put Libya in an emergency situation and made the countries within the Security Council more concerned about the calamity situation in which finds its population, understanding an even greater need to resolve this decade-long conflict.

4. PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

As mentioned in the previous parts, the UN has been taking action in Libya since conflicts were defined as a civil war. On February 26 2011, United Nations Security Council, through resolution 1970 called for an immediate end to the violence and imposed an arms embargo to prevent the supply, sale, or transfer of arms and related materials to Libya. On March 17, resolution 1973 asked for enforcement of the arms embargo and established a no-fly zone, ban-

³ Read the full report on UNSC. 2021. Expert Panel's final report, S/2021/229. Available at: <<https://undocs.org/S/2021/229>>

ning all flights in Libya airspace, and at the same time authorized the Member States to take all necessary measures to protect those who were under attack in Libya.

Due to resolution 1973 on March 19 2011, coalition forces, composed of military assets from the United States, France, United Kingdom, Italy, and Canada, launched Operation Odyssey Dawn against targets inside Libya aiming to protect civilians and to enforce the arms embargo and the no-fly zone provided by UN resolution (PIKE, 2011). The operation was criticized for exceeding the original intent. On March 22, leaders of China, Russia, and South Africa called for an immediate cease-fire between both the Libyan government and rebels, and government forces and those of the UN coalition. The chairman of the Southern African Development Community, along with the presidents of Zimbabwe and Uganda criticized the coalition's actions, suggesting it was an interference in the internal affairs of Africa (PIKE, 2011).

Meanwhile, President Obama suggested that the United States would be able to transfer the operation leadership to another entity. By the end of March, NATO took command of the military action in Libya under Operation Unified Protector (OUP). NATO's strategy was defined by the mission, namely to take all necessary measures to prevent attacks and threats of attack against civilians and civilian areas (PIKE, 2011). OUP successfully concluded on October 31, "The successful termination of the NATO-led operation and the fall of the Qadhafi regime have opened up a new chapter in Libya's history. For the first time in more than 40 years, the Libyan people have a unique opportunity to shape their own future" (NATO's annual report, 2011).

Beneath this military interference in Libya carried out under resolution 1970 and 1973, the Human Rights Council on February 25 2011 established the International Commission of Inquiry on Libya to investigate the violations of human rights. The commission report of March 8 2012, concluded that NATO conducted a highly precise campaign through OUP to avoid civilian casualties, but it confirms that on some occasions there were targets that showed no evidence of military utility. The commission also investigated two NATO airstrikes which damaged civilians and no military target was found. Nevertheless, the commission was unable to draw a conclusion in such instances based on the information provided by NATO and recommended further investigations.

Moreover, with the new conflict escalation in 2014, UNSC through resolution 2174 approached an agreement to an immediate ceasefire and an end to fighting as the only possible solution to stop the increasing violence in Lib-

ya. The purpose was to express the UNSC's deep concern about the impacts on Libya's civilian population and institutions, as well as the threats that the conflict poses to Libya's stability and democratic transition. This same resolution also declares that the supply, sale or transfer of arms and related materiel, including related ammunition, and spare parts to Libya must be approved in advance by the Committee. Thereafter in 2016, the UNSC called up again to the constant violations of the arms embargo, and condemned through resolution 2292 the flows of arms and related materiel to Libya, including to ISL and other terrorist groups remaining in Libya. The resolution also authorized, for a period of 12 months, inspections on the high seas off the Libyan coasts.

In 2020, two important resolutions were issued by the UNSC, the resolution 2509 reinforces that Member States must not intervene in the conflict or take measures that exacerbate the conflict and reiterates that individuals and entities determined by the Committee to have violated the provisions of resolution 1970 (2011), including the arms embargo, or assisted others in doing so, are subject to designation. The second resolution emitted in 2020 was the resolution 2510, which highlighted again the need to follow the commitments made at Berlin to abide by the arms embargo, it also demanded full compliance including all Member States of the arms embargo imposed under resolution 1970 (2011) as modified by subsequent resolutions, including by ceasing all support for and withdrawing all armed mercenary personnel, and demanded again all Member States not to intervene in the conflict or take measures that exacerbate the conflict.

On March 25 2020 the European Union launched a military operation in the Mediterranean called EUNAVFOR MED IRINI. Josep Borrell, High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy/Vice-President of the Commission for a Stronger Europe in the World said at the Council decision that:

“Only political solution and the full respect of the UN arms embargo will bring a solution to the Libyan crisis. But diplomacy cannot succeed unless it is backed by action. This operation will be essential and a clear contribution to promoting peace in our immediate neighbourhood through a permanent ceasefire” (EU Council, 2020).

Operation IRINI (Greek for “peace”) primary task is to enforce the UN arms embargo on Libya through the use of aerial, satellite and maritime assets in accordance with UNSCR 1970 (2011) and subsequent resolutions on the arms embargo on Libya, in particular UNSCR 2291 (2016) and UNSCR 2473

(2019). The operation was expected to end on March 31 2021, but the Council of the EU extended until March 31 2023. Besides monitoring the arms embargo in Libya, it is also being discussed that the operation should do sea rescues to save migrants.

On 23 October 2020, a important step was taken by the negotiators from the warring sides in Libya by signing a ceasefire deal in Geneva. As UN Secretary-General António Guterres put it, if honoured, the deal between representatives of the Tripoli-based Government of National Accord (GNA) and Khalifa Haftar's Libyan National Army (LNA) could constitute "a fundamental step toward peace and stability" (ICG, 2020). But the agreement's text leaves room for divergent interpretations and misunderstandings which could be used to serve either party's interests or even foreign forces. The agreement also states that all foreign military officers must leave the country immediately and freezes all training agreements with foreign states until the Libyan parties form a new unity government (ICG, 2020). The United Nation Support Mission for Libya (UNSMIL) takes the role of supporting and monitoring the implementation of the Libya ceasefire.

At the Second Berlin Conference on Libya, on June 23, 2021, the five permanent members of the UNSC, along with 12 other countries, the African Union, European Union and the League of Arab States. They met to discuss advances in the Libya conflict, starting with the October 2020 ceasefire and with the arrival of new national elections in the country. At the conference, world leaders agreed that much still needs to be done to resolve the causes of the conflict. Thus, they committed to refrain from interference in the conflict or in the internal affairs of Libya and urged all international actors to do the same and stressed the importance of holding national elections this year. Among the measures considered essential for this to happen, they highlighted the withdrawal of all foreign forces and mercenaries in the country, A transparent and fair allocation of resources across the country must be ensured, human rights violations and abuses as well as violations of international humanitarian law must be addressed and including intra-Libyan dialogue must continue (AUS-WÄRTIGES AMT, 2021).

In addition, about the new National Elections scheduled to take place in December 2021 in the country, The UNSC urged the Libyan transitional government, at the 8820th meeting on July 15, to complete the necessary groundwork to hold national elections, facing concerns that they may be postponed. National elections are identified as an important factor to ensure stability in Libya and lead to an end to conflicts (UNSC, 2021).

5. QUESTIONS TO PONDER

1. What can the United Nations and the Security Council do to ensure that the 2011 arms embargo is respected?
2. How can the Security Council assist in the dialogue between the two parties of the conflict to guarantee a permanent ceasefire and the holding of new democratic elections?
3. In what way could the Security Council members cooperate with the United Nation Special Mission in Libya (UNSMIL) to send humanitarian aid and economical resources to the Libyan population who are at mercy of this conflict and need to restructure?
4. To what extent do the positions of the member States of the UNSC towards Libya diverge and how could they draft and issue an effective resolution together?
5. Why do States keep on violating the arms embargo and what should be done to deter further violations?

6. BLOC POSITIONS

6.1. PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

In 2020, Wu Haitao, China's deputy permanent representative to the UN, stated that "Libya is facing multiple challenges such as the fragile security situation, rampant terrorist forces, and outstanding refugee and migration issues". China has asked the United Nations Security Council to exercise caution on the issue of sanctions against Libya and that it is necessary for the international community to continue its strict implementation of the arms embargo, and refrain from military intervention or any other actions that may escalate the conflict.

As for the national elections scheduled to take place at the end of 2021, China points out the importance of ensuring that this process is carried out in accordance with a consensus in the interests of the country and the people of Libya. It also reinforces support for UNSMIL's role in monitoring the ceasefire and leading to the withdrawal of foreign fighters and mercenaries. The country

also points to the need to control the proliferation of weapons and infiltration of armed groups into neighboring countries, in order to avoid regional destabilization, requiring coordinated actions with neighboring countries to understand their concerns about the situation in Libya (UNSC, 8820th Meeting, 2021). As well, remains necessary a greater support for post-conflict reconstruction in Libya, as the country faces difficulties and challenges in the area of national reconstruction with around 1.3 million people in need of humanitarian aid (UNSC, 8820th Meeting, 2021).

6.2. ESTONIA

Estonia's position at UNSC is one of full support for the so far approved resolutions by the council and for the implementation of the UN-facilitated political process in Libya. Estonia endorses the commitments made at the Berlin conference in January 2020 to maintain a strict arms embargo and promote a Libyan-led peace process. To that end, Estonia recognizes that external interference and violations of the arms embargo must stop immediately, and the October 2020 ceasefire must be respected, as well as the withdrawal of mercenaries and foreign fighters from the country.

Regarding the National Election in Libya in December 2021, Estonia points to the importance that it be carried out and that the full, equal and meaningful participation of women and the inclusion of young people in all phases and levels of this political process is guaranteed, pointing out that this is "the only viable way to lasting peace is to create a safe space for women and young people to express their views without fear of retaliation" (Mr. Jürgenson, Estonia's representative at the UNSC 8820th meeting, 2021). The country also draws attention to humanitarian aid, saying that it is necessary to restore trust in Libya society, and for that, it is necessary that all cases of human rights violations, mass killings, torture and disappearances are investigated and that justice is ensured to the victims.

6.3. FRANCE

France's main interest in the matter is to inhibit the creation and strengthening of radical and terrorist groups in North Africa. Since the terrorist attacks in Paris in 2015, France has adopted a hard line to fight terrorism, both internally and abroad. The president of France, Emmanuel Macron, has tried

to bring together representatives of both sides of the conflict to reach an agreement, however, it has not been successful. France also has economic interests in a peaceful Libya because the country has one of the largest oil reserves in the world. The country has had a controversial position towards Haftar's government because even though the French representative at the UNSC has not shown support to Haftar's actions, France has made some decisions that prove otherwise.

Initially, France's position towards Libya was to support the LNA, led by General Khalifa Haftar, as its purpose was to guarantee security in its oil well area, in Sirte Basin, which is in the east of the country. France has also been accused, by Libyan authorities, of providing missiles and supporting Haftar's actions. France admitted its intervention in Libya after a government operation supported by the UN found the french missiles.

Pursuing to make up for his lack of commitment, in March 2021, French President Emmanuel Macron announced the reopening of the French embassy in Tripoli as a way to honor "the debt to Libya and the Libyans for a decade of disorder" in Macron's words (DAOU, 2021). Within the Security Council, France has concerns that this year's elections in Libya will take place within the planned timetable and highlights the work of the European Union in ensuring maritime support to the country through operation IRINI. France emphasizes that it is extremely important that the arms embargo be respected, that a ceasefire is guaranteed and that the fight against terrorism continues in close cooperation within the neighboring countries.

6.4. INDIA

India's position on the matter is of full support to Libya and the Libyan people. At a UNSC meeting held on 14 July this year, India stated that despite the progress made, there is still cause for concern, since the security situation remains fragile, despite being increased, and the impact of the conflict has been exacerbated by the pandemic. The current Representative of India, T. S. Tirumurti, said the elections need to be held on December 24, 2021 in fair manner, and in order to achieve this the Libyan parties and members of the Libyan political Dialogues Forum needs to continue consulting each other to come to a solution, urging to frame require legislation for the conduct of the elections and encourage the elections commission to prepare decisively for the upcoming elections. India clarifies that the process must be fully Libya's responsibility,

without external interference and encourages Libyan parties to make a difference towards unification of all national institutions.

India reinforces that the Security Council resolutions, regarding the arms embargo in Libya, continues to be violated and it must be respected, also emphasizes a need to discuss what further actions could be taken, along with the need to plan for the disarmament, demobilization and reintegration of arms groupus and non-State armed actors.

At last, states that an inclusive and comprehensive national reconciliation process is the need of the hour and looks forward to working with the government of national unity to provide capacity building and chaining assistance in mutually identified areas.

6.5. IRELAND

Ireland's position is in support of the Libyan national and parliamentary elections, they believe the elections have to continue being held on December 24 as scheduled, they also support the withdrawal of all foreign fighters and mercenaries from Libya and the unification of Libya's political, security and economic institutions. They regard inclusive voter education and measures to ensure the safety of all participants in the political process.

Ireland calls on the Libyan authorities and the House of Representatives to make all the preparations needed and encourages the LPDF to continue to seek a workable compromise on the constitutional basis. They say that the United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL) should redouble its efforts to safeguard the political process against risks to progress, any delays that jeopardizes Libya's political transition and the prospects for security and economic reform. They also encourage the UNSMIL to proceed with its deployment of ceasefire monitors to Libya as soon as possible.

Nonetheless, Ireland emphasizes that all parties in Libya must comply with their obligations under international and human rights law and note with concern the serious violations, especially with children in Libya, outlined in the Secretary-General's report, underscoring the need to ensure accountability for such violations.

6.6. KENYA

Kenya's position on Libya is of support and commitment to help the country achieve its sovereignty, territorial integrity and political independence and called on all Member States and regional organizations to also support a truly Libyan-led and owned peace process.

Their statement was clarified at the 8820 UNSC Meeting, held in July 15, welcoming the conclusions of the second Berlin Conference, held on 23 June, they regard the requirement for the full implementation of the ceasefire agreement, including the immediate withdrawal of foreign fighters and mercenaries from Libya, as well as compliance with the arms embargo.

At last, they also called for the planning and implementation of a disarmament, demobilization and reintegration (DDR) programme in Libya, alongside security sector reforms, that takes into account the surveillance of the southern border. Alongside this, Kenya clarifies the need for corresponding DDR programmes in neighbouring States in the region where some of the fighters come from or have to pass through as they depart Libya. In order to achieve that, they recommend that the mandate of UNSMIL be adjusted to include a regional dimension in DDR.

6.7. LIBYA

The Libyan Government of National Accord has constantly been invited by the UNSC to participate in the council meetings. Libya's shared position is to assure that the council will put Libyan needs in the discussion. In May 2019, the country representative Mr. Elmajerbi in his speech lamented the failure of the United Nations to maintain international peace and security as the council has not been able to end the aggression or to ensure that its resolutions are respected. He said: "The council should, more than ever, do more than just express its concerns. It should implement its resolutions and name and condemn the aggressor, while also forcing his forces to stand down", as a consequence of this failure Libyan people have been obliged to wage war to defend themselves in hope for a civil and democratic State.

Libya regrets that the violations and crimes committed by Haftar have been supported by other countries, as it shows in the Council's Panels of Experts on Libya pursuant on resolution 1973 (2011), where it confirms the involvement of United Arab Emirates, Egypt, and other countries. About this issue, Mr. Emarjebi said to those countries supporting Haftar that:

Their efforts should seek to achieve peace and end bloodshed so that Libyans will not accuse them of having participated in the bloodshed [...] We cannot accept partial peace, which continues to expose us to threats. [...] it is our legitimate right to defend our people, cities, and principles. (UNSC, 8530th meeting, 2019)

For this reason, the State questions the usefulness and effectiveness of the monitorization to the arms embargo violations. Libya points out that the negative foreign interference in the country has contributed to prolonging the Libyan crisis, by influencing certain parties in the country, and that the council needs to stand firmly against those countries who violated their resolution. Due to it, they asked for the UNSC to ease the arms embargo, allowing Libyan security to get the necessary equipment to be able to face their challenges, such as the proliferation of crime, armed groups, and terrorist groups.

Libya remarks that its geographic location and resources make them poised to play a key role at the economic, political and security level, and that is the reason countries do not want Libya to be stable and prosperous. The Libyan government respects and appreciates efforts made by the Council, and asks that any political dialogue should be based on the Libyan Political Agreement. As expressed by the Libyan representative in January 2020, the best way to end the crisis is to respect the will of the Libyan people and the constitutional process, as it moves forward with presidential and parliamentary elections.

Today, on the verge of holding national elections in December 2021, Libya finds real possibilities to end its conflicts. However, the GNA reinforces that the presence of mercenaries and foreign fighters in the country is one of the main threats to stability in Libya. Thus, it is necessary that countries comply with what they committed to in the Security Council and take responsibility for the withdrawal of their fighters from the country, as well as comply with all resolutions agreed within the council in the last decade, including the October 2020 ceasefire and the 2011 arms embargo.

It should be noted that this country is a Non-Member State of the United Nations Security Council, therefore, it has only observer status and cannot vote.

6.8. MEXICO

Mexico supports the Libyan elections in December and stresses the need for the requisite measures to be taken to guarantee the full participation of

women and young people. In that regard, they say that the Security Council, through the United Nations Mission in Libya (UNSMIL), should make what is necessary to provide the support of that happening and the elections not being jeopardized. They call for the human rights of all migrants to be respected and for the adoption of a legal framework that provides the necessary guarantees due to the fact that more than 400,000 people have fled their homes because of the conflict and thousands of migrants remain in clandestine detention centres.

Mexico also calls on Libyan authorities to facilitate the work of humanitarian personnel operating in the country and also urges UNSMIL to exercise its good offices to support humanitarian work in Libya, in accordance with its mandate. Lastly, they reiterate their call on all international actors to respect the arms embargo and to coordinate properly with Libyan authorities and the countries of the region to ensure the withdrawal of mercenaries and foreign fighters.

6.9. NIGER

Niger, a neighboring country of Libya, is directly affected by the crisis. Since the fall of Muammar Gaddafi, the migrant flow became gusher as the border between Niger and Libya was ruptured. The fragility of the African borders allows terrorist groups to spread easily. Therefore, solving the Libyan crisis is a priority to Niger, as a form to guarantee stability in the Sahel. Niger condemns the ongoing violation of the arms embargo and asks for the imposition of sanction against the violators. The State reinforced that Libya does not need more weapons transferred to it, it only needs peace.

Niger also draws attention to the need for the United Nations to carry out coordinated action for the withdrawal of foreign fighters from Libya, as well as the international community needs to look at the situation of African migrants and refugees in Libya, due to the bad treatment they are submitted in detention centers that are often beyond the control of the Libyan authorities. It is necessary to guarantee the safety and integrity of those intercepted on the high seas, changing the landing policies on Libyan soil.

6.10. NORWAY

Following the statements of most countries, Norway's position is of concern about Libya elections not happening on 24 December this year, they urge

the High State Council and the House of Representatives and other State institutions to do their part to clarify the constitutional basis. They also expect the Libyan Political Dialogue Forum, with the support of the United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL), to do what is necessary to facilitate the holding of elections on time and the participation of women, as voters and candidates, must be ensured.

At a UNSC Meeting, Norway's delegate said that the October 2020 ceasefire agreement must be fully implemented, all foreign mercenaries and forces must leave the country and that the mandate of resolution 2570 (2021) for the deployment of ceasefire monitors should be implemented as soon as possible to safeguard the existing ceasefire. The insurance of disarmament, demobilization and reintegration process is also needed.

They support the European Union Naval Force Mediterranean Operation IRINI in implementing the United Nations arms embargo on Libya and urges all actors to abide by the arms embargo and avoid fuelling the conflict.

Lastly, Norway is concerned about the tragic drowning of migrants and refugees trying to cross the Mediterranean and the reports of the arbitrary detention of migrants and refugees, including children, in official and unofficial detention centres, so for the first they urge the Libyan authorities to respect international law relating to search and rescue operations and the last they regard that international humanitarian law and international human rights law must be respected, urging the facilitation of safe and unhindered access for humanitarian workers in Libya to protect and assist people in need.

6.11. RUSSIAN FEDERATION

Russia's position in the Libya conflict is ambiguous, as the country maintains relations with both parties to the conflict. Russia claims to be committed to ending hostilities in Libya and says that the dialogue between the parties is fundamental for reaching a political agreement, as it must be debated by the Libyan people. The State offered itself and sometimes acted as a mediator between the two parties (the GNA on the one hand and the LNA on the other) in order to reach a ceasefire agreement and appease Libya. Unlike what has been recognized by the UN, Russia does not consider the GNA as the only legitimate government of Libya, as the country claims that the House of Representatives based in Tobruk and the LNA occupy significant portions of Libyan territory and have a lot of political and military influence, to the point that it

is impossible to ignore them (UNSC, 8722nd Meeting, 2020). Regarding the arms embargo, Russia at first agreed and pledged to maintain it, but the country decided to lift the embargo in 2012 and began to make pragmatic decisions with respect to both sides of the conflict.

Russia has had a series of frictions with Turkey over the military operations conducted by Ankara in Libya, which Moscow strongly condemns. In addition, conflicts in Syria may end up spilling over to Libya, as Turkey and Russia are on opposite sides in Syria and diverge in several aspects in Libya, so the current state of their relations may be able to influence the state of the war in Libya (RAMANI, 2020). Russia, at the moment, understands that the best outcome for its interests and for the Libyan people is the cessation of hostilities in Libya and the emergence of negotiations between the GNA and the LNA, and has also state at the Berlin Conference, that took place in 2021, that is necessary the dismantling of armed groups and militias, with the withdrawal of foreign forces from the country, which would include withdrawing its own private military force. Furthermore, with the COVID-19 pandemic, the continuation of the war may be even more dangerous for the Libyan people than it already is.

6.12. SAINT VINCENT AND THE GRENADINES

In the UNSC, Saint Vincent and the Grenadines' primary focus is to guarantee the well-being of the Libyan people. The Anglo-Caribbean country reiterates the importance of Libya in leading the peace dialogues under the auspice of the United Nations, recognizing the Council's difficulty in finding a solution to the nine-year-long conflict. Moreover, the State emphasizes that the situation in Libya will not be solved unless the Member States entrusted with the responsibility to uphold international law duly comply with their international obligations, starting by respecting the arms embargo, pursuant to resolution 1970 (2011), and recently reinforced by the Berlin Conference (2020).

Their position is in support of the work of the United Nations to a Libyan-owned and free process; also supporting the Libyan elections being held on December 24 and the reunification of Libya's institutions.

At the 8820 UNSC meeting, they called for the strengthening of the United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL) capacity to conduct a disarmament, demobilization and reintegration activities aimed at assisting the countries of origin of returned fighters and mercenaries and addressing the influx of illegal weapons. Saint Vincent welcomed the Berlin Conference on

Libya and upholds the outcome document.

Lastly, Saint Vincent regarded the full implementation of the 23 October ceasefire agreement, along with the supervised withdrawal of all foreign fighters and mercenaries and the initiation of a national reconciliation process and emphasized the importance of ensuring the protection and safety of those groups in vulnerable situations, such as refugees, migrants, internally displaced persons, women and girls.

6.13. SYRIA

The Syrian government of al-Assad has established diplomatic relations with the forces of General Haftar of Libya's LNA, reopening the Libyan embassy in Damascus to the interim government of eastern Libya. Cooperation between LNA and Syria is due to common enemies, like Turkey, and allies, like Russia. The latter shares common interests with Syria and offers a very productive partnership. The Syrian government coordinates with Russia the movement of troops between the battlefields in Syria and Libya and puts Turkey in a complicated position that demands fighting on two fronts against enemies that cooperate militarily. By supporting General Haftar, Syria goes against the position of the countries of the western bloc and makes allies, such as Egypt, the UAE and Russia, in the LNA military campaign, not respecting the arms embargo previously established by the UN.

It should be noted that Syria is a Non-Member State of the United Nations Security Council. Therefore, the country has only observer status and cannot vote.

6.14. TUNISIA

Tunisia has been deeply involved in the Libyan conflict because they are border countries. Due to the security problems, instability in Libya has affected Tunisian economy. In the country's underdeveloped and under-supported southern governorates, trade of goods and manpower across the western border has traditionally strengthened struggling local economies. Since civil war broke out in Libya, trade between the countries, whether formal or informal, has been nonexistent, harming Tunisia's southern governorates, a region with little capability for absorbing economic shocks.

In 2019, Tunisia and two other North African countries, Egypt and Alge-

ria, came together in Tunis to find a solution to the crisis in Libya. The foreign ministers of the three countries issued a joint statement which emphasized that “there is no military solution to the Libyan crisis,” as well as “the importance of maintaining and supporting the political process as the only way to resolve the Libyan crisis”. The war in Libya has been a costly drain on Tunisia’s resources, requiring heavy investment in technology and manpower along the border to prevent violence from entering the country.

As a non-permanent member of the Security Council since 2019, Tunisia uses its space to reinforce the international community’s need to assist in Libya’s democratization process, especially now with national elections called for December 2021. The country also shows great concerns about organized crime and terrorist groups that hold power in Libya, threatening the security and instability of the region, thus requiring efforts by international mechanisms to combat terrorism and prevent intra-Libya conflicts from overtaking neighboring countries.

6.15. TURKEY

Turkey demonstrates full support for the GNA and takes unilateral action justifying the fact that its NATO allies and the United States also recognize the GNA as Libya’s legitimate government. However, Turkey disagrees on the political pacification process for Libya, as the country shows in its actions. In fact, Turkey is one of the states that constantly violates the arms embargo imposed by the United Nations and provides troops and military equipment for the GNA. In addition, the Turkish parliament itself approves the military actions carried out by Turkey in Libya.

Turkey has Libya, led by the GNA, as one of its few allies in the eastern Mediterranean, so it is in Turkey’s interest to promote the GNA’s campaign to take control of all of Libya. At the end of 2019, Turkey and Libya signed a Maritime Agreement in which an extension of Turkey’s Exclusive Economic Zone (EEZ) in the Mediterranean Sea was established until it meets Libya’s EEZ, ignoring other countries in the Region, such as Egypt, Cyprus and Greece. This agreement has been responsible for creating tensions in the geopolitics of the region, since the area is rich in natural gas and other energy resources, in addition to several gas lines passing through the region for the supply of energy in Europe. Thus, Turkey once again angered its NATO allies. Turkey seeks to exercise its influence in Libya and plays dangerously among the interests of other

powers in the Region, mainly the USA, Russia and the countries affected by its maritime agreement with Libya. At the same time, Turkey is also open to negotiate with other countries in order to maintain its allies and reach an agreement that could benefit all parties, without giving up on its interests.

It should be noted that this country is a Non-Member State of the United Nations Security Council, therefore, it has only observer status and cannot vote.

6.16. UNITED STATES OF AMERICA

The United States has sided with the GNA and recognizes it as the official government that represents Libya in the international system. As a result, the United States is concerned about the Syrian people in their speeches, in which the importance of maintaining the arms embargo and collaborating with the decisions taken at the Berlin conference and the United Nations Security Council is emphasized. Thus, the USA mentions its commitment to humanitarian law and asks that the Libyan people stop waging war and that external factors stop fueling the conflicts in Libya, this position is clear through the speech of Norman-Chalet (Representative of the United States to the United Nations) during the meeting 8722 of the UNSC regarding the situation in Libya, where Resolution 2510 (2020) was approved (UNSC, 8722nd Meeting, 2020).

The US Embassy in Libya recently issued an official letter addressing Libya's political and military leadership as well as the Libyan people. This letter called for the immediate cessation of hostilities in Libya due to the COVID-19 outbreak that had begun to spread rapidly and, with the war, the consequences would be catastrophic for the Libyan people (U.S. Embassy in Tripoli, 2020). Therefore, one can notice the North American position, which is in favor of a ceasefire and the continuation of the arms embargo imposed by the international community. At the UNSC, the United States has to pressure China and Russia to ensure that the resolutions in favor of the embargo are maintained and mainly seeks help from its NATO allies to strengthen their position.

The United States supports Libya's elections. At the 8820th Security Council meeting they said that parties must come together to ensure that the elections happen and that they should not be delayed, being a process free from foreign interference or malign influence. In this same meeting, they also stressed the importance of the full implementation of the ceasefire agreement and within this, the departure of mercenaries and other foreign forces will be

verified.

As for now with Biden as president, the United States seems to be more engaged with Libya problems. They are slowly reopening their embassy in Tripoli seven years after being closed in 2014, after an attack that occurred on a US diplomatic mission in Benghazi, 2012 where an U.S Ambassador died, the security situation there got worse and they decided to move the embassy to Tunisia. Libya's envoy to the US declared that this reopening would send a symbolic message.

6.17. UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

The United Kingdom's position towards the Libyan crisis is aligned with the general position that there can be no military solution. The UK calls on all Member States to fully implement the arms embargo, because flooding Libya with arms is only going to escalate and prolong the conflict as well as retard any progress towards the ceasefire. At the UNSC 8710th meeting in 2020, the UK defended the need of the international community and the Council to show unity and put momentum in support of UNSMIL and the United Nations-led political process. "There is no alternative solution. We should send a clear message", says the UK representative Mr. Allen.

Another topic that the UK highlighted is the need to the United Nations Member States remember that Daesh and other extremist groups are capitalizing on the chaos in Libya to carry out opportunist attacks, and that continued fighting will continue to have a negative impact on the counter-terrorism agenda in Libya, as extremist groups benefit the most out of the conflicts and put Libyan people in a vulnerable position. The UK is a major contributor to UNDP initiatives in Libya, such as the Stabilization Mechanism for Libya. British contributions to UNDP have already reached £ 5,600,000 in 2020 with the main objective of supporting an inclusive political agreement in Libya (RELIEFWEB, 2020).

6.18. VIET NAM

Viet Nam's position at UNSC is one of full support for the so far approved resolutions by the council. However, Viet Nam believes that greater cooperation between the UNSC, UNSMIL, regional organizations, neighboring coun-

tries and other international partners is vital to support and secure the peace process in Libya at this crucial time. It is extremely important to hold national elections and guarantee the participation of women in the process. They also underscore the need to enforce the October 2020 ceasefire agreement, as well as respect the arms embargo and monitor foreign interference in the country. Viet Nam wants more cooperation between the UN and regional organizations for the disarmament, demobilization and reintegration of armed combatants to assist in the conflict in Libya. The country also calls for the need to send humanitarian aid and support so the country can face the Covid-19 pandemic (UNSC, 8820th Meeting, 2021).

REFERENCES

- ABC NEWS. 2011. Moammar Gadhafi: “Mad Dog of the Middle East” No More. Available at: <https://abcnews.go.com/International/moammar-gadhafi-mad-dog-middle-east/story?id=14355364>. Accessed July 20, 2021.
- AUSWÄRTIGES AMT. 2021. The Second Berlin Conference on Libya. Available at: <https://www.auswaertiges-amt.de/en/newsroom/news/berlin-2-conclusions/2467750?openAccordionId=item-2467828-0-panel>. Accessed 28 July, 2021.
- BBC NEWS. 2011. Libya protests: Defiant Gaddafi refuses to quit. Available at: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-12544624>. Accessed July 20, 2021.
- CACCIOTTO, Cecilia. 2018. Os Interesses internacionais na Líbia. Available at: <https://pt.euronews.com/2018/11/11/os-interesses-internacionais-na-libia>. Accessed April 29, 2020.
- COUNCIL of the EU. 2020. EU LAUNCHES Operation IRINI to enforce Libya arms embargo. Available at: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2020/03/31/eu-launches-operation-irini-to-enforce-libya-arms-embargo/>. Accessed May 12, 2020.
- DAOU, M. “To regain its standing in Libya, France must restore the credibility it lost.”. 2021. Available at: <https://www.france24.com/en/africa/20210329-to-regain-its-standing-in-libya-france-must-restore-the-credibility-it-lost>. Accessed August 28, 2021.
- DEUTSCHE WELLE. 2020. Germany calls Libya conference in Berlin. Available at: <https://www.dw.com/en/germany-calls-libya-conference-in-berlin/a-51999875>. Accessed 26 May, 2020.
- DRAPER, Robert, and Pascal Maitre. 2019. Surrounded by chaos, Niger is a nation on the edge. National Geographic. Available at: <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2019/07/niger-clings-to-stability-in-west-africa/>. Accessed 26 May, 2020.
- EL-GAMATY, Guma. 2016. Libya: The story of the conflict explained. Al Jazeera. Available at: <https://www.aljazeera.com/news/2016/04/libya-story-conflict-explained-160426105007488.html>. Accessed April 14, 2020.

ESTADO DE MINAS. 2020 As perguntas essenciais sobre o conflito na Líbia. Available at: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/19/interna_internacional,1115401/as-perguntas-essenciais-sobre-o-conflito-na-libia.shtml. Accessed April 02, 2020.

EU COUNCIL. 2021. Council extends the mandate of Operation IRINI until 2023. Press Release. Available at: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/03/26/council-extends-the-mandate-of-operation-irini-until-2023/>. Accessed 28 July, 2021.

EUROPEAN INSTITUTE OF PEACE. Understanding the conflict in Libya. Available at: <http://eip.org/en/news-events/understanding-conflict-libya>. Accessed April 02, 2020.

FINANCIAL TIMES. Libya: how regional rivalries fuel the civil war. Available at: <https://www.ft.com/content/c113d340-51b1-11ea-90ad-25e377c0ee1f>. Accessed April 02, 2020.

GERMAN FEDERAL FOREIGN OFFICE. 2019. Libya and Germany : Bilateral relations. Available at: <https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/laenderinformationen/libyen-node/libya/232774>. Accessed May 27, 2020.

GLOBAL CONFLICT TRACKER. Civil War in Libya. Available at: <https://microsites-live-backend.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/civil-war-libya>. Accessed July 20, 2021.

GLOBALSECURITY (org.). 2011. Operation Odyssey Dawn. Available at: <https://www.globalsecurity.org/military/ops/odyssey-dawn.htm>. Accessed May 12, 2020.

SPUTNIKNEWS. 2019. Field Marshal Haftar urges to cancel Un embargo, as Libyan Army needs arms. Interview to Benghazi. Sputnik. Available at: <https://sputniknews.com/middleeast/201910151077052644-field-marshal-haftar-urges-to-cancel-un-embargo-as-libyan-army-needs-arms/>. Accessed April 29, 2020.

HARCHAOUI, Jalel. 2020. The Libyan Civil War Is About to Get Worse. Available at: <https://foreign-policy.com/2020/03/18/libyan-civil-war-about-get-worse/>. Accessed April 02, 2020.

ICG, International Crisis Group. 2020. Fleshing Out the Libya Ceasefire Agreement. Available at: <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/north-africa/libya/b80-fleshing-out-libya-ceasefire-agreement>. Accessed July 28, 2021.

JONES, Keith. 2019. Tunisia could help enforce Libya's arms embargo. Available at: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/tunisia-could-help-enforce-libyas-arms-embargo%EF%BB%BF/>. Accessed May 28, 2020.

KUPERMAN, Alan J. 2013. "A Model Humanitarian Intervention? Reassessing NATO's Libya Campaign." *International Security* 38, 2013: 105-36. Available at: www.jstor.org/stable/24480571. Accessed April 29, 2020.

LARÉMONT, R. 2013. After the Fall of Qaddafi: Political, Economic, and Security Consequences for Libya, Mali, Niger, and Algeria. *Stability: International Journal of Security & Development*, 2(2): 29, 2013 pp. 1-8, DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.bq>

LUCÉ, Dan De. 2021. NBC News. Nearly a decade after Benghazi, the U.S. is quietly returning to Libya. Available at: <https://www.nbcnews.com/politics/national-security/nearly-decade-after-benghazi-u-s-quietly-returning-libya-n1268671>. Accessed September 01, 2021.

NATO's Annual Report. 2012. Secretary General's Annual Report 2011. Available at: https://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_82646.htm. Accessed 13 May, 2020.

O GLOBO. 2019. França admite ser dona dos mísseis encontrados com milícia de general rebelde na

Líbia. Available at: <https://oglobo.globo.com/mundo/franca-admite-ser-dona-dos-misseis-encontrados-com-milicia-de-general-rebelde-na-libia-23797249>. Accessed May 28, 2020.

PIMENTEL, Matheus. 2018. Por que a Líbia tem 2 ‘governos’. E como a França tenta ser juiz da crise. Available at: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/01/Por-que-a-L%C3%ADbia-tem-2-%E2%80%98governos%E2%80%99.-E-como-a-Fran%C3%A7a-tenta-ser-juiz-da-crise>. Accessed May 28, 2020.

RAMANI, Samuel. 2019. Líbia rompe com a França por suposto apoio a Haftar. Available at: <https://istoe.com.br/libia-rompe-com-a-franca-por-suposto-apoio-a-haftar/>. Accessed May 28, 2020.

_____. Russia’s Strategy in Libya. 2020. Available at: <https://rusi.org/commentary/russias-strategy-libya>. Accessed May 28, 2020.

RELIEF WEB. 2019. Foreign Involvement in Libya Must be Stopped, Top Official Tells Security Council, Describing ‘Race Against Time’ to Reach Peaceful Solution, Spare Lives. Available at: <https://reliefweb.int/report/libya/foreign-involvement-libya-must-be-stopped-top-official-tells-security-council>. Accessed May 28, 2020.

ROCHA, Rafael Assumpção. 2012. A Aplicabilidade Da Responsabilidade De Proteger Na Crise Líbia De 2011. Available at: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/A-aplicabilidade-da-responsabilidade-de-proteger-na-crise-l%C3%ADbia-de-2011.pdf>. Accessed April 29, 2020.

RUAA-JAZEERI, Shazaa. 2020. Syria, Libya discuss bilateral relation, means to reactivate them in different domains. Syrian Arab News Agency. Available at: <https://www.sana.sy/en/?p=187087>. Accessed 26 May, 2020.

SIEBENS, James; CASE, Benjamin. 2012. The Libyan Civil War: context and consequences. Think International And Human Security. Available at: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.462.690>.

U.S. EMBASSY. 2020. A message from the United States to Libya’s leadership. Available at: <https://ly.usembassy.gov/a-message-from-the-united-states-to-libyas-leadership/>. Accessed May 28, 2020.

UNSC. 2011. Peace and security in Africa resolution 1970. Available at: [https://undocs.org/S/RES/1970\(2011\)](https://undocs.org/S/RES/1970(2011)).

_____. 2011b. The situation in Libya resolution 1973. Available at: [https://undocs.org/S/RES/1973\(2011\)](https://undocs.org/S/RES/1973(2011)).

_____. 2014. Libya resolution 2174. Available at: <http://unscr.com/en/resolutions/2174>.

_____. 2016. The situation in Libya resolution 2292. Available at: <http://unscr.com/en/resolutions/2292>.

_____. 2019. 8448th meeting report, S/PV.8448. Available at: <https://undocs.org/en/S/PV.8448>.

_____. 2019. 8530th meeting report, S/PV.8530. Available at: <https://undocs.org/en/S/PV.8530>.

_____. 2019. 8588th meeting report, S/PV.8588. Available at: <https://undocs.org/en/S/PV.8588>.

_____. 2019. 8611th meeting report, S/PV.8611. Available at: <https://undocs.org/en/S/PV.8611>.

_____. 2019. 8667th meeting report, S/PV.8667. Available at: <https://undocs.org/en/S/PV.8667>.

_____. 2020. 8710th meeting report, S/PV.8710. Available at: <https://undocs.org/en/S/PV.8710>.

_____. 2020. 8722nd Meeting report, S/PV.8722. Available at: <https://undocs.org/en/S/PV.8722>.

_____. 2020. The situation in Libya resolution 2509. Available at: <http://unscr.com/en/resolutions/2509>.

_____. 2020. The situation in Libya resolution 2510. Available at: <http://unscr.com/en/resolutions/2510>.

_____. 2021. 8820th meeting report, S/PV.8820. Available at: <https://undocs.org/en/S/PV.8820>.

UNSMIL. 2020. UN In Libya. Available at: <https://unsmil.unmissions.org/un-libya>. Accessed April 14, 2020.

VIETNAM TIMES. 2019. Vietnam calls for adherence to ceasefire in Libya. Available at: <https://vietnamtimes.org.vn/vietnam-calls-for-adherence-to-ceasefire-in-libya-18866.html>. Accessed May 28, 2020.

WEHREY, Frederic. 2020. 'Our Hearts Are Dead.' After 9 Years of Civil War, Libyans Are Tired of Being Pawns in a Geopolitical Game of Chess. Available at: <https://time.com/5779348/war-libya-global-conflict/>. Accessed April 02, 2020.

WEISE, Zia. 2020. The Libyan Conflict Explained. Available at: <https://www.politico.eu/article/the-libyan-conflict-explained/>. Accessed April 02, 2020.

WINTER, Chase. 2019. Da revolução à guerra civil na Líbia. Available at: <https://www.dw.com/pt-br/da-revolu%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-guerra-civil-na-1%C3%ADbia/a-48221423>. Accessed April 02, 2020.

WINTOUR, Patrick. 2019. Tunisia holds UN Libya arms trafficking expert in jail. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2019/apr/18/tunisia-holds-un-libya-arms-trafficking-expert-in-jail>. Accessed May 28, 2020.

XINHUANET. 2020. Chinese envoy asks UN Security Council to use caution on Libya sanctions. Available at: http://www.xinhuanet.com/english/2020-02/12/c_138776564.htm. Accessed May 28, 2020.

**

PRESS

Guia de Estudo

Imprensa Internacional

Bruna Tolfo de Azevedo¹
Gustavo Ferreira Felisberto²
Larissa Ceroni de Moraes³
Sabrina de Matos Barcelos⁴

1. INTRODUÇÃO

Seguindo os Modelos de Simulações das Nações Unidas - conhecidos, também, como Model United Nations, ou MUN - o projeto PelotasMUN promove simulações acadêmicas das Nações Unidas, das quais os estudantes podem atuar como delegados, diplomatas ou jornalistas. Em cada papel as ações dos participantes alteram-se, logo, qual o papel da imprensa durante as tomadas de decisões e discussões envolvendo a política internacional e os desdobramentos diplomáticos?

O desenvolvimento de uma mídia vai perpassar pela decisão das prioridades de tal veículo, a maneira em que as informações são expostas, a localidade à qual tal jornal pertence, quais visões culturais, políticas e sociais corroboram com seus discursos. Logo, quanto mais você souber sobre sua plataforma melhor conseguirá desenvolver suas notícias e o “minuto a minuto” das simulações.

Objetivando auxiliá-los na assimilação destas diferenças e singularidades, há uma leve introdução sobre os periódicos selecionados para o VIII PELOTAS-MUN, assim como há trechos retirados de suas reportagens - de jornais selecionados - referentes a uma mesma temática: a situação de Aleksandr Lukashenko e da Bielorrússia. Tratando-se de política internacional, jogos diplomáticos e o acesso a informações, os jornais têm papel fundamental tanto nestas vertentes como no grande público.

1 Bruna é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

2 Gustavo é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

3 Larissa é discente do curso de História - Bacharelado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

4 Sabrina é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

2. JORNAIS

Para o VIII PELOTASMUN foram selecionados cinco jornais diferentes visando a composição da Imprensa Internacional. Assim, é disponibilizado nas próximas páginas uma breve retomada histórica sobre cada um dos periódicos presentes nesta edição e que estiveram disponíveis para seleção por parte dos inscritos. A seleção dos jornais ocorreu após criteriosa pesquisa, promovendo a possibilidade de uma cobertura plural e com diferentes abordagens sobre os mesmos desenvolvimentos que serão vistos ao longo dos debates no comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e do United Nations Security Council (UNSC).

2.1 VOX

Fundado em abril de 2014 pela fusão entre a empresa multinacional norte-americana Vox Media, Inc. - presente há 19 anos no mercado - e o jornalista norte-americano Ezra Klein, o qual projetou o conceito do periódico e o corpo de trabalhadores, o jornal Vox tem como principal função melhorar a parte tecnológica das notícias, na maneira em que as informações são transmitidas, utilizando-se da visão que a “política nos torna estúpidos” - frase de Klein, durante o lançamento da plataforma - abordagem que segundo o mesmo, evita a polarização. A companhia Vox Media, Inc tinha seu enfoque inicial na área esportiva e aumentava seu domínio progressivamente. Apresentando diferentes braços editoriais, vale-se de podcasts, o uso das plataformas Facebook, Instagram, YouTube e Netflix, trabalhando com uma conduta de tendências liberais e jornalística explicativa com grande influência virtual, conforme pode ser verificado ao analisar o posicionamento do veículo:

Vox parece operar em abordagem multidisciplinar que favorece seu atributo de autoridade, reunindo, em um só lugar, diferentes camadas informacionais sobre as vacinas, todas com amparo em pesquisas, estudos governamentais, especialistas e políticas públicas de saúde. Também do ponto de vista do atributo da seleção, Vox apresenta, na variedade de abordagens, uma perspectiva plural do tema, levando-o para além dos valores-notícia tradicionais, geralmente, relacionados a um acontecimento midiático restrito no espaço-tempo. (COSTA; CRUZ; p.181, 2020).

Posicionando-se nas diversas plataformas, o veículo consegue alcançar um

maior número de usuários, mantendo sua linguagem explicativa, Valls (2019, p. 42) reforça a postura analítica e explicativa desta mídia, utilizando-se das relações entre situações passadas com as atuais gerando um comparativo temático e situacional. O jornal Vox utiliza-se de uma linguagem acessível, a busca por um maior entendimento e diferentes pontos de vista.

2.2 THE GUARDIAN

O jornal britânico The Guardian é, atualmente, denominado um dos mais influentes e formadores de opiniões acerca de temáticas internacionais e sociais. Muitas são as informações encontradas sobre suas correntes ideológicas, sendo sua escrita liberal o caráter político mais reconhecido:

O jornal The Guardian é reconhecido desde seu lançamento, em 1821, como um jornal de tendência liberal, sem manter vínculos próximos com o Partido Liberal. Atualmente, oferece apoio crítico ao Partido Trabalhista britânico, pois promove debates que acabam por influenciar na condução da “vida pública”. Para muitos, é considerado um jornal de centro esquerda. Originalmente provincial, ganhou espaço e destaque nos anos 1960, quando se tornou um jornal de qualidade de circulação nacional e de prestígio internacional. Informações específicas sobre a conduta editorial de seus profissionais e o manual de redação e estilo podem ser consultadas abertamente no site do veículo. Em termos de audiência, é voltado para uma audiência adulta e economicamente ativa. (DALPIAZ, 2013, p. 121).

De acordo com informações publicadas pelo redator Luciano Máximo no website Observatório da Imprensa no ano de 2015, o jornal The Guardian foi fundado oficialmente no ano de 1821 com o intuito de tornar-se um renomado jornal provincial da cidade ao norte da Inglaterra, Manchester. Atualmente, é dirigido pelo grupo Guardian Media, cuja propriedade pertence à fundação Scott Trust, que garante sua independência financeira e editorial, sendo a importância da questão financeira tratada por um ex-editor de destaque do jornal:

A imagem do Guardian como um jornal liberal, independente, preocupado com a coisa pública e bem escrito está indissolúvelmente ligada à figura de C. P. Scott. Em 1921, na edição que comemorava 100 anos do diário e 50 como editor, ele escreveu: “um jornal tem dois lados. É um negócio, como outro qualquer, e tem que pagar suas despesas para sobreviver. Mas é muito mais do que um negócio; é uma instituição [...]” (MOLINA, 2007, p. 356 apud DALPIAZ, 2013, p.125).

Além do jornal *The Guardian*, a fundação também detém posse de nomes como *The Guardian Weekly* e *The Observer*. Apesar de ter iniciado sua renomada trajetória em jornais impressos, a partir de 1995 transformou-se em uma marca de circulação internacional que propaga suas notícias e editoriais por meio de seu website. Máximo (2015) ainda afirma que o site chega a ser visualizado por mais de 120 milhões de pessoas em um único mês. Para manter seu compromisso com os leitores, o jornal possui diversos correspondentes internacionais, possibilitando então a cobertura midiática de diversos eventos que afetam o cenário global.

2.3 CHINA DAILY

China Daily é descrito, em seu próprio website, como um jornal nacional publicado na língua inglesa. Segundo John Lawrence (1983), *China Daily* foi o primeiro jornal nacional publicado em inglês após a libertação da China no ano de 1949, lançado oficialmente em 1981. Lawrence afirma que ainda há preferências na publicação de notícias de alguns países do que outros, sendo as notícias domésticas o maior enfoque do jornal – apesar de os editoriais serem pouco críticos. O jornal é comumente utilizado como guia para a política do governo chinês, assim como posições do próprio Partido Comunista chinês. Sendo assim é possível encontrar diversas evidências do intermédio governamental em suas edições. O jornalista Ho Lok-Sang afirma que:

As histórias são bem contadas. Mas infelizmente, não importa o quão bem são contadas, elas normalmente são descartadas pelas pessoas devido a impressão que são publicadas na mídia que é porta-voz do Partido Comunista chinês. Porque foram censuradas, as pessoas acreditam que as histórias apresentam somente uma visão e não vale a pena ler. (SANG, 2021; Tradução nossa).

Indo ao encontro da experiência vivenciada pelo jornalista Mitch Moxley quando foi contratado para redigir textos no jornal chinês:

Enquanto a maior parte de meu trabalho consistia em escreve peças consideradas amigáveis para o governo, sexta-feira era o dia que eu trabalhava editando matérias e polindo as opiniões que seriam publicadas no *China Daily*. Muitos artigos não possuíam argumentos baseados em fatos, muitas vezes sustentados em nada. Muitos violavam tudo que eu aprendi acerca da ética jornalística, incluindo o próprio código de conduta do *China Daily*: “Factual, honesto, justo e completo”. Às vezes era difícil editar as páginas de opiniões, mas eu não tinha muita escolha.

Eu sabia que muitas reclamações iriam surgir. (MOXLEY, 2013; Tradução nossa).

2.4 LE MONDE

Criado em 1944, Le Monde é um importante e renomado jornal francês. Le Monde foi fundado por Hubert Beuve-Méry que defendia o ideal de uma independência editorial além da prática da liberdade em prol de um jornalismo de alta qualidade (SILVEIRA, 2019). Segundo o The Guardian (2010) e o ArchDaily (2020), no início da década passada o jornal foi comprado por um grupo de investidores franceses e atualmente faz parte do Grupo Le Monde junto ao Courrier International, o Télérama, o La Vie e o HuffPost, além do l'Obs.

Ao entrar em vigor em 2010, seu Código de Ética e Conduta Profissional reconhece em certos termos a Declaração dos Deveres e Direitos dos Jornalistas, aprovada em 1971 em Munique, dentro os objetivos do código estão: “[...] fornecer informações de alta qualidade, precisas, verificadas e equilibradas em qualquer meio.” (LE MONDE, 2021). Neste mesmo código está descrito que os jornalistas devem ter uma conduta crítica frente às informações e refletir o pluralismo de opiniões, além de evitar o sensacionalismo e preconceitos, abster-se de plágio e manipulação. O jornal não adota uma visão política unificada ou pensamento ideológico consistente (BRITANNICA, 2017).

As publicações do jornal podem ser conferidas de forma digital e impressa, o jornal também possui diversos canais de comunicação, dentre eles estão o site oficial com notícias e postagens diárias, além das redes sociais como o Instagram, Twitter e Facebook, ademais o jornal possui um canal no YouTube com mais de 1 milhão de inscritos.

2.5 AL JAZEERA

Mantendo escritórios em todo o globo, o canal de notícias estatal Al Jazeera tem uma atuação global facilitada desde seu princípio, mas começa a chamar a atenção do ocidente após os atentados de 11 de setembro e ao difundirem manifestações antiestadunidense. Apresentando um viés islâmico, favorável a Irmandade muçulmana e com tendências sunitas e conseqüentemente anti-xiita como discorre Rocchi (2019). Sendo um grande referencial midiático, o veículo é lido pela população favorável e contrário ao governo, contudo aplicam o discurso de contraste a mídia tradicional - tutelada pelo Estado - pois, é uma estimulante para manifestações online, em que é por meio das tecnologias de

comunicação em que se desenvolve maiores possibilidades para a auto-organização e mobilização da sociedade, superando as opressões estatais (LOPES, 2013, p. 798).

Através de tal assimilação, o referido periódico acaba aproximando-se de outros veículos dos quais fundem seus princípios sociais e políticos com as notícias:

Para a rede do Qatar, o compromisso assumido está diretamente ligado à esfera pública do mundo árabe entendido tanto em suas semelhanças quanto em sua diversidade cultural –, guiada menos por uma ótica política-partidária específica do que por uma afirmação de identidade singular e diferente do que pode ser entendido como “o mundo ocidental”. Para ambas, o contraponto dos enfoques dados aos acontecimentos é a mídia norte-americana e as abordagens que produz sobre a América Latina (Telesur) e o “mundo árabe” (al-Jazeera). Justamente pelo compartilhamento de uma experiência e um sentimento semelhante frente ao que a Telesur classifica de “imperialismo midiático”, as redes estabeleceram entre si uma parceria de cooperação técnica e intercâmbio de programas e profissionais. (NOGUEIRA, 2012, p.119)

Mesmo com financiamento governamental, há a leitura de autonomia da mídia, onde busca o benefício do público, Lopes (2013, p 65) justifica a simpatia da população com o Al Jazeera, considerado mais moderado e ocidentalizado do que outras redes de informações, em decorrência de sua participação durante a primavera árabe.

3. DIFERENÇA PRÁTICA ENTRE AS LINHAS EDITORIAIS

A respeito das linhas editoriais - política de posicionamento ideológico - que cada periódico adota, tem-se que essa demanda irá interferir e versar sobre o processo de escolha do conteúdo que será trabalhado, envolvendo também em uma escala ampla, os valores e razões filosóficas que determinam a criação de conteúdo e funcionamento do jornal, conforme desenvolvido por Paixão (2018). Para constituir um material de diferenciação prática, toma-se como exemplo a situação de Belarus e de seu presidente, exposto na forma como o Le Monde nomeia indiretamente Alexander Lukashenko:

É hora de espancamentos, prisões arbitrárias, espancamentos até mesmo em prisões. No entanto, a multidão não cede; ele continua a crescer. E se as forças de segu-

rança soltarem o **ditador**? Seria a última gota, o último ponto de inflexão sem o qual nenhuma revolução é possível. (LE MONDE, 2020; tradução e negrito nosso).

Enquanto isso, o periódico China Daily - controlado pelo Partido Comunista da China - utiliza outra forma de nomeação para se referir ao governo e ao homem à frente do mesmo:

Pratasevich, 26 anos, é um dos fundadores de um canal de aplicativos de mensagens na Bielorrússia que foi descrito como um canal de informações chave para os oponentes para o **presidente** bielorusso Alexander Lukashenko. [...] O **governo bielorrusso** rejeitou as alegações da UE. A assessoria de imprensa presidencial bielorrussa disse que uma ameaça de bomba foi recebida enquanto o avião estava sobre o território bielorrusso. (DAILY, 2021; Tradução e negrito nosso).

Ao se referir a Lukashenko como ditador ou presidente, demonstra-se a existência de diferentes linhas editoriais nos jornais desta edição, ainda que alguns sejam mais contidos e outros mais críticos em suas matérias, como ocorre com o norte-americano Vox:

Aquilo foi o suficiente para transformá-la em dissidente - pois em Belarus, governado pelo **presidente autoritário** Alexander Lukashenko por 27 anos, até um pequeno ato de resistência pode ser desafiador ao Estado. [...] Lukashenko está conduzindo uma ampla repressão dos direitos humanos após protestos massivos do ano passado que desafiaram sua longa estadia no poder. O **regime** tem como alvo jornalistas, ativistas, dissidentes e até outros atletas. (VOX, 2021; Tradução e negrito nosso).

O processo de diferenciação não ocorre apenas na seleção de palavras ou termos a serem utilizados nas publicações, entretanto, indica-se que os participantes enquanto jornalistas utilizem desta noção criativa para constituir o conteúdo a ser postado no desenvolvimento minuto a minuto das notícias, promovendo assim a cobertura do evento e escolhendo o que será tratado e como, visto que segundo Paixão (2018, p. 5) tal procedimento é padrão nas linhas editoriais - não excluindo também a existência de uma discussão acerca da variação entre linha e política editorial, esta que não é objeto de exemplificação ou apresentação do presente enxerto.

4. MINUTO A MINUTO

Modalidade utilizada durante as simulações presenciais, o acompanhamento via a rede social Twitter voltará na VIII EDIÇÃO DO PELOTASMUN.

Lançado em 2006, o Twitter é uma famosa rede social que conta com mais de 300 milhões de usuários espalhados pelo mundo (BATISTA, 2021). É possível por meio da plataforma se comunicar com pessoas e se manter conectado, para isso é preciso ter acesso à internet e inscrever-se. Segundo Twitter (2021), no que se refere às suas funcionalidades, descrevesse que é permitido enviar mensagens, postar tweets com fotos, gifs, links e texto. Além disso, também é possível interagir com seguidores, compartilhar notícias e informações, por exemplo. Para postagens, a plataforma aceita até 280 caracteres por post, podendo incluir até 04 (quatro) fotos, um GIF ou um vídeo no tweet, e não é possível editá-lo após enviado, sendo uma alternativa excluir o post.

O PelotasMUN trará nesta edição de 2021, assim como em outros eventos, a modalidade de minuto a minuto, em que os participantes da Imprensa Internacional farão a cobertura do evento em tempo real por meio da rede social supracitada. Os representantes jornalísticos irão fazer as postagens na página, compartilhando informações e updates sobre os acontecimentos dos comitês ao qual foram designados. Reforçamos a importância de informações claras e concisas, além da utilização da norma culta padrão portuguesa. É recomendado aos representantes realizarem postagens com cautela e cuidado, além de selecionarem os pontos mais importantes ou polêmicos, por exemplo. Ademais, é indicado a comissão da Press a usarem hashtags ao fazerem os posts, contendo o nome do jornal correspondente #aljazeera, #chinadaily, #lemonde, #theguardian e #vox, assim como o do comitê em questão, #AGNU e #UNSC e ao citar a fala de alguma delegação com o uso de aspas duplas. Na figura 1 é possível conferir alguns exemplos de postagens:

Figura 1: Tweets publicados pela Press na edição do PelotasMUN de 2019



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Antoyles. 15 anos de Twitter: confira a história da rede social do passarinho azul. O Povo Online. 20 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/tecnologia/2021/03/20/15-anos-de-twitter--confira-a-historia-da-rede-social-do-passarinho-azul.html>>. Acesso em: 17 de set. de 2021.

BELARUS faces EU curbs after plane diversion. China Daily. 26 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.chinadaily.com.cn/a/202105/26/WS60ada296a31024ad0bac175f.html>>. Acesso em: 17 set. 2021.

BIÉLORUSSIE : derrière le maintien d’Alexandre Loukachenko, la loyauté de ses forces de sécurité. Le Monde. 22 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/international/article/2020/08/22/bielorussie-derriere-le-maintien-de-loukachenko-la-loyaute-de-ses-forces-de-securite_6049609_3210.html>. Acesso em: 17 set. 2021.

COSTA, Veronica Soares; CRUZ, Luana Teixeira de Souza. Textos de ciência em ambiente digital: percurso exploratório em Nexa e Vox sobre vacinas. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. 17 Nº 2. Julho a Dezembro de 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/65810/44871>>. Acesso em: 16 de set. de 2021.

DALPIAZ, J. Representação do Brasil na imprensa britânica: uma análise cultural do jornal The Guardian. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2240/1/000447486-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 17 set. de 2021.

LAWRENCE, John. China Daily News: The Australian Journal of Chinese Affairs: Vol 8. The Australian Journal of Chinese Affairs. Julho de 1981. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.2307/2158933?journalCode=austjchinaffa>>. Acesso em: 17 Sep. de 2021.

LA charte d’éthique et de déontologie du groupe Le Monde. Le Monde. 03 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2010/11/03/la-charte-d-ethique-et-de-deontologie-du-groupe-le-monde_1434737_3236.html>. Acesso em 16 de set. de 2021.

LE Monde French Newspaper. Britannica. 28 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Le-Monde>>. Acesso em: 16 de set. de 2021.

LE Monde Group Headquarters / Snøhetta. ArchDaily. 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/953509/le-monde-group-headquarters-snohetta>>. Acesso em: 17 set. 2021.

LOPES, Gustavo Chaves. As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe Palavra Clave, vol. 16, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013, pp. 789-811 Universidad de La Sabana Bogotá, Colombia. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/649/64930924006.pdf>>. Acesso em 16 de set. de 2021.

MÁXIMO, Luciano. ‘The Guardian’, um jornal que tem causas. Observatório da Imprensa. 09 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/the-guardian-um-jornal-que-tem-causas/>>. Acesso em 04 de set. de 2021.

MOXLEY, Mitch. Fear and Loathing at the China Daily. The Atlantic. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/china/archive/2013/08/fear-and-loathing-at-the-china-daily/278334/>>. Acesso em: 17 Sep. de 2021.

NOGUEIRA, Silvia. Reflexões sobre o papel da mídia na construção do nationess: os casos da Telesur e da Al-Jazeera. Carta Internacional, Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Vol. 7, n. 2, jul.-dez. 2012 [p. 117 a 126]. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/61/46>>. Acesso em: 16 de set. de 2021.

PAIXÃO, Patrícia. Vista do Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. Revistas.usp.br. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/137224/137486>>. Acesso em: 17 Sep. 2021.

PERGUNTAS Frequentes de Novos Usuários. Twitter. Setembro de 2021. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/resources/new-user-faq>>. Acessado em 17 de setembro de 2021.

ROCCHI, Denise de. Quatro olhares sobre Gaza. Quantos discursos? Uma análise da cobertura de CNN, BBC, Al Jazeera e Sputnik News sobre a Marcha do Retorno. Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Porto Alegre, RS, 2019. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-1423-1.pdf>>. Acesso em: 16 de set. de 2021.

SANG, Ho Lok. What's needed to tell the China story effectively. chinadailyhk. Disponível em: <<https://www.chinadailyhk.com/article/233749>>. Acesso em: 17 Sep. 2021.

SCHOENACHER, Rodrigo. Conheça um pouco mais da história do jornal The Guardian e como ele se tornou um dos melhores do mundo. Garatuja Digital. 11 de novembro de 2009. Disponível em: <<https://garatujadigital.wordpress.com/2009/12/11/conheca-um-pouco-mais-da-historia-do-jornal-the-guardian-e-como-ele-se-tornou-um-dos-melhores-do-mundo-1-de-2/>>. Acesso em 16 de set. de 2021.

SILVEIRA, Mauro César. Le Monde exhibe vigor nos seus 75 dezembros de jornalismo. Jornalismo e História. 26 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://jornalismoehistoria.sites.ufsc.br/2019/12/26/le-monde-exibe-vigor-nos-seus-75-dezembros-de-jornalismo/>>. Acesso em: 17 de set. de 2021.

THE LONG reach of Belarus's repression. Vox. 7 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.vox.com/22611337/olympics-belarus-athlete-lukashenko-protest>>. Acesso em: 17 set. 2021.

TYCOONS given go-ahead for financial takeover of Le Monde. The Guardian. 28 de junho de 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2010/jun/28/tycoons-win-approval-of-le-monde-bid>>. Acesso em: 16 set. 2021.

VALLS, Pedro Bemond. Jornalismo Explicativo: a trajetória da explicação na prática jornalística e sua relevância à contemporaneidade. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204257/TCC_PDF_A-mesclado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 de set. de 2021.

**